Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	17
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	34
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	35
2.5 Medições não contábeis	50
2.6 Eventos subsequentes as DFs	55
2.7 Destinação de resultados	56
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	58
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	59
2.10 Planos de negócios	60
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	66
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	67
5.2 Descrição dos controles internos	82
5.3 Programa de integridade	85
5.4 Alterações significativas	92
5.5. Outras informações relevantes	03

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.1. Os diretores devem comentar sobre:

Introdução

As informações financeiras contidas neste item 2 referem-se às e devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e suas respectivas notas explicativas. <u>As informações neste item 2, exceto quando indicado de forma diferente, são expressas em milhões de reais.</u>

As demonstrações financeiras consolidadas para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro, ou IFRS.

Os comentários dos diretores da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras sobre a situação financeira da Companhia e visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar as demonstrações financeiras para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, bem como compreender as mudanças nas principais linhas dessas demonstrações financeiras entre os períodos analisados e os principais fatores que explicam essas variações. A Administração da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

As informações constantes deste item devem ser lidas e analisadas em conjunto com as informações constantes das demonstrações financeiras completas e suas respectivas notas explicativas, disponíveis no website da Companhia (www.braskem-ri.com.br) e no website da CVM (www.cvm.com.br).

Os termos "AH" e "AV" constantes das colunas de determinadas tabelas no item 2 em geral significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente.

a. Comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais

Os diretores entendem que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais compatíveis com sua área de atuação e suficientes para implementar o seu objetivo estratégico de atender as necessidades de seus Clientes na cadeia de valor da indústria química, petroquímica e do plástico no Brasil e no mundo, gerando valor para seus acionistas.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia registrou prejuízo do exercício atribuível aos acionistas de R\$ 4,579 milhões. Com relação às condições patrimoniais da Companhia, em 31 de dezembro de 2023, o patrimônio líquido total atribuível aos acionistas¹ da Companhia era de R\$ 3.992 milhões positivo. Assim, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou um prejuízo líquido do exercício atribuível aos acionistas¹ de 114,7% do valor do patrimônio líquido total atribuível aos acionistas¹ da Companhia.

Os indicadores de liquidez da Companhia do último exercício social é apresentado na tabela abaixo:

¹ Não considera a participação de acionistas não controladores em controladas.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023
Liquidez Corrente (x) (1)	1,53
Liquidez Geral (x) ⁽²⁾	1,04
(1) Liquidez Corrente = Ativo	Circulante/ Passivo Circulante.
Liquidez Geral = (Ativo + Passivo nãoCirculante	Circulante + Ativo não Circulante) / (Passivo Circulante).

b. Comentários dos Diretores sobre a estrutura de capital

Os diretores indicam, no quadro abaixo, a evolução da estrutura de capital da Companhia com relação ao último exercício social:

Estrutura de Capital	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023				
	R\$ milhões	%			
Capital Próprio	3.992	4			
Capital de Terceiros	87.749	96			

A Companhia busca diversificar suas fontes de recurso através da utilização do mercado de capitais, de bancos comerciais, bancos de fomento, agências de crédito, e capital de giro. A estratégia financeira da Companhia segue focada na manutenção de um longo prazo médio de endividamento, com poucos vencimentos de dívida no curto prazo.

c. Comentários dos Diretores em relação à capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os diretores da Companhia acreditam que os níveis de liquidez e de alavancagem financeira são adequados para que a Companhia possa cumprir com suas obrigações presentes e futuras e para aproveitar oportunidades comerciais à medida que estas venham a surgir, embora os diretores da Companhia não possam garantir que tal situação permanecerá igual.

A Companhia assumiu compromissos (captação de recursos de terceiros) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, no montante total de R\$ 10.991 milhões, sem considerar as captações de recursos de terceiros efetuadas pela controlada Braskem Idesa. A estratégia de assumir compromissos tem como objetivo o alongamento do perfil da dívida e o reforço da liquidez da Companhia. A controlada Braskem Idesa, realizou captações de R\$ 688 milhões com bancos comerciais internacionais e R\$ 545 milhões com operações de risco sacado, totalizando o montante de R\$ 1.233 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

No exercício, a Companhia buscou manter seu nível de liquidez elevado, refletindo sua capacidade de pagamento via geração de caixa operacional e a manutenção da linha de crédito rotativo internacional, garantindo assim a cobertura de suas obrigações financeiras em 72 meses em 31 de dezembro de 2023. Este período de cobertura não inclui a liquidez da Braskem Idesa nem suas obrigações.

A capacidade de pagamento da Companhia, porém, poderá vir a ser afetada por diversos fatores de risco. De forma resumida, é possível dizer que as principais necessidades de caixa da Companhia usualmente compreendem: (i) necessidades de capital de giro; (ii) pagamento do serviço da dívida; (iii) investimentos de capital relacionados a investimentos em operações, modernização e investimentos estratégicos; (iv) pagamentos de impostos; e (v) pagamento de dividendos aos acionistas da Companhia, quando aplicável. Para fazer frente a tais necessidades de caixa, a Companhia tem contado tradicionalmente com o fluxo de caixa decorrente de suas atividades operacionais e capitais de terceiros.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou as seguintes avaliações pelas agências de rating Standard & Poor's e Fitch Ratings.

Agência	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023
Fitch Ratings	BB+ Observação Negativa
Standard & Poor's	BBB- Negativo

Em agosto de 2023, a S&P Global Ratings afirmou o rating da Braskem em 'BBB-/brAAA', com alteração de perspectiva para negativo. Em dezembro de 2023, a Fitch Ratings, rebaixou o rating da Braskem para 'BB+'/'AAA(bra)', com observação negativa. Por fim, em dezembro de 2023, a Braskem efetuou o cancelamento do rating corporativo com a agência de rating Moody's conforme comunicado ao mercado divulgado dia 5 de dezembro de 2023.

Em fevereiro de 2024, a S&P Global Ratings rebaixou o rating da Braskem em 'BB+/brAAA', com alteração de perspectiva para estável.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

A Companhia utilizou os compromissos (captação de recursos de terceiros) mencionados no item anterior como fontes de recursos para financiamento de capital de giro e investimentos em ativos não circulantes no período. A geração de caixa operacional foi negativa, resultando em um consumo de R\$ 2.272 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. A Companhia captou recursos através de operações de crédito à exportação nas modalidades de PPEs (Pré-Pagamento de Exportação), Cédulas de produtos rurais e por meio de operações de cessão de recebíveis (vide item 2.1.f para maiores detalhes sobre contratos de empréstimos e financiamento relevantes).

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Os diretores acreditam que poderão suprir eventuais deficiências de liquidez da Companhia, por meio da combinação de: (i) recursos originados das operações em geral da Companhia; (ii) recursos originados por meio de financiamentos, incluindo novas captações e refinanciamento da dívida já existente; e (iii) recursos originados devido à redução do ciclo operacional e consequente redução da necessidade de financiamento de capital de giro. A Companhia ainda possui uma linha de crédito rotativo contratada no exterior, no valor de US\$ 1 bilhão, com vencimento em 2026, da qual pode ser utilizada em caso de contingência de liquidez.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

O perfil de endividamento da Companhia pode ser resumido pelas tabelas a seguir, separadas entre o perfil de endividamento da Braskem sem considerar a dívida da Braskem Idesa, e o perfil de endividamento da Braskem Idesa.

Braskem ex-Braskem Idesa	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 (R\$ milhões)
Dívidas de Curto Prazo	2.029
Dívidas de Longo Prazo	40.207
Dívidas em reais	12%
Dívidas sujeitas à variação cambial do dólar	88%
Dívidas sujeitas à variação cambial de outras moedas	0%
Dívidas Quirografárias	99%
Dívidas cobertas por garantias reais	1%
Dívidas cobertas por outros tipos de garantias	0%

Braskem Idesa	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 (R\$ milhões)
Dívidas de Curto Prazo	739
Dívidas de Longo Prazo	10.511
Dívidas em reais	0%
Dívidas sujeitas à variação cambial do dólar	100%
Dívidas sujeitas à variação cambial de outras moedas	0%
Dívidas Quirografárias	0%
Dívidas cobertas por garantias reais	100%
Dívidas cobertas por outros tipos de garantias	0%

A agenda de amortização das dívidas da Braskem pode ser resumida pelo quadro abaixo, separada entre o cronograma da Braskem sem considerar a dívida da Braskem Idesa, e o cronograma da Braskem Idesa:

Braskem (ex-Braskem	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032 em diante	TOTAL
Idesa)		(R\$ milhões)								
Moeda Nacional	214	70	525	370	685	2.706	211	174	115	214
Moeda Estrangeira	1.815	509	1.218	1.838	6.084	144	7.316	4.257	13.984	1.815
Total	2.029	579	1.743	2.208	6.769	2.850	7.527	4.432	14.099	2.029

Braskem Idesa	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032 em diante	TOTAL	
		(R\$ milhões)									
Moeda Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Moeda Estrangeira	743	-	-	-	462	4.290	-	-	5.755	11.250	
Total	743	-	-	-	462	4.290	-	-	5.755	11.250	

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Os diretores da Companhia passam a descrever, abaixo: (i) as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de empréstimo e financiamento que classificam como relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; e (iv) eventuais restrições impostas ao emissor.

FINANCIAMENTOS BRASKEM

Moeda Estrangeira	Taxas de juros média (% a.a.)	Vencimento	Saldo devedor prir 31/12/2 US\$ milhões	
Bonds	Descrito no item (a) abaixo	Descrito no item (a) abaixo	6.606	31.980
Dívidas indexadas à SOFR 1	1,55	jan/2024 a fev/2031	1.158	5.604
Outros	6,41	abr/2024 a mai/2029	12	58

⁽¹⁾ Inclui R\$ 2.257 milhões de financiamentos contratados pelas controladas Braskem Holanda Finance e Braskem Holanda com seguros da SACE e NEXI, agências de crédito de exportação italiana e japonesa, respectivamente, com garantia da Braskem; R\$ 586 milhões de financiamento contratado pela controlada Braskem America com seguro da Euler Hermes, agência de crédito de exportação alemã; e R\$ 133 milhões de financiamento contratado pela Braskem S.A. com prazo de 7 anos e garantia de ativos da planta.

Destaca-se que parte das dívidas atreladas à Term SOFR em 31 de dezembro de 2023, estavam atreladas à Libor em 31 de dezembro de 2022, e posteriormente tiveram seus contratos alterados ao longo de 2023 para substituir essa taxa pela Term SOFR, porém sem impactos materiais nos fluxos de caixa destas operações da Companhia.

Moeda Nacional	Taxas de juros média	Vencimento	Saldo devedor principal e juros em 31/12/2023		
	(% a.a.)		US\$ milhões	R\$ milhões	
Debêntures	Descrito no item (b) abaixo	Descrito no item (b) abaixo	808	3.910	
Dívidas indexadas ao IPCA	6,01	jan/2024 a jan/2031	70	341	
Dívidas indexadas ao CDI	1,48	mar/2024 a jul/2027	172	830	
Outros	7,04	jan/2024 a dez/2035	4	19	

(a) **Bonds**

Data de Moeda	Valor Emitido	Vencimento	Juros			Saldo Devedor Principal e Juros em 31/12/2023		
Emissão	Operação	(Moeda da Operação em milhões)	vencimento	Cupom (% a.a.)	Pagamento	principal	US\$ milhões	R\$ milhões
jul/11 e jul/12	US\$	750	jul/41	7,13%	Semestral	Final	584	2.825
fev/14 e mai/14 ¹	US\$	750	fev/24	6,45%	Semestral	Final	-	-
out/17	US\$	1.250	jan/28	4,50%	Semestral	Final	1.198	5.798
nov/19	US\$	1.500	jan/30	4,50%	Semestral	Final	1.521	7.364
nov/19	US\$	750	jan/50	5,88%	Semestral	Final	768	3.720
jul/20 ²	US\$	600	jan/81	8,50%	Semestral	Final	636	3.077
fev/23	US\$	1.000	fev/33	7,25%	Semestral	Final	1.028	4.976
set/23	US\$	850	jan/31	8,50%	Semestral	Final	872	4.220
<u>Total</u> 6								31.980

Liquidação antecipada efetuada em fevereiro de 2023

(b) **Debêntures**

Data de Série	Vencimento	Ju	ros	Saldo Devedor Principal e Juros em 31/12/2023		
Emissão	Emissão	vencimento	Indexador	Cupom (% a.a.)	US\$ milhões	R\$ milhões
mar/13	Única¹	mar/25	IPCA	6,00%	13	64
set/13	Única²	set/25	% do CDI	126,50%	5	22
jan/22	1 ^{a 3}	dez/28	IPCA	5,54%	133	644
jan/22	2 ^a ³	dez/31	IPCA	5,57%	32	154
mai/22	1 ^a	mai/29	CDI	1,75%	159	769
mai/22	2ª	mai/32	CDI	2,00%	51	248
ago/22	Única⁴	ago/29	CDI	1,75%	162	787
nov/22	1 ^a	nov/29	CDI	1,70%	232	1.124
nov/22	2ª	nov/32	CDI	1,95%	20	98
				<u>Total</u>	807	3.910

⁽¹⁾ Emitido pela Distribuidora de Águas de Camaçari ("DAC").

Este título conta com opções de amortização ao par, pela Companhia, por períodos de 90 dias anteriores a cada redefinição de juros, sendo que a primeira redefinição de juros ocorrerá em janeiro de 2026 e as demais a cada 5 anos subsequentes.

Emitido pela Cetrel.

⁽²⁾ (3) Debêntures privadas emitidas pela Braskem, utilizadas como lastro para emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("CRA") pela Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Debêntures modificadas para espécie quirografária em março de 2023, conforme previsto nos documentos da emissão.

FINANCIAMENTOS BRASKEM IDESA

(a) Bonds¹

Data de	Moeda	Valor Emitido	Emitido Juros		Juros		Saldo Devedo Juros em 3	•
Emissão	Operação	(Moeda da Operação em milhões)	vencimento	Cupom (% a.a.)		principal	US\$ milhões	R\$ milhões
nov/19	US\$	900	nov/29	7,45%	Semestral	Final	905	4.383
out/21 ²	US\$	1.200	fev/32	6,99%	Semestral	Final	1.226	5.936
	<u>'</u>					<u>Total</u>	2.131	10.319

⁽¹⁾ A Braskem Idesa concedeu como garantia bens do ativo imobilizado no mesmo valor da captação dos bonds.

(b) Outros

Data de	Moeda	Vencimento	Juros			Saldo Deve	dor Principal e Juros em 31/12/2023
Emissão	Operação	vencimento	Indexador	Cupom (% a.a.)	Pagamento	US\$ milhões	R\$ milhões
out/21 ¹	US\$	out/26 ³	Term SOFR	4,25%	Trimestral	142	625
nov/23²	US\$	out/28	Term SOFR	3,00%	Trimestral	158	766

⁽¹⁾ A Braskem Idesa concedeu como garantia bens do ativo imobilizado e outros direitos (como ações e recebíveis).

⁽²⁾ Este título é um Sustainability-linked bond com prazo de dez anos e taxa de 6,99% a.a., podendo ser acrescida em até 0,37% a.a. em caso de descumprimento da meta.

⁽²⁾ A Terminal Química concedeu como garantia bens do ativo imobilizado.

⁽³⁾ Em 29 de junho de 2023, a Braskem Idesa obteve extensão de waiver do cálculo de índice de alavancagem (covenant) até 31 de março de 2024. Neste sentido, apesar da Braskem Idesa não estar em default nem ter sido solicitada a aceleração desta dívida pelos credores, como o waiver não cobre período de ao menos 12 meses, o montante principal do financiamento de R\$ 502 milhões foi classificado no passivo circulante em 31 de dezembro de 2023.

(ii) Relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras

Além das relações decorrentes dos contratos de financiamentos, cujos itens mais relevantes foram descritos no item 2.1.f.(i) acima, a Companhia mantém as seguintes relações de longo prazo com instituições financeiras decorrentes de operações com derivativos:

Identificação	Tipo	Valor nominal		Vencimento	Valor justo, líquido R\$ milhões
		US\$ milhões			2023
Swaps de nafta	Derivativo de commodities	3		dez-2023 a fev-2024	(3)
TQPM Swap SOFR- Taxa fixa	Swap de taxa de juros	306		nov-2032	(13)
Identificação	Tipo	Valor nominal	Strike Médio	Vencimento	Valor justo, líquido R\$ milhões
		R\$ milhões	Câmbio R\$/US\$		2023
Opção de compra e venda de dólar	Compra de puts e venda de calls	6.720	4,51 (put) e 6,78 (call)	jan-2024 a mai-2025	(37)
Swap CDI – Dólar	Swap de taxa de juros	1,270	-	jan-2023 a jan-2025	(36)
Swap CRA	Swap de taxa de juros	742	-	jun-2023 a dez-2031	(128)

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas da Companhia

Em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no passivo acontecerá de acordo com o disposto na Lei nº 11.101/2005, atualizada pela Lei nº 14.112/2020, observada a seguinte ordem: (i) obrigações sociais e trabalhistas; (ii) créditos com garantia real; (iii) impostos a recolher; (iv) créditos quirografários; (vi) créditos subordinados; e (vii) juros vencidos após a decretação da falência.

Braskem (ex-Braskem Idesa) Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 ¹						
Grau de Subordinação	Tipo de Garantia	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Senior	Sem Garantia Real	1.799	4.414	6.809	26.105	39.127
Senior	Com Garantia Real (Conta reserva de serviço da	142	205	-	-	347

	dívida)					
Senior	Com Garantia Real (Outros ativos)	61	105	24	1	191
Subordinada	Sem Garantia Real	108	-	-	2.969	3.077
	Total	2.111	4.724	6.833	29.075	42.742

⁽¹⁾ Os saldos apresentados acima referem-se às rubricas de financiamentos e debêntures (circulante e não circulante) apresentados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Braskem (ex-Braskem Idesa)		Exercício soc	ial encerrade	o em 31 de de	zembro de 20	23 ¹
Grau de subordinação	Tipo de Garantia	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Senior	Com Garantia Real	314	565	699	10.132	11.710

⁽¹⁾ Os saldos apresentados acima referem-se às rubricas de financiamentos Braskem Idesa (circulante e não circulante) apresentados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Para fins de ordem de classificação dos créditos, as dívidas da Companhia são cobertas por garantias fidejussórias, à exceção das dívidas contratadas junto ao BNDES, BNB, FINEP e NEXI, que são cobertas por garantias reais e financeiras. Do ponto de vista contratual, à exceção do Bond emitido em julho de 2020, não existe subordinação entre as dívidas, de modo que o pagamento de cada uma delas deverá observar a data de vencimento estabelecida em cada instrumento contratual, independentemente do pagamento das demais dívidas.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 (R\$ Milhões)
Passivo Circulante e Não Circulante	88.462
Patrimônio Líquido Atribuível aos Acionistas	3.992
Índice de Endividamento	22

(iv) Restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

As dívidas em que a Companhia figura como emissora ou garantidora não possuem restrições em relação a limites para determinados indicadores ligados a capacidade de endividamento e de pagamento de juros. Entretanto, alguns desses contratos de financiamento contêm outras obrigações que restringem, dentre outras, a capacidade da Companhia e da maioria de suas subsidiárias de outorgarem em garantia, incorporarem, fundirem, transferirem, ou alienarem de outra forma todos ou substancialmente todos os seus ativos.

As restrições pactuadas não ensejaram a aceleração de nenhum dos contratos de financiamentos celebrados pela Companhia.

g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2023, todos os limites de crédito já contratados pela Companhia haviam sido inteiramente utilizados, à exceção da linha de crédito rotativo (Revolving Credit Facility) no valor de US\$ 1 bilhão, com vencimento em 2026.

PÁGINA: 10 de 99

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Demonstração de Resultado (R\$ milhões) CONSOLIDADO	dez/23 (A)	AV %	dez/22 (B)	AV %	dez/23 x dez/22 (A)/(B)
Receita líquida de vendas e serviços	70.569	100%	96.519	100 %	(27%)
Custo dos produtos vendidos	(67.548)	(96%)	(85.161)	(88%)	(21%)
Lucro bruto	3.021	4%	11.358	12%	(73%)
Despesas com vendas e distribuição	(1.916)	(3%)	(2.108)	(2%)	(9%)
Redução ao valor recuperável de contas a receber e outros de clientes	(83)	0%	(38)	0%	118%
Gerais e administrativas	(2.472)	(4%)	(2.764)	(3%)	(11%)
Pesquisa e desenvolvimento	(383)	(1%)	(374)	(0%)	2%
Resultado de participações societárias	7	0%	35	0%	(80%)
Outras receitas (despesas) líquidas	(966)	(1%)	(1.837)	(2%)	(47%)
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos	(2.792)	(4%)	4.272	4%	(165%)
Resultado financeiro líquido	(3.400)	(5%)	(4.225)	(4%)	(20%)
Despesas financeiras	(5.589)	(8%)	(5.066)	(5%)	10%
Receitas financeiras	1.678	2%	1.374	1%	22%
Resultado com derivativos e variações cambiais, líquidas	511	1%	(533)	(1%)	n.a.
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(6.192)	(9%)	47	0%	n.a.
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	1.302	2%	(868)	(1%)	(250%)
Lucro líquido (prejuízo) do período	(4.890)	(7%)	(821)	(1%)	496%
Atribuível a					
Acionistas da Companhia	(4.579)	(6%)	(336)	0%	n.a.
Participação de acionistas não controladores em controladas	(311)	0%	(485)	(1%)	(36%)

As principais variações nos resultados operacionais do último exercício social são explicadas abaixo:

RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS

A receita líquida de vendas e serviços reduziu R\$ 25.950 milhões, ou 27%, para R\$ 70.569 milhões em 2023, de R\$ 96.519 milhões em 2022, em função, principalmente, (i) do menor preço no mercado internacional de PE, PP, PVC e principais químicos no segmento Brasil, PP nos Estados Unidos e Europa e PE no segmento México; (ii) do menor volume de vendas de resinas no mercado brasileiro e internacional e do menor volume de vendas de principais químicos no mercado brasileiro no segmento Brasil; e (iii) da apreciação do real frente ao dólar de 3,3% entre os períodos.

CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E LUCRO BRUTO

O custo dos produtos vendidos diminuiu R\$ 17.613, ou 21%, para R\$ 67.548 milhões em 2023, de R\$ R\$ 85.161 milhões em 2022, explicado principalmente pela (i) queda de R\$ 15.037 milhões no custo dos produtos vendidos no segmento Brasil, que é explicado, principalmente, pela queda de 16%, 49% e 36% nas referências internacionais de nafta, etano e propano, associado a uma redução no volume de vendas de resinas e químicos no mercado brasileiro, e exportação de resinas; (ii) queda de R\$ 3.859 no custo dos produtos vendidos no segmento Estados Unidos e Europa, que é explicado, principalmente, pela queda de 16% na referência internacional de propeno nos Estados Unidos e Europa; e (iii) queda de R\$ 704 milhões no custo de produto vendido do segmento México, que é explicado, principalmente, pela redução de 49% na referência internacional de etano. Este efeito foi parcialmente compensado pelo aumento no volume de vendas no período. O Lucro Bruto Consolidado reduziu R\$ 8.337 milhões, ou 73%, para R\$ 3.021 milhões em 2023 de R\$ 11.358 milhões em 2022. A margem bruta (lucro bruto como percentual da receita líquida) caiu para 4,3% em 2023 de 11,8% em 2022.

DESPESAS COM VENDAS E DISTRIBUIÇÃO

As despesas com vendas e distribuição diminuíram R\$ 192 milhões, ou 9%, para R\$ 1.916 milhões em 2023, de R\$ 2.108 milhões em 2022, principalmente devido a (i) uma redução nas despesas com terceiros, armazenamento e logística como resultado da implementação de iniciativas de redução de custos variáveis; e (ii) menor volume de vendas do segmento Brasil. As despesas com vendas e distribuição como percentual da receita líquida foi de 2,7% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, ante 2,2% no período correspondente de 2022.

REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE CONTAS A RECEBER E OUTROS DE CLIENTES

As perdas com redução ao valor recuperável de contas a receber e outros de clientes aumentaram em R\$ 45 milhões, ou 118%, para uma despesa de R\$ 83 milhões em 2023, de uma despesa de redução de R\$ 38 milhões em 2022, explicado, principalmente, por inadimplência de clientes no Brasil como resultado dos desafios econômicos e do setor.

DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

As despesas gerais e administrativas diminuíram R\$ 292 milhões, ou 11%, para R\$ 2.472 milhões em 2023, de R\$ 2.764 milhões em 2022, principalmente como resultado de menores despesas resultantes de propaganda e publicidade, serviços de consultoria, despesas jurídicas e viagens como resultado da implementação de iniciativas de redução de custos fixos. As despesas gerais e administrativas como percentual da receita líquida foi de 3,5% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, ante 2,9% no período correspondente de 2022.

DESPESAS COM PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

As despesas com pesquisa e desenvolvimento aumentaram R\$ 9 milhões, ou 2%, para R\$ 383 milhões em 2023, de R\$ 374 milhões em 2022, explicada, principalmente, por maiores despesas com funcionários e benefícios, registros e manutenção de marcas e patentes, aluquel de imóveis e material de laboratório.

RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

Os resultados de participações societárias diminuíram R\$ 28 milhões, ou 80%, para um lucro de R\$ 7 milhões em 2023, de um lucro R\$ 35 milhões em 2022, devido aos menores lucros líquidos das investidas Refinaria de Petróleo Riograndense (RPR) e maiores perdas da investida Sustainea Bioglycols. Este efeito foi parcialmente compensado por um aumento no lucro da Borealis Brasil S.A.

OUTRAS RECEITAS

Outras receitas aumentaram R\$ 1.262 milhões, ou 249%, para R\$ 1.769 milhões em 2023, de R\$ 507 milhões em 2022, explicado, principalmente, pelo (i) termo de quitação de sinistro firmado com seguradoras; e (ii) reconhecimento de créditos tributários de PIS e COFINS para insumos considerados essenciais e relevantes.

OUTRAS DESPESAS

Outras despesas aumentaram R\$ 391 milhões, ou 17%, para R\$ 2.735 milhões em 2023, de R\$ 2.344 milhões em 2022, devido principalmente a atualização das provisões contábeis relacionadas ao evento geológico de Alagoas referente ao: (i) Termo de Acordo Global com o município de Maceió; (ii) progresso das frentes de trabalho; e (iii) provisões complementares ao longo do ano.

RESULTADO ANTES DAS DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS E IMPOSTOS

Os resultados antes das despesas financeiras líquidas e impostos reduziu R\$ 7.064 milhões, ou 165%, para um prejuízo de R\$ 2.792 milhões em 2023, de um lucro de R\$ 4.272 milhões em 2022, em função principalmente de menores resultados antes das despesas financeiras líquidas e impostos de todos os segmentos reportáveis da Companhia, como resultado de:

(a) o resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos do segmento Brasil diminuiu R\$ 4.013 milhões, ou 187%, para um prejuízo de R\$ 1.871 milhões em 2023, de R\$ 2.142 milhões em 2022. A margem operacional do segmento Brasil, definida como um percentual do resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos dividido pela receita líquida de vendas e serviços, diminuiu para 4% em 2023, em comparação com uma margem operacional de 3,1% em 2022, principalmente devido (i) ao menor volume de vendas de principais químicos no mercado brasileiro em função da menor demanda; (ii) aos menores spreads internacionais de PE, PP e PVC no período; e (iii) à apreciação do real frente ao dólar de 3,3% entre os períodos;

b) o resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos do segmento Estados Unidos e Europa diminuiu R\$ 1.766 milhões, ou 67%, para R\$ 887 milhões em 2023, em comparação com R\$ 2.653 milhões em 2022. A margem operacional do segmento Estados Unidos e Europa, definida como um percentual do resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos dividido pela receita líquida de vendas e serviços, reduziu para 5% em 2023, em comparação com uma margem operacional de 11% em 2022 devido (i) ao menor spread de PP nos Estados Unidos e Europa; e (ii) à apreciação do real frente ao dólar de 3,3% entre os períodos;

PÁGINA: 13 de 99

(c) o resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos do segmento do México diminuiu R\$ 617 milhões, ou 220 %, para um prejuízo de R\$ 337 milhões em 2023, de R\$ 280 milhões em 2022. A margem operacional do segmento México, definida como um percentual do resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos dividido pela receita líquida de vendas e serviços, diminuiu para -7,6% em 2023, em comparação com uma margem operacional de 4,8% em 2022, devido principalmente (i) aos menores spreads internacionais de PE; e (ii) à apreciação do real frente ao dólar de 3,3% entre os períodos.

RESULTADO FINANCEIRO

Despesas Financeiras

As despesas financeiras aumentaram R\$ 523 milhões, ou 10%, para R\$ 5.589 milhões em 2023, de R\$ 5.066 milhões em 2022, explicado, principalmente, pelas maiores despesas com juros em função do aumento do saldo da dívida bruta no período.

Receita Financeira

As receitas financeiras aumentaram R\$ 304 milhões, ou 22%, para R\$ 1.678 milhões em 2023, de R\$ 1.374 milhões em 2022, explicado, principalmente, pela maior receita com juros de aplicações financeiras no Brasil e no Mercado internacional em função (i) do aumento das aplicações financeiras no período; (ii) do aumento nas taxas de juros no Brasil e no mercado internacional.

Resultado com derivativos e variação cambial, líquidas

O resultado com derivativos e variações cambiais líquidas aumentaram R\$ 1.044 milhões, para um lucro de R\$ 511 milhões em 2023, de uma despesa de R\$ 533 milhões em 2022, principalmente como resultado dos efeitos de (i) valorização do real ao final do período frente ao dólar norte-americano sobre a exposição líquida média ao dólar do resultado financeiro não designado para hedge accounting no montante de US\$ 3,9 bilhões para o período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2023; e (ii) a valorização do peso mexicano ao final do período frente ao dólar norte-americano sobre a exposição líquida média ao dólar do resultado financeiro da Braskem Idesa não designado para hedge accounting no montante de US\$ 2 bilhões para o período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2023.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTES E DIFERIDOS

O imposto de renda e contribuição social foi positivo em R\$ 1.302 milhões em 2023, comparado com uma despesa de R\$ 868 milhões em 2022, devido ao prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social, que foi impactado principalmente pelos menores spreads petroquímicos no mercado internacional em todos os segmentos da Companhia no período.

LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO

Como resultado do acima exposto, a Companhia registrou um prejuízo de R\$ 4.890 milhões, em 2023, comparado a um prejuízo líquido de R\$ 821 milhões, ou 1% da receita líquida, em 2022, em função, principalmente, (i) dos menores spreads petroquímicos no mercado internacional em todos os segmentos da Companhia no período; e (ii) das provisões

relacionada ao evento geológico de Alagoas.

FLUXOS DE CAIXA

Demonstração de Fluxo de Caixa (R\$ milhões) CONSOLIDADO	Dez-2023 (A)	AV%	Dez-2022 (B)	AV%	Dez- 2023 x Dez- 2022 (A)/(B)
Caixa líquido (utilizado) gerado pelas atividades operacionais	(2.272)	100%	8.951	100%	N/A
Utilização de caixa em atividades de investimentos	(4.525)	100%	(4.947)	100%	9%
Geração de caixa em financiamentos	8.873	100%	225	100%	n.a.
Variação cambial do caixa de controladas no exterior	(355)		(444)		-20%
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	1.721		3.785		-55%

Fluxos de caixa das Atividades Operacionais

O caixa líquido utilizado nas atividades operacionais totalizou R\$ 2.272 milhões em 2023. O caixa líquido utilizado nas atividades operacionais reduziu R\$ 11.223 milhões em 2023, em comparação a 2022, em função:

- (a) do menor resultado operacional causado (i) pelos menores spreads petroquímicos de PE, PP e PVC no segmento Brasil, PP nos Estados Unidos e Europa e PE no segmento México; (ii) pelo menor volume de vendas de principais químicos e resinas no segmento Brasil e PP nos na Europa; e (v) pela apreciação do real frente ao dólar de 3,3% entre os períodos;
- **(b)** dos pagamentos relacionados ao Evento Geológico de Alagoas no montante de R\$ 2.686 milhões;
- (c) do pagamento de R\$ 3.550 milhões referentes a juros de títulos de dívidas no ano

Em 2023, os efeitos de tais fatores foram compensados parcialmente:

- (a) pela variação positiva de capital de giro em R\$ 2.584 milhões em função (i) das menores referências de preços no mercado internacional em Contas a Receber; (ii) as iniciativas de otimização do capital de giro operacional, resultando em uma redução de aproximadamente 3 dias no prazo média de contas a receber;
- (b) pelo investimento corporativo em CAPEX inferior em R\$ 244 milhões frente estimativa do início do ano, explicado pela otimização e priorização de investimento:
- (c) pelo menor pagamento de IR/CSLL no período.

Fluxos de caixa utilizados em atividades de investimento

O caixa líquido utilizado em atividades de investimento foi de R\$ 4.525 milhões em 2023.

Em 2023, as atividades de investimento que envolveram o caixa da Companhia de forma consolidada foram principalmente de (i) aquisições de ativos imobilizados no valor de R\$ 3.347 milhões, no segmento Brasil, que foram alocados principalmente para operações industriais, incluindo os investimentos relacionados à eficiência operacional, SSMA, produtividade e modernização; (ii) aquisições de ativos imobilizados de R\$ 354 milhões no segmento Estados Unidos e Europa, alocados tanto em operações industriais quanto em projetos estratégicos; e (iii) aquisições de imobilizado no valor de R\$ 842 milhões no México para projetos operacionais e estratégicos, como a construção do terminal de importação de etano através da Terminal Química Puerto México e a expansão da solução *Fast Track*.

(Aplicação) Geração de caixa em Financiamentos

A (aplicação) geração de caixa em financiamentos registrou R\$ 8.873 milhões em 2023.

Durante o ano de 2023, levantamo-nos principalmente:

- R\$ 8.862 milhões por meio da emissão de 7,250% Senior Notes com vencimento em 2033 e 8,500% Senior Notes com vencimento em 2031;
- R\$ 1.690 milhões por meio de linhas de crédito com bancos;
- R\$ 760 milhões relacionados ao saque da TQPM sobre o financiamento obtido para construção do terminal de etano no valor total de R\$ 1,975 (US\$ 408 MM).

Durante o ano de 2023, usamos principalmente dinheiro para pagar:

- R\$ 1.561 milhões, relativos ao resgate integral de nossas Notes de 6,450% em circulação com vencimento em 2024; e
- R\$ 1.209 milhões, referentes ao pagamento de despesas agregadas relativas a contratos de arrendamento mercantil.

Salvo se houver decisão do conselho de administração que delibere a incompatibilidade com a situação financeira da Companhia e posterior ratificação de tal decisão pelos acionistas, o pagamento de dividendos é obrigatório pela Lei das Sociedades por Ações e estatutos da Companhia e também pelos acordos com dois dos acionistas majoritários da Companhia, podendo assim darorigem a significativas necessidades de caixa em períodos futuros.

PÁGINA: 16 de 99

2.2 Os diretores devem comentar

2.2 Os diretores devem comentar¹:

a. Resultados das operações da Companhia

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

As informações deste item são apresentadas no item 2.2 (b) abaixo.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Crescimento do PIB brasileiro e demanda interna dos produtos da Companhia

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, as vendas internas e exportações do segmento Brasil representaram 69% da receita líquida consolidada de todos os segmentos da Companhia. Portanto, o volume de vendas da Companhia é afetado pela conjuntura econômica do país e nos outros países em que opera. O resultado das operações e a situação financeira tem sido e continuarão a ser afetados pela taxa de crescimento ou de contração do PIB brasileiro, dos Estados Unidos, da Europa e do México, e pelas taxas de crescimento ou contração globais.

A tabela a seguir mostra as taxas de crescimento do PIB brasileiro e outros indicadores macroeconômicos relevantes nos períodos apresentados:

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023
PIB Crescimento/Redução ⁽¹⁾	3,1%
Inflação (IGP-M) ⁽²⁾	-3,2%
Inflação (IPCA) ⁽³⁾	4,6%
Taxa CDI ⁽⁴⁾	11,9%
Valorização (desvalorização) do real vs. dólar	-7,2%
Taxa de câmbio do fim do período rate -US\$1,00	R\$ 5,2177

Fontes:

- (1) PIB brasileiro medido segundo o Sistema IBGE de Recuperação Automática SIDRA.
- (2) Inflação medida pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) da Fundação Getúlio Vargas.
- (3) Inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do IBGE.
- (4) A taxa CDI é a média das taxas interbancárias overnight no Brasil (na última data do respectivo período).

A taxa de crescimento do PIB brasileiro vem flutuando significativamente e a Administração da Companhia acredita ser provável que esta flutuação persista. A Administração acredita que o impacto do crescimento econômico no Brasil provavelmente afetaria de modo positivo no futuro o volume de vendas dos seus produtos no mercado brasileiro, a receita líquida de vendas e serviços e os resultados operacionais. Contudo, um baixo crescimento econômico ou uma recessão no Brasil provavelmente levaria à redução do volume de vendas no mercado brasileiro, causando potencial efeito negativo nos resultados operacionais.

Segundo o FMI, a economia global está resiliente e se recuperando gradualmente dos efeitos da pandemia, da guerra Rússia-Ucrânia e da crise do custo de vida. O PIB mundial expandiu 6,1% em 2021, 3,5% em 2022 e espera-se que tenha um crescimento de 2,1% em 2023 e 3,1% em 2024.

Efeitos de flutuações da taxa de câmbio entre o real e o dólar

Os resultados das operações da Companhia e sua situação financeira tem sido e continuarão a ser afetados pela taxa de desvalorização ou valorização do real frente ao dólar uma vez que: (i) uma parcela substancial da receita líquida de vendas e serviços da Companhia é expressa ou está atrelada ao dólar; (ii) os custos das matérias-primas e alguns catalisadores necessários nos processos de produção, são incorridos em dólares ou estão atrelados a essa moeda; (iii) algumas despesas operacionais e investimentos de outras naturezas são expressos em dólares ou estão atrelados a essa moeda; e (iv) a Companhia tem valores significativos de passivos expressos em dólares que exigem o pagamento do principal e juros nessa moeda.

Praticamente todas as vendas da Companhia são de produtos petroquímicos para os quais existem preços no mercado internacional expressos em dólares. Em geral, a Administração procura definir os preços considerando: (i) o preço dos produtos petroquímicos nos mercados internacionais; e (ii) no Brasil, as variações da taxa de câmbio real/dólar. Desta forma, embora uma parcela significativa da receita líquida de vendas e serviços seja expressa em reais, substancialmente todos os produtos da Companhia são vendidos a preços que tomam por base os preços do mercado internacional, cotados em dólares.

Por sua vez, flutuações do real também afetarão o custo da nafta, etano, propano, propeno e de outras matérias-primas atreladas ao dólar ou matérias-primas importadas. O preço das matérias-primas sob todos os contratos com a Petrobras é atrelado ao dólar. A fórmula de preços inclui um fator que ajusta o preço para refletir a taxa de câmbio do real em relação ao dólar americano.

A desvalorização do real frente ao dólar geralmente causa um aumento nos custos de produção dos produtos assim como a Companhia tenta aumentar os preços dos seus produtos em reais (na medida possível à luz das condições de mercado à época vigente no país), o que pode resultar na redução dos volumes de vendas de seus produtos. Na medida em que os aumentos de preços não sejam suficientes para cobrir os aumentos de custo das matérias-primas, o lucro bruto da Companhia diminui. Inversamente, a valorização do real frente ao dólar causa geralmente uma redução nos custos de produção dos produtos assim como a Companhia geralmente diminui os preços de seus produtos em reais, o que pode resultar no aumento de volumes de vendas de seus produtos. Em períodos de alta volatilidade da taxa de câmbio dólar/real, geralmente há uma defasagem entre o momento em que o dólar se valoriza ou desvaloriza e a ocasião em que a Companhia pode efetivamente repassar tais aumentos ou reduções de custo em reais a seus clientes no Brasil. Tais descasamentos de preços diminuem quando as flutuações da taxa de câmbio dólar/real são menos voláteis.

A Companhia pode executar transações com derivativos financeiros para mitigar o risco da taxa de câmbio associado com a exposição dos custos em reais. Essas operações podem incluir opções de compra e venda e estratégias relacionadas. Por exemplo, a Companhia pode aplicar uma estratégia de proteção chamada de collar, que consiste na compra de uma opção de venda associada à venda simultânea de uma opção de compra, sendo que as duas opções possuem a mesma validade. Nesse caso, se o real desvalorizar e o preço de exercício da compra excede a taxa de câmbio da data de exercício da opção, a Companhia pode sofrer perdas financeiras significativas. No entanto, uma vez que essas estratégias serão implementadas apenas para fins não especulativos (de acordo com a política financeira da Companhia), as perdas em potencial sobre as transações com derivativos deverão ser compensadas por custos fixos mais competitivos em reais.

O endividamento consolidado em dólares americanos da Companhia representava 88% do seu endividamento em aberto em 31 de dezembro de 2023, excluindo a dívida relacionada à Braskem Idesa. Incluindo esta última, o endividamento consolidado em dólares americanos da Companhia representava 90,5% do seu endividamento em aberto em 31 de dezembro de 2023.

Assim, quando o real se desvaloriza frente ao dólar: (i) os custos com juros sobre a dívida expressa em dólares aumentam em reais, afetando negativamente o lucro líquido consolidado das operações em reais; (ii) o valor em reais da dívida expressa em dólares aumenta, e o total

PÁGINA: 18 de 99

do passivo e obrigações de serviço da dívida em reais aumenta; e (iii) as despesas financeiras tendem a aumentar como resultado das perdas cambiais que a Companhia registra, mitigadas pela decisão da companhia em 1 de maio de 2013, 10 de outubro de 2017, 2 de fevereiro de 2019, 2 de maio de 2019, 1 de novembro de 2019, 31 de dezembro de 2019, 2 de janeiro de 2020, 1 de março de 2021, 1 de setembro de 2022 e 1 de outubro de 2023 de designar parte dos passivos denominados em dólares norte-americanos como hedge de exportações futuras.

As vendas para exportação e as vendas pelo segmento EUA e Europa, que permite a Companhia gerar recebíveis a pagar em moedas estrangeiras, tendem a fornecer um hedge contra uma parte das obrigações de serviço da dívida em dólares americanos da Companhia, mas não correspondem totalmente a elas. Para mitigar ainda mais sua exposição ao risco cambial, a Companhia tenta, sempre que possível, contrair empréstimos para financiamento comercial para suas necessidades de capital de giro, cujo financiamento geralmente está disponível a um custo mais baixo porque está ligado às exportações em dólares americanos.

A taxa de câmbio real/dólar americano variou significativamente ao longo do tempo. O real depreciou-se em relação ao dólar americano de meados de 2011 até o início de 2016, e novamente do início de 2018 até 2020. Em 31 de dezembro de 2020, a taxa de câmbio real/dólar americano informada pelo Banco Central era de R\$ 5,1967 por US\$ 1,00; em 31 de dezembro de 2021, a taxa de câmbio real/dólar americano informada pelo Banco Central era de R\$ 5,5805 a US\$ 1,00; em 31 de dezembro de 2022, a taxa de câmbio real/dólar americano informada pelo Banco Central era de R\$ 5,2177 a US\$ 1,00; e, em 31 de dezembro de 2023, a taxa de câmbio real/dólar americano informada pelo Banco Central era de R\$ 4,8313 a US\$ 1,00. Não há garantias de que o real não se depreciará ou valorizará ainda mais em relação ao dólar americano.

Efeitos da inflação no Brasil

A inflação brasileira afeta o desempenho financeiro da Companhia na medida em que aumenta algumas de suas despesas operacionais expressas em reais (e não atreladas ao dólar). Uma parcela significativa do seu custo dos produtos vendidos, no entanto, está atrelada ao dólar, não sendo substancialmente afetada pela taxa de inflação brasileira. Algumas das dívidas em reais da Companhia são indexadas para levar em conta os efeitos da inflação. Sob esta dívida, o valor do principal geralmente é ajustado com referência ao Índice Geral de Preços de Mercado, um índice de inflação, de modo que a inflação resulta em aumentos nas despesas financeiras e obrigações de serviço da dívida da Companhia. Além disso, uma parcela significativa da dívida denominada em reais da Companhia incide juros à TLP ou à taxa CDI, que são parcialmente ajustados pela inflação.

Efeito das Vendas no Exterior sobre o Desempenho Financeiro

A Companhia possui significativa capacidade de produção instalada fora do Brasil a partir de unidades industriais localizadas nos Estados Unidos, Alemanha e México.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, 43% da receita líquida foi proveniente das vendas de produtos fora do Brasil, ante 42% em 2022 e 47% em 2021.

As vendas fora do Brasil são importantes para a Companhia para fins de diversificação em relação ao equilíbrio regional de oferta e demanda, fatores macroeconômicos e o ambiente político. Em linha com sua estratégia, as vendas fora do Brasil afetam o desempenho financeiro da Companhia ao proteger suas operações contra riscos ligados ao Brasil.

Em 2021, a economia mundial continuou a ser afetada pelos efeitos adversos causados pela pandemia COVID-19 e no último trimestre de 2021, segundo o FMI, a variante Omicron levou a um aumento das restrições de mobilidade e a uma maior volatilidade do mercado financeiro.

Em 2022 e 2023, a economia mundial continuou a ser afetada pelas incertezas geopolíticas, pelo conflito entre a Rússia e a Ucrânia, pelo aumento das taxas de inflação em todo o mundo e pela política de "zero COVID" implementada pela China durante 2022. A combinação destes fatores causou a redução ou suspensão da produção, afetando diretamente o mercado de

produtos petroquímicos e outros produtos em todo o mundo.

Efeito da ciclicidade na indústria petroquímica

Historicamente, o mercado petroquímico global passou por períodos alternados de oferta limitada, levando ao aumento dos preços globais e das margens de lucro, seguidos de períodos de adição de capacidade de produção, o que pressiona para baixo as taxas de utilização, os preços globais e, consequentemente, as margens operacionais, até que a demanda se recupere, com este novo nível de disponibilidade de produtos. Este cenário econômico é conhecido como um ciclo petroquímico.

As vendas de petroquímicos e produtos químicos estão ligadas à demanda global e aos níveis de produção (oferta x demanda), que podem ser afetados por fatores macroeconômicos, tais como taxas de juros, preços do petróleo, mudanças para produtos alternativos, inovação, tendências de consumo, requisitos de supervisão regulatória e legislativa, acordos comerciais, assim como disrupções, pandemias ou outros eventos globais. Portanto, os resultados da Companhia são influenciados não apenas por nossas atividades, mas também pela indústria e cenários macroeconômicos, sobre os quais a Companhia não tem controle e que podem afetar adversamente os resultados operacionais da Companhia.

Entretanto, às vezes novas oportunidades surgem de externalidades, tais como a mudança no comportamento do consumidor como exemplo derivado da COVID-19: de 2020-2022, uma grande parte da população passou a trabalhar em casa e, como consequência, aumentou a demanda por vários segmentos, como embalagem, saúde, construção. A Companhia acredita que este resultado resultou em um movimento de queda menos pronunciado na indústria petroquímica.

As tendências cíclicas dos preços de venda internacionais e das margens operacionais relativas a escassez e aumento da oferta global poderão persistir, principalmente em razão do impacto contínuo de quatro fatores genéricos:

- (i) as tendências cíclicas dos negócios em geral e das atividades macroeconômicas produzem oscilações na demanda por petroquímicos;
- durante períodos de demanda reduzida, a alta estrutura de custos fixos da indústria petroquímica geralmente leva os produtores a competir agressivamente no preço a fim de maximizar a utilização da capacidade;
- (iii) aumentos significativos de capacidade, por meio da expansão ou construção de fábricas, podem levar de três a quatro anos para se tornarem operacionais e, portanto, são necessariamente baseadas em estimativas de demanda futura; e
- (iv) uma vez que na maioria dos casos a concorrência com relação a produtos petroquímicos tem seu foco no preço, ser um produtor de baixo custo é fundamental para melhorar a lucratividade. Isso favorece os produtores com plantas maiores que maximizam economias de escala, mas a construção de plantas com alta capacidade pode acarretar aumentos significativos de capacidade que podem suplantar o crescimento corrente da demanda.

A longo prazo, a tendência é que o ciclo de baixa se suavize e, eventualmente, reverta para um ciclo de alta novamente, enquanto a indústria espera para tomar decisões sobre novos investimentos, no tempo em que o comércio global se reequilibra, e a demanda mundial absorve nova capacidade. Adicionalmente, os projetos que são anunciados para começar mais no futuro têm uma chance maior de serem adiados ou cancelados, pois o cenário pode mudar, as matérias-primas podem se tornar mais ou menos vantajosas e as curvas de custo de caixa podem mudar.

O ano de 2023 foi uma montanha-russa para as expectativas da indústria petroquímica. Do lado da demanda, em janeiro, a China encerrou a política Covid Zero, uma decisão muito

aguardada pelo mercado refletindo em aumentos de preços e spreads na maioria das commodities, mas no final de março o cenário voltou à instabilidade, na medida em que se notou que a China pode estar perdendo espaço como o principal motor do crescimento global (apesar dos serviços terem apresentado bons resultados). Nos EUA, a inflação elevada e consistente representou uma ameaça maior do que o esperado pelo governo de Biden, reduzindo consequentemente a procura e pressionando para baixo os preços das matériasprimas. Do lado da oferta, a China continuou no caminho da autossuficiência em PE e PP (principalmente), e os EUA cruzaram a linha de importador líquido para pequeno exportador líquido de PP, de acordo com consultorias externas as novas adições de PE atingiram 7,06 milhões de toneladas (+4,9% vs. 2022) e PP outros 6,95 MM toneladas (+6,9% vs. 2022). A volatilidade das commodities que começou em 2022 também esteve presente em 2023, embora o conflito entre Rússia e Ucrânia estivesse se normalizando, a aversão ao risco (interrupção da oferta) permaneceu bastante influente, assim como as intervenções da OPEP+ na produção (e nos preços). No entanto, a diminuição da procura contrabalançou os efeitos, travando os preços do petróleo.

Durante os primeiros meses de 2022, a economia global passou da esperança do fim das restricões da COVID-19 para o medo de uma guerra mundial, após o conflito entre a Rússia e a Ucrânia. O conflito entre a Rússia e a Ucrânia causou um choque nos preços das commodities, com os preços do petróleo chegando a US\$ 140 por barril, dada a relevância da Rússia como um fornecedor chave de petróleo e gás. Foram impostas severas sanções comerciais à Rússia, que também afetaram a economia global, especialmente a Europa, devido à sua dependência do petróleo e do gás russos. O conflito também provocou um aumento da inflação global, que atingiu níveis não vistos desde os anos 80. Enquanto isso, a China lutou significativamente com as restrições da COVID-19 em 2022, e sua política "COVID-zero" desafiou a economia do mais importante fabricante de preços para a petroquímica. A demanda começou a diminuir no segundo trimestre de 2022 com os bancos centrais em todo o mundo aumentando significativamente as taxas de juros, numa tentativa de controlar a inflação crescente. A segunda metade de 2022 foi marcada pelo início de um novo ciclo de queda para a indústria petroquímica, já que novas adições significativas de capacidade, que haviam sido adiadas desde 2020, tornaram-se operacionais, e espera-se um aumento adicional de capacidade em 2023 e 2024, o que pode levar a uma redução adicional dos spreads para o período.

Em 2020 e 2021, o mundo sofreu impactos significativos nas cadeias de abastecimento globais, à medida que o confinamento social provocado pela Covid acarretou a escassez de contêineres disponíveis para transportar materiais entre diferentes países devido aos bloqueios e greves no transporte ferroviário e rodoviário mundialmente, reivindicando melhores condições de trabalho. Estas restrições logísticas levaram ao aumento das taxas de frete, o que ajudou os mercados internos (protegendo aqueles expostos às importações da China), mas também alimentou a inflação. Além disso, as disrupções começaram a ocorrer com maior frequência, em especial aquelas relacionadas ao clima, como tempestades de inverno, secas de rios e furacões. Estes acontecimentos levaram a melhores preços e spreads, uma vez que a oferta ficou escassa durante algum tempo na área afetada.

Efeitos da flutuação dos preços internacionais das principais matérias-primas (nafta, etano, propano e propeno)

As flutuações no preço de mercado internacional da nafta têm efeitos significativos nos custos de produtos vendidos da Companhia e nos preços que pode cobrar de seus clientes por seus produtos de primeira e segunda geração. A instabilidade política no Oriente Médio ou eventos similares que possam ocorrer, incluindo o conflito militar entre a Rússia e a Ucrânia, e mais recentemente o conflito Israel-Palestina, pode levar a efeitos imprevisíveis sobre a economia global ou sobre as economias das regiões afetadas. Esses eventos tiveram e podem continuar a ter efeitos negativos sobre a produção de petróleo e a volatilidade de preços, consequentemente levando a nafta e os preços petroquímicos a preços mais altos em todo o mundo.

O preço do etano e propano na região de Mont Belvieu no Texas e Henry Hub nos Estados Unidos é usado como referência para os custos de matéria-prima da Companhia. Qualquer

desenvolvimento futuro que afete o equilíbrio entre oferta e demanda de gás natural nos Estados Unidos pode afetar negativamente o preço do gás natural no Mont Belvieu e Henry Hub (incluindo, portanto, o etano, propano e butano) e aumentar os custos de produção da Companhia ou diminuir o preço dos produtos petroquímicos. Fatores externos e desastres naturais, como furacões, invernos rigorosos ou desenvolvimentos industriais, como a exploração de gás de xisto, podem perturbar o fornecimento de gás natural, aumentando assim o custo, o que pode afetar materialmente de forma adversa o custo dos produtos vendidos e os resultados das operações da Companhia.

O preço do propeno é baseado na referência americana, e é (i) produzido por três processos diferentes: produção em refinarias (FCC - Fluidized Catalytic Cracking), steam cracking, e produção para uso próprio (PDH - Propane Dehydrogenation), sendo as refinarias a principal fonte de propeno nos Estados Unidos; entretanto, (ii) as refinarias podem utilizar o propileno para fazer alguns produtos diferentes. Seu desejo de vender o propeno no mercado aberto depende da demanda e do preço da gasolina junto com alguns outros produtos químicos. Para o processo de steam cracker, o propileno é um coproduto derivado dos processos de rachadura do etano, propano e butano, cuja dinâmica de preco se correlaciona com a do petróleo; e/ou (iii) gás natural, explicado acima. A escolha da matéria-prima do cracker a vapor tem um efeito dramático no fornecimento de propeno ao mercado, uma vez que seu volume de produção é diferente para cada matéria-prima. Durante os últimos anos, o etano tem sido a principal matéria-prima, devido a seu preço mais baixo e à alta demanda de polietileno. Para o processo PDH, os preços do propano desempenham um papel importante no preço do propeno, mas ele define principalmente o preço mínimo, não o teto. Isto porque os PDHs são os produtores marginais de propeno. O teto de preço é determinado pela capacidade de vender produtos de propeno, nacional e internacionalmente.

Efeitos da flutuação dos preços internacionais no custo dos produtos vendidos

A nafta é a principal matéria-prima utilizada das operações químicas que fazem parte do Segmento Brasil. A nafta e o condensado representaram 37% do custo consolidado direto e indireto dos produtos vendidos durante 2023 da Companhia.

O custo da nafta varia de acordo com os preços do mercado internacional, que flutuam dependendo da oferta e demanda de petróleo e outros produtos petrolíferos refinados. A Companhia compra nafta sob um contrato de fornecimento de longo prazo com a Petrobras e Acelen, e importa nafta de outros fornecedores através de terminal em Aratú, no Estado da Bahia e do terminal da Petrobras em Osório, no Estado do Rio Grande do Sul. Os preços que a Companhia paga pela nafta sob estes acordos, além de contrato de fornecimento com a Petrobras, são baseados no preço de mercado da nafta no mercado Amsterdã-Roterdã-Antuérpia (ARA). Como resultado, as flutuações no preço de mercado ARA para a nafta tiveram um impacto direto sobre o custo de dos produtos de primeira geração da Companhia.

Os contratos da Companhia com a Petrobras e a Acelen preveem preços de nafta baseados em cotações ARA. A volatilidade da cotação deste produto no mercado internacional, a taxa de câmbio real/dólar americano e o nível de dissulfeto de carbono, um contaminante da nafta que é entregue, também influenciam o preço da nafta que a Companhia compra da Petrobras. A Companhia acredita que estes contratos reduziram a exposição do custo de produtos de primeira geração da Companhia às flutuações no preço de mercado ARA da nafta.

O preço internacional da nafta flutuou significativamente no passado, e a Companhia espera que continue a flutuar no futuro. Aumentos significativos no preço da nafta e, consequentemente, no custo de produção dos produtos da Companhia, geralmente reduzem suas margens brutas e seus resultados operacionais na medida em que não é capa de repassar todos esses custos aumentados para seus clientes, e podem resultar na redução do volume de vendas de seus produtos. Por outro lado, reduções significativas no preço da nafta e, consequentemente, no custo de produção de produtos da Companhia, geralmente aumentam suas margens brutas e seus resultados de operações e podem resultar em maiores volumes de vendas se este custo mais baixo levar a Companhia a baixar os preços. Em períodos de alta volatilidade do preço em dólares americanos da nafta, geralmente há uma defasagem entre o tempo em que o preço em dólares americanos aumenta ou diminui e o tempo em que somos

capazes de repassar custos aumentados, ou necessários para repassar custos reduzidos aos clientes no Brasil da Companhia. Estas discrepâncias de preços diminuem quando o preço em dólares americanos da nafta é menos volátil.

Atualmente, a Companhia não cobre a exposição a mudanças nos preços da nafta porque uma parte de suas vendas são exportações a pagar em moedas estrangeiras e ligadas aos preços de mercado internacional da nafta e também porque os preços de polietileno, polipropileno e PVC vendidos no Brasil geralmente.

Efeitos da flutuação dos preços internacionais nos preços dos produtos vendidos

No Brasil, os preços cobrados pela Companhia por muitos de seus produtos químicos e de resinas termoplásticas em geral são baseados nos preços nos mercados internacionais. Geralmente, os preços dos produtos de segunda geração exportados do Brasil são baseados nos preços praticados no mercado à vista internacional. Nos Estados Unidos e na Europa, os preços do PP comercializado nestas regiões são determinados com base na precificação do mercado regional. No México, o preço do PE é definido com base nos preços na região da Costa do Golfo dos Estados Unidos.

A Companhia negocia mensalmente os preços em reais de seus produtos, principalmente polietileno, polipropileno e PVC, com seus clientes domésticos. A Companhia tenta revisar seus preços para refletir (1) mudanças nos preços do mercado internacional desses produtos, que tendem a flutuar em conjunto com os preços da nafta, especialmente para polietileno, e (2) a valorização ou desvalorização do real em relação ao dólar norte-americano. No entanto, durante períodos de alta volatilidade nos preços do mercado internacional ou nas taxas de câmbio, às vezes a Companhia não consegue refletir integralmente essas mudanças em seus preços de maneira imediata.

Os preços de mercado internacional dos produtos petroquímicos da Companhia têm flutuado significativamente, e é esperado que este movimento continue. A volatilidade do preço da nafta e o preço do petróleo têm efeitos sobre a competitividade dos preços dos crackers baseados em nafta e das resinas da Companhia. Como as tendências de preços da nafta e do etano têm divergido nos últimos anos em maior grau do que tem sido historicamente, os produtores de produtos de eteno e resinas derivadas do etano geralmente têm experimentado custos unitários de matéria-prima mais baixos do que os produtores desses produtos com base na nafta. Como consequência, aumentos significativos no diferencial de preços entre a nafta e o gás, como consequência do aumento dos preços do petróleo, aumenta a competitividade dos produtos derivados do etano e pode resultar em um efeito sobre os resultados operacionais da Companhia na medida em que esta é capaz de manter suas margens operacionais e o aumento dos preços não reduz a pressão nos mercados internacionais.

Aumentos significativos dos preços dos produtos petroquímicos no mercado internacional e, consequentemente, dos preços que a Companhia poderia cobrar, geralmente aumentam a receita líquida de vendas e resultados operacionais à medida que a Companhia possa manter as margens operacionais, e o aumento de preços não reduza os volumes de vendas de seus produtos. Inversamente, quedas significativas dos preços dos produtos petroquímicos no mercado internacional e, consequentemente, dos preços que a Companhia poderia praticar, geralmente reduzem a receita líquida de vendas e serviços e resultados operacionais, se a Companhia não puder aumentar suas margens operacionais ou se a redução dos preços não acarretar aumento dos volumes de vendas de seus produtos.

Utilização da capacidade

As operações da Companhia são intensivas em capital. Em vista disso, a fim de obter custos de produção unitários mais baixos e de manter margens operacionais adequadas, a Companhia procura manter altas taxas de utilização de capacidade em todas as suas unidades industriais. A tabela a seguir demonstra as taxas de utilização de capacidade relativas às plantas de alguns dos principais produtos da Companhia nos períodos apresentados:

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023
Eteno Brasil	71%
PE Brasil	72%
PP Brasil	73%
PVC Brasil	70%
PP EUA e Europa	81%
PE Mexico	77%

Em 2023, a taxa de utilização média das centrais petroquímicas do Brasil foi impactada pela (i) adequação de produção aos níveis de demanda global e (ii) parada programada de manutenção na central petroquímica da Bahia ocorrida no 4T23. No México, a taxa de utilização foi superior em 4 p.p. em relação a 2022, resultado do maior fornecimento de etano da PEMEX, que atingiu 32,2 mil barris por dia em média no ano, representando um aumento de 16% em relação a 2022.

Em 2022, a taxa de utilização média das centrais petroquímicas do Brasil foi afetada principalmente pela redução das margens no mercado internacional, devido à menor demanda. Além disso, a taxa média de utilização de crackers petroquímicos no Brasil foi afetada (i) pela parada programada de manutenção no complexo petroquímico no Rio Grande do Sul por 47 dias e pela parada programada de manutenção na fábrica de PVC em Alagoas por 37 dias, impactando a taxa de utilização do complexo petroquímico na Bahia; e (ii) pela escassez de matéria-prima nos complexos petroquímicos do Rio de Janeiro e ABC, no estado de São Paulo, devido à menor oferta e dada às paradas programadas de manutenção de um fornecedor. No México, a taxa de utilização foi maior em 7 p.p. explicada pela expansão da solução Fast Track para importação de etano, que atingiu 18.500 barris por dia em média para o ano, representando um aumento de 20% em relação a 2021 e 74% da taxa de utilização desta solução.

A utilização média da capacidade de polipropileno diminuiu devido a uma parada programada que ocorreu no segundo trimestre de 2022 no complexo petroquímico no Rio Grande do Sul, e a uma menor demanda no período. A utilização média da capacidade de PVC aumentou devido a um melhor desempenho industrial no período. Com relação ao polipropileno nos EUA e Europa, a utilização média da capacidade diminuiu devido a: (i) menor demanda em tais regiões; e (ii) pequenas paradas não programadas em fábricas de PP no período. Com relação ao polietileno no México, a utilização média da capacidade aumentou principalmente devido ao maior volume de eteno fornecido pela PEMEX e o eteno importado no período.

Efeitos da Política Industrial Brasileira

O governo brasileiro possui influência significativa em alguns setores da indústria interna, inclusive no setor petroquímico no qual a Companhia opera. O governo brasileiro adotou, ou considera a adoção, de medidas que aumentem a competitividade de empresas brasileiras, conforme descreve- se a seguir.

SUDENE – Redução do imposto de renda

Desde 2015, a Braskem obteve benefício fiscal de redução de 75% do IRC sobre o rendimento das seguintes unidades industriais: (i) unidades de PVC e cloro-soda, estabelecidas no estado de Alagoas; e (ii) unidades de químicos, PE, PVC e cloro-soda, estabelecidas na cidade de Camaçari (BA). Este benefício é valido para as pessoas jurídicas com projetos de implementação, modernização ou expansão de empreendimentos industriais. A utilização do benefício pode ser feita durante o período de 10 anos. Ao término do período do benefício, em 2024, a Braskem está trabalhando para renovar o incentivo para o mesmo período. Em 2023, as operações no Brasil registaram prejuízos fiscais, portanto, foi impossível obter uma dedução

para este ano.

PRODESIN - Incentivo de ICMS

A Braskem possui incentivos fiscais de ICMS no Estado de Alagoas, através do Programa de Desenvolvimento Integrado do Estado de Alagoas, ou PRODESIN, que visava implementar e expandir uma planta naquele estado. Este incentivo é considerado uma entrada compensatória ao imposto sobre vendas. Em 2023, o valor foi de R\$ 58,2 milhões (R\$ 87,4 milhões em 2022). Como PRODESIN é considerado um subsídio ao investimento, ele foi destinado à reserva de incentivos fiscais da Companhia, de acordo com a Lei das Sociedades Anônimas Brasileira.

Regime Especial da Indústria Química (REIQ) - Incentivo Fiscal de PIS/COFINS

Em 2013, o Governo Brasileiro aprovou a redução das alíquotas de PIS e COFINS sobre as compras de matérias-primas por produtores de primeira e segunda geração da indústria química e petroquímica. A medida visou restabelecer parcialmente a competitividade da indústria nacional, enfraquecida por fatores relacionados à infraestrutura, produtividade, custos de matéria-prima e energia, e taxa de câmbio, que exerceram pressão sobre o déficit na balança comercial de produtos químicos, que encerrou 2023 em um déficit de aproximadamente US\$ 47 bilhões, segundo a ABIQUIM.

Ao final de 2018, a Companhia dispunha de restituição de 3,65% da alíquota de PIS e COFINS sobre a aquisição de matérias-primas petroquímicas. Em maio de 2018, o REIQ foi revogado por meio da Medida Provisória nº 836/18 com efeitos partir de 1º de setembro de 2018. Entretanto, em outubro de 2018, a Medida Provisória não foi convertida em legislação definitiva e, dessa forma, a restituição de 3,65% da alíquota de PIS e COFINS sobre a aquisição de matérias-primas petroquímicas foi mantida.

Em 1º de março de 2021, por meio de Medida Provisória nº 1034/21, editada pela Presidência da República, o Governo Federal propôs novamente a extinção do REIQ a partir de 1º de julho de 2021, respeitando o princípio constitucional da noventena. Em 23 de junho de 2021, foi aprovado pelo Congresso Nacional, o Projeto de Lei de Conversão nº 12/2021, oriundo das modificações aprovadas da Medida Provisória. No dia 15 de julho de 2021, Presidente da República sancionou o texto proposto, sendo ele convertido na Lei nº 14.183/2021, que prevê a redução gradual do REIQ, extinguindo-o a partir de 1º de janeiro de 2025.

Em 31 de dezembro de 2021, o Governo Federal editou a Medida Provisória nº 1.095, que novamente objetiva acabar com o REIQ, a partir de 1º de abril de 2022. Como se trata de uma Medida Provisória, esta precisa ser aprovada pela Câmara e pelo Senado até o dia 1ºde junho de 2022 para a manutenção da Leinº14.183/2021 ou alteração oficial de seus efeitos e conversão em Lei.

Assim, em maio de 2022, o Congresso Nacional aprovou nova redação para o Regime, prevendo a sua suspensão até o fim de 2022, retomada em 2023 e nova redução gradual até o fim de 2027, condicionada à regulamentação de condicionantes trabalhistas e ambientais. Nesse sentido, na ausência de regulamentação o REIQ não volta a entrar em vigor até que seja editada a norma pelo Poder Executivo. Além disso, o Congresso também aprovou a inserção de dispositivo que concederia novo incremento de 1,5% do REIQ para investimentos em ampliação da capacidade instalada entre 2024 e 2027. Ainda, durante a tramitação da MPV no Congresso, a Associação Brasileira de Indústria Química (ABIQUIM) teve liminar deferida para aplicação do REIQ entre os meses de abril e junho de 2022.

Em junho de 2023, foi publicada no Diário Oficial a sanção da Medida Provisória, convertida na Lei 14.374/2022. O Presidente da República vetou os pontos de incremento do REIQ mediante investimento em capacidade instalada e a proposta de ampliação do Regime para os anos de 2025 e 2027, mantendo a sua suspensão em 2022, mas exclusão definitiva em 2025, mediante regulamentação. Contudo, em dezembro de 2022 o Congresso Nacional derrubou os vetos presidenciais, assim, quando regulamentado, o REIQ passa a valer até 2027. Além disso, voltará a valer o artigo que concede, a partir de 2024, 1,5% de crédito presumido a mais aos investimentos em ampliação de capacidade produtiva.

Período	REIQ
Até	3,65%
jun/2021	
Até	2,92%
dez/2021	
2022	2,19%
2023	1,46%
2024	0,73%
2025	0,73%
2026	0,73%
2027	0,73%
2028	Extinção total

Em agosto de 2023, por meio do Decreto nº 11.668/2023, o Governo Federal regulamentou as condicionantes necessárias para a fruição do REIQ (Regime Especial da Indústria Química), aplicável desde 01/01/2023, conforme previsão na Lei nº 14.374/2022. O impacto do REIQ no resultado da Companhia é de uma redução no custo das aquisições e importações de matérias primas (nafta e outras) conforme tabela acima, impactando seu CPV.

Reintegra

Em dezembro de 2011, o governo brasileiro implantou o programa "Reintegra", que visa ao aumento da competitividade de fabricantes brasileiros em mercados internacionais, através do retorno de forma integral ou parcial de impostos federais sobre exportações. Como resultado de tal incentivo, a exportação de produtos de terceira geração por companhias brasileiras cresceu, aumentando assim a demanda brasileira pelos produtos da Companhia. O programa original encerrou-se no final de dezembro de 2013. Em agosto de 2014, o governo federal reestabeleceu de forma permanente o Reintegra, no entanto, a taxa variou ao longo dos anos. Em outubro de 2014 o governo brasileiro reestabeleceu a alíquota de 3,0%, válida até o final de 2015. Em março de 2015 o governo brasileiro reduziu novamente a alíquota para 1,0%, vigente para 2015 e 2016. Em outubro de 2015, de acordo com o Decreto Nº 8.543/2015, o governo federal reduziu a taxa de restituição para 0,1%, válida a partir de 1º de dezembro de 2015, que permaneceu em vigor até 31 de dezembro de 2016. Em 28 de agosto de 2017, conforme o Decreto Nº 9.148/2017, que alterou o Decreto 8.543/2015, a taxa do Reintegra aumentou para 2,0% com validade a partir de 1º de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2018. Entretanto, em 30 de maio de 2018, o Presidente emitiu um novo Decreto reduzindo a taxa do Reintegra para 0,1% a partir de 1º de junho de 2018 em diante, sem prazo definido.

Tarifas de Importação em Portos Locais

Historicamente, as tarifas sobre importações são estabelecidas pelo governo federal. No entanto, nos últimos anos, alguns estados brasileiros estabeleceram incentivos fiscais a fim de atrair importações para portos locais visando aumentar a receita e desenvolver a infraestrutura local de tais portos, principalmente através da concessão de descontos sobre o ICMS que seria devido a tais estados. Líderes do setor e de associações trabalhistas alegam que tais leis criam subsídios para produtos importados, o que prejudicaria a indústria brasileira.

Em 1º de janeiro de 2013, entrou em vigor a legislação que reduz a alíquota máxima de ICMS a ser cobrado pelos estados de 12,0% para 4,0% nas vendas interestaduais de matéria-prima e outros bens importados ou que possuam Conteúdo de Importação superior a 40,0%. Salvo limitadas exceções, a alíquota de 4,0% não é aplicável a bens importados sem similar nacional, aos bens produzidos em conformidade com os processos produtivos básicos e às operações que destinem gás importado do exterior a outros Estados. Como resultado, os atuais incentivos fiscais oferecidos por alguns estados brasileiros para atrair importações de produtos na forma de desconto sobre o ICMS que seria devido tornaram-se menos atraentes.

Preços e taxas

A Companhia define os preços de venda do eteno tomando por referência os preços do mercado internacional. Os preços pagos por produtores de segunda geração por produtos petroquímicos importados de primeira geração refletem, em parte, custos de transportes, tributos e tarifas. A Companhia define os preços de subprodutos do eteno, tal como o butadieno, tomando por referência vários fatores de mercado, inclusive os preços pagos por produtores de segunda geração por produtos importados, que também levam em consideração os custos de transporte, tributos e tarifas.

O governo brasileiro tem utilizado tarifas de importação para implementar políticas econômicas. Como resultado, as tarifas de importação impostas aos produtos petroquímicos têm variado no passado e podem variar no futuro. Em dezembro de 2020, o governo brasileiro reduziu temporariamente para 4% as tarifas de importação incidentes sobre as importações de resinas de PVC de países que não se beneficiam de taxas preferenciais de importação no Brasil, por um período inicial de três meses e uma cota de 160 mil toneladas. Esta redução foi posteriormente prorrogada em abril de 2021 por um período adicional de três meses e uma cota adicional de 160 mil toneladas. Nesse mesmo mês, o governo federal brasileiro reduziu temporariamente para 0% durante um período de três meses e aplicou uma cota de 77 mil toneladas das tarifas de importação incidentes sobre as importações de resinas PP.

Até novembro de 2021, as tarifas de importação de produtos petroquímicos de primeira geração variavam entre 0% e 4%, e as tarifas sobre resinas de polietileno, polipropileno e PVC eram de 14,0%. Em novembro de 2021, o governo brasileiro reduziu unilateralmente em 10%, as tarifas de importação de quase 87% dos produtos comercializados internacionalmente. Em maio de 2022, a Resolução nº 353/2023 estabeleceu a redução unilateral e temporária das tarifas de bens de consumo em mais 10% até 31 de dezembro de 2023. Dessa forma, o imposto de importação de resinas da Braskem passou de 12,6% para 11,2%.

Em agosto de 2022, o governo brasileiro também promulgou a Resolução do Comitê de Gestão da Câmara de Comércio Exterior ("Gecex") nº 369 e 381, aprovando uma redução temporária adicional no imposto de importação, através da inclusão na Lista de Exceções à Tarifa Externa Comum do Mercosul ("Letec") para os seguintes produtos da Companhia: (i) copolímeros de etileno e alfa-olefinas com densidade inferior a 0,94, de 11,2% a 3,3%; (ii) resina S-PVC obtida do processo de suspensão, de 11,2% a 4,4%; e (iii) resina PP (copolímero de propileno), de 11,2% a 4,4%; e (iv) resina PP (homopolímero de propileno), de 11,2% para 6,5%. Esta redução era inicialmente válida por um ano.

Medidas aplicadas em 2023 - Novo Governo Brasileiro

Em 21 de março de 2023, foi publicada a Resolução GECEX No 459/2023 da Câmara de Comércio Exterior ("Camex") que deliberou a exclusão destes produtos da LETEC a partir de 1º de abril de 2023, retomando a alíquota do imposto de importação que havia sido reduzida em 4 de agosto de 2022, conforme detalhamento a seguir: (i) Copolímeros de etileno e alfaolefina, de densidade inferior a 0,94, de 3,3% para 11,2%; (ii) Resina PVC-S, obtido por processo de suspensão de 4,4% para 11,2%; e (iii) Resina PP "copo" (copolímero de propileno) de 4,4% para 11,2%.

Em 10 de novembro de 2023, o Comitê Executivo da Câmara de Comércio Exterior (Gecex/Camex) decidiu restabelecer as tarifas de importação de 73 produtos químicos que constavam na Resolução 353/2022 (segunda redução unilateral de 10% da TEC). A medida tem o objetivo de reverter os impactos negativos causados à indústria nacional, especialmente relacionados ao aumento das importações e à forte variação de preços que resultou da redução de 10% no imposto de importação. Portanto, a partir de 28 de novembro de 2023, o imposto de importação aplicado às resinas da Braskem voltou ao patamar da TEC, sendo de 12,6% de forma permanente.

Ajustes de tarifas poderiam levar ao aumento da concorrência das importações e fazer com que a Braskem reduzisse seus preços internos e impactassem a demanda por seus produtos, o que provavelmente resultaria em menor receita líquida e poderia afetar negativamente o

desempenho financeiro geral da Companhia. Além disso, os produtos que exportamos para os Estados Unidos e Europa estão sujeitos a tarifas de 6,5% em cada jurisdição, sujeitas a certas preferências. Essas tarifas geralmente equilibram o nível de concorrência do produtos produzidos localmente pela Companhia e quaisquer ajustes futuros nessas estruturas tarifárias poderão impactar negativamente nossas vendas nessas jurisdições. Futuros acordos comerciais celebrados pelo Brasil, pelo Mercosul, pelos Estados Unidos ou pela União Europeia também poderão levar a um aumento da concorrência das importações e à redução dos preços internos.

As importações e exportações dentro da área de livre comércio da América do Sul (Mercado Comum do Sul), ou Mercosul, que é composto por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, não estão sujeitas a tarifas desde dezembro de 2001. As importações de PVC em suspensão da Bolívia, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, Israel, Peru e Venezuela não estão sujeitos a tarifas, devido a uma série de acordos comerciais. Importações de PVC suspenso do México com tarifas reduzidas de 80% do NMF, devido a acordos comerciais.

Além disso, desde os anos 90, as importações de PVC em suspensão dos Estados Unidos e do México estão sujeitas a direitos antidumping de 16,0% e 18,0%, respectivamente, que foram impostos pela Câmara de Comércio Exterior Brasileira (Câmara de Comércio Exterior), ou CAMEX. Desde 2008, as importações de PVC em suspensão provenientes da China também estão sujeitas a direitos antidumping de 21,6%. Tais direitos haviam sido temporariamente suspensos em agosto de 2020, mas foram reforçados em setembro de 2021. As importações de PVC em suspensão da Coréia do Sul estavam sujeitas a direitos antidumping que variavam entre 0% e 18,9%, dependendo do produtor, entre 2008 e agosto de 2020, quando foram encerradas. Os direitos impostos às importações provenientes dos Estados Unidos e do México estão agora sob revisão em 2022 pelo governo federal brasileiro, que decidiu estender até 2027 a aplicação de direitos antidumping às importações provenientes dos Estados Unidos com uma taxa ad valorem reduzida para 8,2%, e do México a taxa de 13,6%, mas com uma suspensão imediata da aplicação de direitos antidumping às importações provenientes do México, enquanto que os direitos impostos às importações provenientes da China expirarão em 2025. Além disso, em dezembro de 2010, a CAMEX impôs um direito antidumping de 10,6% sobre as importações de polipropileno dos Estados Unidos, que foi prorrogado em novembro de 2016. Em agosto de 2014, o governo brasileiro impôs direitos antidumping sobre as importações de polipropileno da África do Sul, Índia e Coréia do Sul de 16,0%, 6,4% a 9,9%, e 2,4% a 6,3%, respectivamente. Os direitos impostos às importações de polipropileno dos Estados Unidos estavam sendo revistos pelo governo federal brasileiro, que decidiu prorrogar até 2027 a aplicação de direitos antidumping dos EUA com uma taxa ad valorem de 10,6%, mas com uma suspensão imediata da aplicação dos direitos antidumping. Em dezembro de 2020, o governo brasileiro prorrogou os direitos antidumping impostos às importações de polipropileno da Índia, reduziu os direitos antidumping da África do Sul para uma faixa de 4,6% a 16% e encerrou os direitos aplicados contra a Coréia do Sul. Os atuais direitos antidumping aplicados às importações da África do Sul e da Índia expiram em dezembro de 2025.

Impacto do nível de endividamento e taxas de juros

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, o endividamento consolidado da Companhia, líquido de custos de transação, era de R\$ 53.487 milhões (US\$ 11.049 milhões), incluindo R\$ 11.250 milhões (US\$ 2.325 milhões), referente a Braskem Idesa. Este nível de endividamento da Companhia resulta em despesas financeiras relevantes, refletidas nas demonstrações financeiras da Companhia. Estas despesas consistem em despesas com juros, com variação cambial de dívidas em relação ao dólar e outras moedas, ganhos ou perdas cambiais, entre outros itens. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia registrou uma despesa no total de R\$ 5.589 milhões, em que (i) R\$ 3.780 milhões corresponderam a despesas com juros; (ii) R\$ 189 milhões referem-se a custos de transação de empréstimos – amortização; (iii) R\$ 616 milhões referem-se ao ajuste a valor presente – apropriação; e (iv) R\$ 281 milhões referem-se a despesas com juros sobre aluguéis. Também foi registrada um ganho de R\$ 511 milhões relacionados à variação cambial de ativos e passivos financeiros e resultado com derivativos. As taxas de juros pagas pela Companhia dependem de diversos fatores, incluindo as taxas de juros nacionais e internacionais e as avaliações de risco da Companhia, do setor e da economia brasileira feitas por agências de

classificação de risco que avaliam a Companhia e seus títulos de dívida.

Efeito dos impostos sobre o resultado

A Companhia está sujeita a diversos tributos federais e estaduais em diversas jurisdições e incidentes sobre suas operações e resultados. A Companhia está sujeita ao imposto de renda federal brasileiro de 25% (incluindo sobretaxa) que combinado com a Contribuições Social sobre o Lucro Líquido — CSLL de 9% totaliza uma alíquota nominal de 34%, que é a alíquota padrão do imposto de pessoa jurídica no Brasil. Foram concedidas à Companhia certas isenções e reduções de impostos federais baseadas na legislação federal que oferece incentivos fiscais a empresas que instalem suas unidades nos estados da Bahia e Alagoas.

Essas isenções representam uma redução de 75% de nossa carga tributária e, como resultado, a Companhia tem o direito de pagar 25% da alíquota legal do imposto de renda sobre os lucros decorrentes da venda: (i) do PE fabricado em uma das plantas de PE do Complexo Petroquímico de Camaçari cuja isenção está vigente até 2026; e (ii) do PE fabricado em uma das plantas do Polo de Camaçari e soda cáustica, cloro, dicloroetano (EDC) e PVC produzidos nas plantas no Polo de Camaçari e Alagoas cuja isenção tem duração até o ano de 2024.

A isenção de 75% do imposto de renda combinado com a CSLL a 9%, nos dá o direito de pagar apenas 44,9% da alíquota padrão de 34% do imposto corporativo sobre os lucros decorrentes dos produtos fabricados nessas fábricas.

No que se refere a prejuízos, cumpre mencionar que os prejuízos fiscais relativos ao imposto de renda a compensar no Brasil não prescrevem, porém de acordo legislação atual, a compensação anual dele está limitada a 30% do lucro líquido ajustado (Lucro fiscal). Este mesmo limite também afeta a Base de Cálculo Negativa de CSLL.

O montante consolidado, inclui o impacto de diferentes alíquotas de impostos em países em que as subsidiárias estão localizadas, conforme segue:

- Braskem Europa (Alemanha) 30,99%
- Braskem America e Braskem America Finance (Estados Unidos) 24,146%
- Braskem Argentina (Argentina) 35,00%
- Braskem Petroquímica Chile (Chile) 27,00%
- Braskem Netherlands, Braskem Netherlands Finance, Braskem Netherlands Inc, B&TC e ER Plastics – 25,80%
- Braskem Idesa, Braskem Idesa Serviços, Braskem México, Braskem México Serviços e Braskem México Proyectos Sofom, e Terminal Química Puerto México (México) – 30,00%
- Braskem India Private (India) 30,00%

O montante consolidado também inclui o impacto da Tributação em Bases Universais, que foi introduzido pelo artigo 76 e 77 da Lei 12.973 de 2014. Esta legislação determina que as parcelas positivas de resultados auferidos pelas controladas no exterior serão computados na base de cálculo do IRPJ e CSLL no Brasil de forma individualizada. No caso de a controlada possuir prejuízos anteriores, os mesmos poderão ser abatidos até o montante do lucro apurado, ficando, portanto, o contribuinte obrigado a informar a RFB os estoques de prejuízos acumulados na declaração anual de imposto de renda de pessoa jurídica.

Em suma, todo o lucro auferido pelas subsidiarias relatadas acima devem ser oferecidos a tributação do IRPJ e CSLL no Brasil com exceção dos lucros auferido pelas controladas sediadas em países com os quais o Brasil mantém tratado para evitar a Dupla Tributação. O lucro auferido pelas empresas sediadas nestes países só serão tributados no momento que forem distribuídos aos seus respectivos controladores.

Ademais, o mecanismo de Tributação em Bases Universais também permite utilizar como crédito fiscal, o imposto comprovadamente pago pelas empresas controladas no exterior limitado ao imposto devido pela tributação a alíquota de 34% do lucro da controlada no Brasil. Além disso, a legislação também permite que até 2024, a controladora no Brasil possa aplicar um crédito fiscal presumido à alíquota de 9,0% sobre o lucro auferido pelas controladas no

exterior que possuem atividade Industrial. A Braskem aplica esse mecanismo para as controladas Braskem Europe GmBH, Braskem América Inc e Braskem Idesa SAPI.

As vendas de exportação da Companhia estão atualmente isentas de: (1) Programa de Integração Social – PIS; (2) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS, imposto federal sobre o valor agregado; (3) Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, imposto federal de valor agregado sobre produtos.

2.2.b Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços, e c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante

RESULTADO OPERACIONAL

Os Diretores apresentam abaixo a análise do último exercício por região onde a Companhia atua:

BRASIL

O spread dos principais químicos produzidos pela Braskem apresentou queda de 19% em 2023 frente ao ano de 2022, devido à queda dos preços dos principais químicos em função (i) do menor preço do petróleo no período decorrente da menor demanda global; e (ii) compensado parcialmente pelo menor preço da nafta ARA, dada a menor demanda global pela indústria adicionalmente a queda do preço do petróleo.

Em relação ao spread de PE, em 2023, foi observada queda de 36% ante a 2022, explicado (i) pelo menor crescimento da menor demanda, influenciada por fatores macroeconômicos; e (ii) pela maior oferta em função de entrada em operação de novas capacidades durante 2023. Além desse fator, o preço da matéria-prima diminuiu 16% em 2023, em função da queda do preço do petróleo no mercado internacional e pela menor demanda global do setor petroquímico.

O spread de PP em 2022 apresentou queda de 8% frente 2022, impactado principalmente (i) pelo menor crescimento da demanda, associada à desaceleração da economia global; e (ii) pela oferta de produto na região com a entrada em operação de novas capacidades na China. Adicionalmente, o preço da matéria-prima aumentou 16% em função da queda do preço do petróleo no mercado internacional e pela menor demanda global do setor petroquímico.

O spread par de PVC em 2022 apresentou queda de 46% ante 2022, explicado principalmente (i) pelo menor crescimento da demanda, influenciado pelo aumento global das taxas de juros, que impactou o setor de construção e infraestrutura, incluindo na China; e (ii) pela queda do preço da soda cáustica (-39%) em função da normalização da oferta do produto no mercado internacional durante 2023.

A demanda de resinas no mercado brasileiro (PE+PP+PVC) em 2023 foi de 5,8 milhões de toneladas, apresentando redução de 2,2% frente 2022, principalmente em função da menor demanda de PP e PVC como consequência do menor consumo pelo setor agrícola e de construção civil.

A taxa de utilização média das centrais petroquímicas no Brasil foi de 71% em 2023, em função, principalmente, (i) da adequação de produção aos níveis dede demanda global e; (ii) da parada programada de manutenção na central petroquímica da Bahia ocorrida no 4T23.

As vendas de resinas no mercado brasileiro totalizaram 3,3 milhões de toneladas em 2023, a redução em relação a 2022 é explicado pela priorização de vendas de produtos com maior valor agregado e da maior oferta de produtos no mercado internacional. Com relação aos principais químicos, em 2023 as vendas no mercado brasileiro totalizaram 2,4 milhões de toneladas, a redução em relação a 2022 é explicada pela em função principalmente (i) dos menores spreads dos principais químicos no mercado internacional dado o deseguilíbrio entre

oferta e demanda global; e (ii) do menor volume de vendas de gasolina dada a menor disponibilidade de produto para venda.

As exportações de resinas em 2023 foram de 0,7 milhão, devido aos níveis estoques elevados na cadeia global, reduzindo a demanda por produtos com impacto nos spreads petroquímicos no mercado internacional no período. As exportações dos principais químicos foram de 0,3 milhão, um aumento de ante 2022, devido a melhores oportunidades no mercado internacional para vendas de gasolina, benzeno e tolueno.

A receita líquida de vendas e serviços do segmento Brasil em 2023 foi de R\$ 49.512 milhões, 28% inferior a 2022 (R\$ 69.080 milhões), explicada principalmente pela apreciação do real frente ao dólar de 3% entre os períodos.

O custo dos produtos vendidos do segmento Brasil em 2023 totalizou R\$ 48.159 milhões, 24% inferior a 2022 (R\$ 63.196 milhões), explicado, principalmente, (i) redução de 16%, 49%, 36% e 61% no preço considerando a média do trimestre de nafta, etano, propano e gás natural respectivamente; (ii) redução de 176 mil toneladas (-5%) no volume de vendas de resinas no mercado brasileiro e de 27 mil toneladas (-3%) no volume de vendas de exportação de resinas; e (iii) redução de 482 mil toneladas (-17%) no volume de vendas de principais químicos no mercado brasileiro. Em 2023, o segmento Brasil apresentou um prejuízo operacional de R\$ 1.985 milhões devido aos menores spreads de PE, PP e PVC no mercado internacional no período.

ESTADOS UNIDOS E EUROPA

O spread de PP nos Estados Unidos encerrou 2023 com redução de 59% em relação a 2022, em função da diminuição do preço de PP nos EUA (-37%) em função (i) da menor demanda norte americana pelo produto, associada ao aumento da inflação e taxa de juros na região; e (ii) do aumento na oferta de produtos com a entrada de novas capacidade de PP nos Estados Unidos e no Canadá. Com relação ao preço do propeno, a redução de 15% em relação a 2022 é explicada (i) pela menor demanda na região, impactada pela menor demanda de PP, principal produto produzido a partir do propeno; e (ii) pelo menor preço do petróleo no mercado internacional.

O spread de PP na Europa em 2023 diminuiu 27% frente 2022. O preço de PP na região reduziu (-21%) em função (i) da queda na demanda, como consequência da redução do consumo, influenciado pelos elevados níveis de inflação e taxa de juros na região; e (ii) pela entrada de produto importado com custos de produção mais competitivos do que os produtores da região. A queda no preço do propeno (-20%) é explicado (i) pela menor demanda, influenciada pelos fatores macroeconômicos e maiores custos de produção; e (ii) pela queda do preço do petróleo no mercado internacional.

A demanda de PP na América do Norte no exercício social encerrado 31 de dezembro de 2022 foi menor em 6% quando comparada a 2022, explicada, principalmente, (i) pelos elevados níveis de estoques na cadeia de transformação; (ii) pelas incertezas econômicas na região; e (iii) pelos impactos do aumento das taxas de juros na economia.

A demanda de PP na Europa no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi menor em 4% comparada a 2022 em função, principalmente, (i) dos menores níveis de consumo na região devido aos elevados níveis das taxas de juros e inflação na região; e (ii) dos elevados níveis de estoques na cadeia de transformação.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a taxa de utilização média nos Estados Unidos e na Europa foi de 81%, em linha com o ano anterior.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a taxa de utilização na Europa foi de 81%, diminuição de 10,5 p.p. em função da menor demanda de PP no período e da menor disponibilidade de matéria-prima ao longo do ano devido à problemas operacionais de fornecedor.

Neste sentido, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, as vendas de PP dos Estados Unidos e Europa foram 1% superior a 2022, totalizando 2,1 milhões de toneladas. A receita líquida do segmento EUA e Europa diminuiu R\$ 5.914 milhões, ou 25%, para R\$ 17.507 milhões em 2023, ante R\$ 23.421 milhões em 2022, principalmente como resultado dos menores preços de PP no mercado internacional, resultando em um impacto negativo de R\$ 7.626 milhões, que foram parcialmente compensados pelo maior volume de vendas e otimização do mix de vendas.

O custo dos produtos vendidos do segmento EUA e Europa diminuiu R\$ 3.859 milhões, ou 19%, para R\$ 16.127 milhões em 2023, de R\$ 19.986 milhões em 2022, principalmente como resultado da queda de 16% no preço médio internacional de referência do propeno nos Estados Unidos e na Europa.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, o lucro operacional do segmento Estados Unidos e Europa diminuiu R\$ 1.766 milhões, ou 67%, para R\$ 887 milhões em 2023, de R\$ 2.653 milhões em 2023. Esta redução é explicada, principalmente, pela queda nos spreads de PP-Propeno nos Estados Unidos e na Europa.

MÉXICO

O spread de PE na América do Norte em 2023 apresentou redução de 15% em relação a 2022. O preço de PE reduziu cerca de 24% em comparação com 2022, explicado (i) pelo menor crescimento da demanda, influenciada por fatores macroeconômicos; e (ii) pela maior oferta em função de entrada em operação de novas capacidades durante 2023. Com relação ao preço do etano, a redução de cerca de 49% é explicada, principalmente, pela queda do preço do gás natural, que contém etano em sua composição, em função da ampla oferta na região e problemas operacionais e logísticos que impossibilitaram a logística e exportação de ambos os produtos.

A demanda de PE no México em 2022 foi de 2,5 milhões de toneladas, um aumento de 3% em relação em relação a 2022, que é explicado, principalmente, pelo movimento de recuperação dos estoques dos distribuidores de PE frente ao menor preço da resina, principalmente no segundo semestre, e expectativa de aumento do preço no início de 2024.

A taxa de utilização das plantas de PE em 2023 foi de 77%, 4 p.p. superior em relação ao ano de 2022, explicada, principalmente, pelo maior fornecimento de etano pela Pemex durante o período, representando um aumento de 16% (aproximadamente 4,5 mil barris por dia).

As vendas de PE em 2023 foram 5% superiores a 2022, totalizando 803 mil toneladas, explicada pelo maior volume de produto disponível para venda em função da maior taxa de utilização durante o período.

A receita líquida do segmento México diminuiu R\$ 1.385 milhões, ou 24%, para R\$ 4.449 milhões em 2023, de R\$ 5.834 milhões em 2022, como resultado da redução dos preços do polietileno no período, resultando em um impacto negativo de R\$ 735 milhões, parcialmente compensado pelo aumento do volume de vendas de polietileno, resultando em um impacto positivo de R\$ 260 milhões, dada a maior disponibilidade de produtos para venda devido à maior oferta da PEMEX e da solução fast-track construída no complexo no México.

O custo dos produtos vendidos do segmento no México diminuiu em R\$ 704 milhões, ou 14%, para R\$ 4.366 milhões em 2023, de R\$ 5.070 milhões em 2022, principalmente como resultado de uma queda de 49% nos preços médios internacionais de etano e, que foram parcialmente compensados pelo maior volume de vendas no período.

O segmento México apresentou um prejuízo operacional em 2023 de R\$ 327 milhões, explicado, principalmente, pela redução dos spreads de PE-Etano no mercado internacional.

CONSOLIDADO

EBITDA Consolidado Ajustado

Em 2023, o EBITDA Consolidado Ajustado da Companhia foi de R\$ 3.737 milhões, 65% inferior a 2022, em função (i) da queda de 56% no spread médio de PP nos Estados Unidos e Europa; (ii) da queda de 32% no spread médio de resinas no Brasil, e de 19% nos spreads de principais químicos; (iii) da queda de 15% no spread médio de PE no México; e (iv) da queda de 482 mil toneladas (-17%), no volume de vendas de principais químicos, de 176 mil toneladas (-5%), no volume de vendas de resinas no mercado brasileiro e de 27 mil toneladas (-3%) no volume de vendas de exportação de resinas, em linha com a priorização de vendas com maior valor agregado e com os esforços para redução de despesas durante o ano. Estes efeitos foram parcialmente compensados (i) pela priorização de vendas com maior valor agregado e otimização do mix vendas; (ii) pela redução de aproximadamente R\$ 292 milhões em despesas gerais e administrativas como resultado da implementação das iniciativas corporativas de redução de custo fixo; e (iii) pelo reconhecimento no resultado do REIQ no montante de cerca de R\$ 393 milhões, referente à apuração dos créditos fiscais do ano de 2023.

2.2.c - Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante.

As informações relacionadas a este item 2.2(c) encontram-se descritas no item 2.2(a) (ii) deste Formulário de Referência.

PÁGINA: 33 de 99

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3 Comentários dos diretores sobre mudanças nas práticas contábeis/opiniões modificadas e ênfases:

2.3.a. - Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Mudanças significativas nas práticas contábeis

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, não houve mudanças significativas nas práticas contábeis.

Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não há eventos significativos de alterações em práticas contábeis nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

2.3.b. - Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Comentário sobre o relatório dos auditores externos independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

O relatório dos auditores independentes da Companhia sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 não conteve ressalvas assim como não conteve parágrafos de ênfase.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4 Comentários dos diretores sobre efeitos relevantes nas DFs

Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

2.4.a - Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve nenhuma introdução ou alienação de segmento operacional no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

2.4.b - Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em fevereiro de 2023, a Braskem concluiu o processo de aquisição de ações e subscrição de novas ações de emissão da Wise Plásticos S.A. ("Wise"), empresa brasileira do setor de reciclagem mecânica, passando a ter uma participação societária de 61,1% do capital social da Wise. Nesse contexto, a Braskem desembolsou o valor de cerca de R\$ 173 milhões, o ágio gerado foi de R\$75 milhões. Em 14 de junho de 2022, a Braskem firmou acordos com a Advario B.V. ("Advario") para alienação de participação de 50% do capital social do Terminal Química Puerto México ("Terminal Química"), subsidiária da Braskem Idesa responsável pelo desenvolvimento e operação do terminal de importação de etano no México. Em março de 2023, as condições para conclusão do acordo foram cumpridas e a Advario realizou o pagamento de R\$ 316 milhões para a Braskem referente à 50% de participação no capital do Terminal Química. A Braskem mantém controle do Terminal Química pela sua capacidade de direcionar as atividades relevantes da subsidiária, a exposição sobre os retornos variáveis e sua habilidade de influenciar o resultado econômico das operações por meio da principal fonte de fluxo de caixa do terminal que será a importação de etano para a Braskem Idesa. Em 16 de agosto de 2023, foi assinado, por meio das subsidiárias Braskem Netherlands B.V. e Braskem Europe GmbH, um acordo com a Thai Polyethylene Company Limited, subsidiária integral da SCG Chemicals Public Company Limited, para a formação da Braskem Siam, entidade criada para conduzir o projeto de engenharia de uma planta de desidratação de bioetanol para produzir bioeteno utilizando a tecnologia EtE EverGreen™. A Braskem detém 51% de participação na nova entidade. O Final Investment Decision(FID) do projeto está previsto para o último trimestre de 2024, quando os Conselhos de Administração da Braskem e da SCG decidirão sobre a continuidade do negócio.

Em setembro de 2023, foi constituída a Braskem Trading & Shipping B.V. cujo objetivo é gerenciar determinados contratos de frete marítimo, através da participação societária em sociedades de propósito específico, e determinadas transações comerciais de compra e venda de produtos químicos e petroquímicos.

Em dezembro de 2023, a Braskem efetuou aumento de capital de R\$ 868 milhões na Braskem Green através da transferência de ativos. Posteriormente, a Braskem transferiu 100% da titularidade das ações na Braskem Green para a Braskem Holanda, aumentando o capital da Braskem Holanda no mesmo valor.

2.4.c - Eventos ou operações não usuais

Evento Geológico - Alagoas

A Companhia operou, desde sua instalação e posteriormente na qualidade de sucessora da empresa Salgema, poços de extração de sal-gema localizados na cidade de Maceió, Estado de Alagoas, com o objetivo de prover matéria-prima à sua unidade de produção de cloro-soda e dicloretano. Em março de 2018, houve um tremor de terra sentido em determinados bairros

de Maceió, onde estão localizados os poços, e foram identificadas rachaduras em edificações e vias públicas dos bairros do Pinheiro, Bebedouro, Mutange e Bom Parto.

Em maio de 2019, o Serviço Geológico do Brasil ("CPRM") divulgou um relatório, indicando que o fenômeno geológico observado na região estaria relacionado com as atividades de exploração de sal-gema desenvolvidas pela Braskem. Diante destes acontecimentos, em 9 de maio de 2019, a Braskem preventivamente decidiu paralisar as atividades de extração de sal-gema e a operação da fábrica de cloro-soda e dicloretano.

Desde então, a Companhia tem empreendido seus melhores esforços na compreensão do fenômeno geológico: (i) de possíveis efeitos em superfície e (ii) na análise da estabilidade das cavidades de sal-gema. Os resultados vêm sendo compartilhados com a Agência Nacional de Mineração ("ANM") e demais autoridades pertinentes, com quem a Companhia mantém constantes diálogos.

A Braskem apresentou à ANM medidas para encerramento das suas frentes de lavra de extração de sal-gema em Maceió, com medidas para o fechamento das suas cavidades, e, em 14 de novembro de 2019, propôs a criação de uma área de resguardo no entorno de determinadas cavidades, como medida de precaução e proteção à segurança das pessoas. Essas medidas são baseadas em estudo conduzido pelo Instituto de Geomecânica de Leipzig ("IFG") da Alemanha, referência internacional em análise geomecânica de áreas de extração de sal-gema por dissolução, e estão sendo realizadas em coordenação com a Defesa Civil de Maceió e demais autoridades. Como desdobramento do fenômeno geológico verificado, foram conduzidas tratativas com as autoridades públicas e regulatórias que resultaram em Termos de Acordo firmados, sendo os principais:

- i. Termo de Acordo para Apoio na Desocupação das Áreas de Riscos ("Acordo para Compensação dos Moradores"), firmado com o Ministério Público Estadual ("MPE"), Defensoria Pública Estadual ("DPE"), Ministério Público Federal ("MPF") e Defensoria Pública da União ("DPU"), homologado judicialmente em 3 de janeiro de 2020, ajustado pelas suas resoluções e aditivos posteriores, que dispôs sobre ações cooperativas para a desocupação das áreas de risco, definidas no Mapa de Setorização de Danos e Linhas de Ações Prioritárias da Defesa Civil de Maceió ("Mapa da Defesa Civil"), atualizado em dezembro de 2020 (versão 4), e garantia da segurança das pessoas, prevendo o atendimento, pelo Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação ("PCF") implantado pela Braskem, da população situada nas áreas do Mapa da Defesa Civil, assim como a extinção da Ação Civil Pública (Reparação aos Moradores;
- ii. Termo de Acordo com o Ministério Público do Trabalho em Alagoas ("MPT-AL"), assinado em 14 de fevereiro de 2020, no montante de R\$ 40 milhões, para implementação de Programa para Recuperação de Negócios e Promoção de Atividades Educacionais aos moradores e trabalhadores dos bairros afetados pelo fenômeno geológico. O programa consiste no apoio à construção de creches e escolas e realização de cursos de capacitação profissional, bem como apoio à Defesa Civil na contratação de pessoal qualificado para a continuidade do processo de monitoramento das áreas de risco dos bairros afetados. Em 3 de março de 2020, com a homologação do acordo pelo juízo, a Ação Civil Pública (Reparação aos Trabalhadores) foi extinta;
- iii. Termo de Acordo para Extinguir a Ação Civil Pública Socioambiental e o Termo de Acordo para definição de medidas a serem adotadas quanto aos pedidos liminares da Ação Civil Pública Socioambiental, conjuntamente "Acordo para Reparação Socioambiental", firmado com MPF e interveniência do MPE em 30 de dezembro de 2020, no qual a Companhia se comprometeu, principalmente, a: (i) adotar as medidas para estabilização e monitoramento do fenômeno da subsidência decorrente da extração de sal-gema; (ii) reparar, mitigar ou compensar potenciais impactos e danos

ambientais decorrentes da extração de sal-gema no Município de Maceió; e (iii) reparar, mitigar ou compensar potenciais impactos e danos sociourbanísticos decorrentes da extração de sal-gema no Município de Maceió, assim como a extinção da Ação Civil Pública (Reparação Socioambiental) com relação à Companhia. Adicionalmente, o Acordo para Reparação Socioambiental prevê a eventual adesão de outros entes ao acordo, o que depende de tratativas específicas com as eventuais partes;

- iv. Adicionalmente, o Acordo para Reparação Socioambiental prevê a eventual adesão de outros entes ao acordo, o que depende de tratativas específicas com as eventuais partes;
- v. Termo de Acordo Global com o Município de Maceió ("Termo de Acordo Global") homologado em 21 de julho de 2023 pela 3ª Vara Federal de Maceió, que estabelece, dentre outros: (a) o pagamento de R\$ 1,7 bilhão a título de indenização, compensação e ressarcimento integral em relação a todo e qualquer dano patrimonial e extrapatrimonial ao Município de Maceió; (b) adesão do Município de Maceió aos termos do Acordo Socioambiental, incluindo o Plano de Ações Sociais (PAS).

A Administração da Companhia, baseada em sua avaliação e dos seus assessores externos, levando em consideração os efeitos de curto e longo prazo dos estudos técnicos elaborados, as informações existentes e a melhor estimativa dos gastos para implementação das diversas medidas referentes ao evento geológico em Alagoas, apresentam as seguintes movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

	Consolidado	
		Controladora
	2023	2022
Saldo no início do exercício	6.627	7.661
Complemento de provisão (*)	2.307	1.520
Pagamentos e reclassificações (**)	(3.826)	(2.743)
Realização do ajuste a valor presente	132	188
Saldo no final do exercício	5.240	6.627
Passivo circulante	2.759	4.248
Passivo não circulante	2.481	2.379
Total	5.240	6.627

(*) Em 2023, inclui: a) o complemento de provisão em R\$ 980 milhões (R\$ 920 milhões líquido de ajuste a valor presente) do Termo de Acordo Global de R\$ 1,7 bilhão divulgado acima, dos quais cerca de R\$ 720 milhões já estavam provisionados. Deste total, R\$ 700 milhões foram desembolsados em 2023 e R\$ 1 bilhão (R\$ 961 milhões líquido de ajuste a valor presente) estão classificados na rubrica outras obrigações; e b) atualização monetária no total de R\$ 114 milhões reportada na rubrica de despesa finaneira.

(**) Deste montante, R\$2,7 bilhões (2022: R\$ 2,5 bilhões) referem-se a pagamentos efetuados e R\$1,1 bilhão (2022: R\$211 milhões) reclassificados para o grupo de outras obrigações.

Os valores incluídos na provisão podem ser segregados entre as seguintes frentes de atuação:

a. Apoio na realocação e compensação:

Refere-se as ações de apoio na realocação e compensação dos moradores, comerciantes e proprietários de imóveis localizados no Mapa da Defesa Civil (versão 4) atualizado em dezembro de 2020, inclusive de estabelecimentos que pressupõem providências especiais para sua realocação, tais como hospitais, escolas e equipamentos públicos.

Esta frente de atuação possui saldo de provisão no montante de R\$ 1.353 milhão (2022: R\$

2.087 milhões) compreendendo gastos relacionados a ações como desocupação, auxílio aluguel, transporte de mudanças e negociação de acordos individuais para compensação financeira.

b. Ações para fechamento, monitoramento das cavidades de sal, ações ambientais e outros temas técnicos:

Com base no resultado de sonares e estudos técnicos, foram definidas ações de estabilização e monitoramento para todas as 35 frentes de lavras existentes. Em 10 de dezembro de 2023, após uma atividade microssísmica atípica, houve o colapso da cavidade 18. Considerando as melhores informações técnicas disponíveis até o momento, há a indicação de que os impactos diretos desta ocorrência estão restritos ao local desta cavidade, dentro da área de resguardo, que está desocupada desde abril de 2020. O evento da cavidade 18 levou à paralisação preventiva das atividades na área de resguardo e entorno, as quais foram retomadas, em fevereiro de 2024, após a liberação do acesso à área pela Defesa Civil de Maceió.

A partir dos resultados preliminares da análise do evento da cavidade 18, a indicação é de que não serão necessárias medidas de preenchimento com areia para esta cavidade. Visando encontrar uma solução definitiva para as 6 cavidades anteriormente previstas para monitoramento por sonar (grupo de monitoramento), a Companhia decidiu que elas deveriam ser preenchidas com areia.

Com base nos avanços do último semestre de 2023 e o evento da cavidade 18, a nova configuração do plano de fechamento das 35 frentes de lavras considera que:

- 13 cavidades possuem a recomendação de preenchimento com areia. Destas, 5 já tiveram o preenchimento concluído, outras 2 estão com as ações de enchimento em andamento. Para as 6 cavidades recém incluídas no grupo de enchimento, as atividades de enchimento estão em planejamento;
- ii. 6 cavidades não possuem indicação de medidas adicionais, sendo que 5 cavidades possuem a confirmação do seu status de preenchimento natural e 1 cavidade, a cavidade 18, tem sua avaliação em andamento, com indicação de que não serão necessárias medidas de preenchimento com areia;
- iii. 16 cavidades deverão ser tamponadas, técnica que consiste em promover a pressurização da cavidade, sendo que em 9 delas o trabalho de pressurização já foi concluído.

Todas as ações da Companhia são baseadas em estudos técnicos de especialistas contratados, cujas recomendações são apresentadas às autoridades competentes e seguem os prazos pactuados no âmbito do plano de fechamento, que é público e regularmente reavaliado com a ANM. Após os eventos ocorridos neste período, o plano de fechamento das frentes de lavra se encontra em revisão.

O saldo provisionado de R\$ 1.583 milhão (2022: R\$ 1.367 milhão) para implementação das ações para fechamento, monitoramento das cavidades de sal, ações ambientais e outros temas técnicos foi calculado com base nas técnicas existentes e soluções previstas para as condições atuais das cavidades, incluindo gastos com estudos técnicos e monitoramento, bem como com as ações ambientais já identificadas. O valor da provisão poderá ser alterado com base em novas informações, tais como: resultado do monitoramento das cavidades, avanço da implementação dos planos de fechamento das frentes de lavras, eventuais alterações que possam ser necessárias no plano ambiental, acompanhamento dos resultados das medidas em andamento e outras possíveis alterações naturais. O sistema de monitoramento implementado pela Braskem prevê ações desenvolvidas durante e pós fechamento das frentes

de lavras, com foco na segurança e no acompanhamento da estabilidade da região.

Em relação às ações ambientais, em junho de 2022, atendendo ao estabelecido no Acordo para Reparação Socioambiental, a Braskem entregou ao MPF o diagnóstico ambiental contendo a avaliação dos potenciais impactos e danos ambientais decorrentes da atividade de extração de sal-gema e o plano ambiental com proposições de medidas necessárias. Conforme previsto no acordo, após escolha em conjunto entre as partes, foi definida a empresa especializada para avaliação e acompanhamento da execução do plano ambiental. Em dezembro de 2022, foi protocolado, junto ao MPF, o relatório de segunda opinião sobre o plano. Em fevereiro de 2023, ocorreu a anuência a este plano ambiental, com a incorporação das sugestões realizadas no relatório de segunda opinião. A Braskem iniciou a operacionalização das ações previstas no plano e segue implementando os compromissos e compartilhando os resultados de suas ações com as autoridades, conforme previsto no acordo, que inclui ainda a atualização do diagnóstico ambiental em dezembro de 2025.

Como um dos desdobramentos do evento da cavidade 18, apesar de não ter sido identificada alteração na qualidade da água da lagoa, conforme prevê o Acordo de Reparação Socioambiental, será realizado um aditivo ao atual diagnóstico ambiental por empresa especializada.

c. Medidas sociourbanísticas:

Refere-se a ações em atendimento as medidas sociourbanísticas nos termos do Acordo para Reparação Socioambiental assinado em 30 de dezembro de 2020, com a destinação de R\$ 1.580 milhão para adoção de ações e medidas nas áreas desocupadas, ações de mobilidade urbana e de compensação social, e que considera R\$ 300 milhões para indenização por danos sociais e danos morais coletivos e para eventuais contingências relacionadas às ações nas áreas desocupadas e ações de mobilidade urbana. . Em 30 de junho de 2022, a Companhia protocolou junto ao MPF o relatório de diagnóstico social e respectivo plano de ação social que irá lastrear a definição das medidas a serem adotadas. Até 31 de dezembro de 2023, já haviam sido aprovadas 24 ações. O saldo da provisão é de R\$ 1.369 milhão (2022: R\$ 1.567 milhão).

d. Medidas adicionais:

Refere-se às ações relacionadas a: (i) ações referentes aos Instrumentos de Cooperação Técnica firmados pela Companhia; (ii) gastos de gestão do evento geológico em Alagoas relacionados a comunicação, conformidade, jurídico, dentre outros; (iii) medidas adicionais de apoio à região e manutenção das áreas, incluindo as ações de requalificação e indenização destinadas para região dos Flexais; e (iv) outros assuntos classificados como obrigação presente para a Companhia, ainda que não formalizada. O saldo atual das medidas adicionais descritas neste item totaliza R\$ 935 milhões (2022: R\$ 1.604 milhão).

As provisões da Companhia são baseadas nas estimativas e premissas atuais e podem sofrer atualizações futuras decorrentes de novos fatos e circunstâncias, incluindo, mas não se limitando a: mudanças no prazo, escopo, método e efetividade dos planos de ação; novas repercussões ou desdobramentos do fenômeno geológico, incluindo eventual revisão do Mapa da Defesa Civil; eventuais estudos que indiquem recomendações de especialistas, inclusive do Comitê de Acompanhamento Técnico, conforme Acordo para Compensação dos Moradores, e outros novos desenvolvimentos do tema.

As medidas relacionadas aos planos de fechamento das frentes de lavras também estão sujeitas à análise e aprovação da ANM, ao acompanhamento dos resultados das medidas em andamento, bem como a modificações relacionadas à dinamicidade do evento geológico.

O monitoramento contínuo é determinante para confirmar o resultado das recomendações atuais. Nesse sentido, o plano de fechamento das frentes de lavras poderá ser atualizado conforme necessidade de adoção de alternativas técnicas para estabilizar o fenômeno da subsidência decorrente da extração de sal-gema. Além disso, a avaliação do comportamento futuro das cavidades, monitoradas principalmente por sonar e piezômetros, poderá indicar a necessidade de alguma medida adicional para a sua estabilização.

As ações para reparar, mitigar ou compensar potenciais impactos e danos ambientais, conforme previsão do Acordo para Reparação Socioambiental, foram definidas com base no diagnóstico ambiental realizado por empresa especializada e independente. Ao final de todas as discussões com as autoridades e agências regulatórias, conforme o rito previsto no acordo, foi consensado um plano de ação, que será parte das medidas de um Plano de Recuperação de Áreas Degradadas ("PRAD").

O Senado Federal, em 13 de dezembro de 2023, instaurou uma Comissão Parlamentar de Inquérito ("CPI") relacionada ao evento geológico em Alagoas. A Companhia informa que vem acompanhando o tema e seus desdobramentos.

Há aproximadamente quatro anos, tramita sob sigilo, um inquérito conduzido pela Polícia Federal em Alagoas. Em dezembro de 2023, ocorreu uma diligência investigatória de busca e apreensão de documentos realizada no bojo deste inquérito, denominada Operação Lágrimas de Sal. Neste sentido, a Companhia informa que está e sempre esteve à disposição das autoridades e que vem prestando todas as informações relacionadas à exploração de sal-gema no transcorrer do inquérito.

A Companhia tem avançado nas tratativas com entes públicos a respeito de outros pleitos indenizatórios, aprofundando o seu conhecimento quanto aos mesmos. Embora possam ocorrer desembolsos futuros como resultado de tais tratativas, até o momento, a Companhia não consegue prever os resultados e o prazo para sua conclusão, assim como seu eventual escopo e gastos totais associados, além daqueles já provisionados.

Não é possível antecipar todos os novos pleitos, de natureza indenizatória ou naturezas diversas, que poderão ser apresentados por indivíduos ou grupos, inclusive entes públicos ou privados, que entendam ter sofrido impactos e/ou danos de alguma forma relacionados ao fenômeno geológico e à desocupação das áreas de risco, bem como novos autos de infração ou sanções administrativas de naturezas diversas. A Braskem ainda enfrenta e pode enfrentar procedimentos administrativos e diversas ações judiciais, inclusive ações individuais movidas por pessoas físicas ou jurídicas não atendidas pelo PCF ou que discordem da compensação financeira oferecida para liquidação individual, novas demandas coletivas e ações movidas por concessionárias de serviço público, entes da administração direta ou indireta do Estado, dos Municípios ou União, não sendo possível estimar, neste momento, a quantidade de eventuais ações, sua natureza ou valores envolvidos.

Consequentemente, a Companhia não pode descartar futuros desdobramentos relacionados ao evento geológico de Alagoas, ao processo de realocação e ações nas áreas desocupadas e adjacentes, de modo que os custos a serem incorridos pela Braskem poderão ser diferentes de suas estimativas e provisões.

Em fevereiro de 2023, a Companhia firmou termo de quitação com as seguradoras encerrando a regulação do sinistro do evento geológico em Alagoas.

Ações judiciais e contingências em curso

No contexto deste evento, foram propostas as seguintes ações contra a Companhia:

 i. Ação Civil Pública ("ACP") ajuizada pelo Ministério Público Estadual e pela Defensoria Pública do Estado de Alagoas: Reparação aos Moradores

Em junho de 2019, a Companhia tomou conhecimento da ACP tendo como pedido o pagamento de indenização por danos causados às edificações e aos moradores em áreas afetadas no bairro do Pinheiro e adjacências, totalizando o valor mínimo de R\$ 6,7 bilhões, com pedido inicial de tutela cautelar para indisponibilidade de ativos financeiros e de bens da Companhia no mesmo valor. Sucessivas ordens de bloqueio alcançaram a constrição judicial de R\$ 3,7 bilhões em ativos em 2019, e o desbloqueio ocorreu em janeiro de 2020. Com a remessa dos autos para a Justiça Federal, o Ministério Público Federal passou a participar do processo.

O primeiro acordo na ACP (Reparação aos Moradores) foi homologado em 3 de janeiro de 2020. O Termo de Acordo para Apoio na Desocupação das Áreas de Risco ("Acordo para Compensação dos Moradores"), firmado pela Braskem em conjunto com o MPE, DPE, MPF e DPU ("Autoridades"), dispôs sobre ações cooperativas para a desocupação das áreas de risco e garantia da segurança das pessoas, prevendo o atendimento pelo Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação implantado pela Braskem, da população situada nas áreas de risco especificadas.

Após atualizações do Mapa da Defesa Civil, foram firmados dois instrumentos jurídicos com as Autoridades, em julho e outubro de 2020, para inclusão de imóveis no PCF.

Em 30 de dezembro de 2020, a Companhia e as Autoridades firmaram um segundo aditivo ao Termo de Acordo para Compensação dos Moradores para extinção da ACP, por meio do qual as partes acordaram incluir no PCF a desocupação de propriedades adicionais definidas na atualização do Mapa da Defesa Civil de dezembro de 2020 e nos estudos técnicos especializados e independentes contratados pela Companhia ("Estudos"), referentes a potenciais impactos do evento geológico na superfície da região. O Acordo para Compensação dos Moradores inclui a área atualmente impactada pelo evento geológico, na visão da Defesa Civil, e as áreas com potenciais impactos futuros indicadas nos Estudos.

Para fazer frente às ações acordadas na ACP, a Companhia se comprometeu com o depósito de R\$ 2,7 bilhões em conta corrente, sendo R\$ 1,7 bilhão conforme Acordo para Compensação dos Moradores e R\$ 1 bilhão adicionais conforme o segundo aditivo, com capital de giro mínimo no valor de R\$ 100 milhões, cuja movimentação é verificada por empresa de auditoria externa. Em 31 de dezembro de 2023, decorrente dos gastos incorridos relativos ao PCF, o saldo da referida conta corrente corresponde a R\$ 115 milhões registrados no ativo circulante (2022: R\$ 175 milhões). Adicionalmente, a Companhia e as Autoridades acordaram: (i) a criação de um grupo técnico (Comitê de Acompanhamento Técnico) com o objetivo de acompanhar o evento geológico e estudar as áreas adjacentes ao Mapa da Defesa Civil pelo prazo de cinco anos; e (ii) a manutenção de seguro-garantia atualmente em R\$ 615 milhões (redução do seguro-garantia de R\$ 2 bilhões previsto no Acordo para Compensação dos Moradores).

Com a homologação judicial do Acordo para Compensação dos Moradores, em 6 de janeiro de 2021, essa Ação Civil Pública foi extinta.

 ii. Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União e Ministério Público do Estado de Alagoas: Reparação aos Moradores – Mapa Versão 5

Em 30 de novembro de 2023, a Companhia tomou conhecimento da ACP proposta pelo MPF, DPU e MPE contra o Município de Maceió e a Braskem, tendo como pedido liminar, em sede de tutela evidência, contra o Município de Maceió: (i) a divulgação do novo Mapa de Linhas de Ações Prioritárias, Versão 5, e (ii) elaboração de Plano de Ação para endereçamento das questões pertinentes à identificação das vias e equipamentos públicos situados na região. Contra a Braskem, requerem liminarmente: (i) inclusão no PCF da nova área de criticidade 00 (área definida pela Defesa Civil de Maceió com recomendação de realocação) da Versão 5 do Mapa da Defesa Civil e viabilizar a inclusão facultativa de todos os atingidos cujos imóveis estão localizados na área de criticidade 01 (área definida pela Defesa Civil de Maceió com recomendação de monitoramento) da Versão 5 do Mapa, com a atualização monetária correspondente aos valores praticados pelo PCF; (ii) instituição, sob a faculdade do atingido da área de criticidade 01, de Programa de Reparação do Dano Material provocado pela alegada desvalorização do imóvel, bem como o alegado dano moral sofrido em decorrência da inclusão do imóvel no Mapa; (iii) contratação de empresa independente e especializada para a identificação do alegado dano material dos imóveis na hipótese de decisão do atingido de permanência na área de criticidade 01 da Versão 5 do Mapa da Defesa Civil; e (iv) contratação de assessoria técnica independente e especializada, a fim de dar suporte ao atingido na avaliação dos cenários e tomada de decisão acerca de sua realocação ou permanência na área. No mérito, pedem a confirmação dos pedidos liminares.

Em 30 de novembro de 2023, o juiz proferiu decisão deferindo os pedidos liminares dos autores, em sede de tutela de evidência. Contra esta decisão, a Braskem propôs suspensão de liminar e interpôs agravo de instrumento. Em 22 de janeiro de 2024, no agravo de instrumento, foi proferida decisão determinando "a imediata suspensão da execução provisória determinada pelo juízo de origem", decisão mantida por deliberação colegiada até o julgamento final do agravo de instrumento.

O valor atribuído à causa pelos autores da ação é de R\$ 1 bilhão.

A Administração, suportada pela opinião dos assessores jurídicos externos, classifica a chance de perda da ação como possível.

iii. Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Federal em Alagoas: Reparação socioambiental

Em abril de 2020, a Companhia tomou conhecimento da ACP tendo como pedido a condenação da Companhia ao pagamento de indenização por danos socioambientais e outros danos de natureza coletiva, além da adoção de medidas reparatórias e de compliance ambiental, com pedido liminar de indisponibilidade de ativos, suspensão de financiamentos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), constituição de fundo privado próprio no valor inicial de R\$ 3,1 bilhões e oferecimento de garantias no valor de R\$ 20,5 bilhões. O valor da ação era de R\$ 27,6 bilhões.

Em 30 de dezembro de 2020, firmou-se o Acordo para Reparação Socioambiental, tendo a Companhia se comprometido, principalmente, a: (i) adotar as medidas para estabilização e monitoramento do fenômeno da subsidência decorrente da extração de sal-gema; (ii) reparar, mitigar ou compensar potenciais impactos e danos ambientais decorrentes da extração de sal-gema no Município de Maceió; e (iii) reparar, mitigar ou compensar potenciais impactos e danos sociourbanísticos decorrentes da extração de sal-gema no Município de Maceió, conforme detalhamento abaixo:

 Para a estabilização das cavidades e monitoramento do solo, a Companhia segue com a implementação das ações dos planos de fechamento das frentes de lavra elaborados

pela Braskem e aprovados pela ANM, cujas medidas poderão ser ajustadas até que seja verificada a estabilização do fenômeno da subsidência decorrente da extração de sal-gema.

- b. Em relação a potenciais impactos e danos ambientais decorrentes da extração de salgema no Município de Maceió, a Companhia contratou, em acordo com o MPF, renomada empresa especializada e independente para diagnosticar e recomendar medidas de reparação, mitigação ou compensação dos impactos ambientais eventualmente identificados em decorrência das atividades de extração de sal-gema em Maceió. Em 30 de junho de 2022 e 7 de dezembro de 2022, foram entregues ao MPF, respectivamente, o estudo e o relatório de segunda opinião sobre o plano ambiental e segue o tramite previsto no acordo para consolidação final das ações a serem adotadas de comum acordo entre a Companhia e o MPF, mas cujo desfecho não é possível prever ou se implicará em valores adicionais aos já reconhecidos na provisão.
- c. Em relação aos potenciais impactos e danos sociourbanísticos decorrentes da extração de sal-gema no Município de Maceió, destinar o valor certo e não superior a R\$ 1,28 bilhão para adoção de ações e medidas nas áreas desocupadas, ações de mobilidade urbana e de compensação social, sendo que para estas ações e medidas de compensação social a Companhia protocolou junto ao MPF em 30 de junho de 2022 o relatório e respectivo plano de ação social que irá lastrear a definição das medidas a serem adotadas. Destinar, ainda, o montante de R\$ 300 para indenização por danos sociais e danos morais coletivos e para eventuais contingências relacionadas às ações nas áreas desocupadas e ações de mobilidade urbana.

A Companhia e o Ministério Público Federal concordaram, ainda, com a contratação de consultoria especializada para avaliação do programa de Gestão Socioambiental da Companhia e com a constituição de garantia real sobre determinados bens da Companhia no valor de R\$ 2,8 bilhões em substituição ao seguro-garantia de R\$ 1 bilhão.

Com a homologação judicial do Acordo para Reparação Socioambiental em 6 de janeiro de 2021, a ACP Socioambiental foi extinta em relação à Braskem.

Por fim, nos termos do Acordo para Reparação Socioambiental, em 21 de janeiro de 2021, foi determinado o arquivamento do Inquérito Civil instaurado em junho de 2020 pelo MPE com o objetivo de: (i) aferir a extensão dos danos urbanísticos causados pelo evento geológico ocorrido em Maceió; (ii) buscar, junto a quem de direito, soluções arquitetônicas, necessárias e adequadas, quanto à destinação, restauração e/ou o aproveitamento dos citados espaços vazios deixados nos bairros impactados; (iii) apurar, se for o caso, possíveis responsabilidades reparatórias pelos danos causados à ordem urbanística.

Em 21 de julho de 2023, foi homologado pela 3ª Vara Federal de Maceió a adesão total do Município de Maceió aos termos do Acordo Socioambiental, incluindo o Plano de Ações Sociais (PAS) e ratificando a adesão já tratada no âmbito do Termo de Adesão Parcial de Mobilidade Urbana.

iv. Ação Civil Pública ajuizada pela Defensoria Pública da União: Negativa de contratação de seguro no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação ("SFH")

Em novembro de 2021, a Companhia tomou conhecimento da ACP ajuizada pela DPU diante da negativa, por parte das seguradoras dos contratos de financiamento imobiliário vinculados ao SFH, de contratação de seguro habitacional para contratos de aquisição de imóveis

localizados em um raio de 1km fora da área de risco definida pela versão 4 do mapa da Defesa Civil, objeto do acordo da ACP dos Moradores – Vide item (i).

Seguradoras vinculadas ao SFH, agentes financeiros, órgão regulador e Braskem figuram como rés. O pedido principal é dirigido apenas às seguradoras, agentes financeiros e órgão regulador, sob o fundamento de que a negativa de cobertura é abusiva, não possui fundamento técnico ou jurídico. Há pedido subsidiário (eventual) de condenação da Braskem ao pagamento de indenização, em valor a ser liquidado futuramente, caso o juízo entenda que a negativa de cobertura tem fundamento em razão do fenômeno da subsidência.

Em 10 de janeiro de 2024, foi proferida sentença condenando parcialmente as seguradoras a: (i) se absterem de aplicar a margem de segurança para além da área de risco definida pela Defesa Civil e praticar preços e aumentos abusivos para evitar a contratação de cobertura securitária para imóveis fora e próximos da área de risco, declarando a nulidade das negativas/declínio de cobertura securitária com base exclusivamente na referida margem de segurança, (ii) convocarem todos os interessados para reavaliação do pleito de seguro habitacional. Não houve condenação da Braskem, desta decisão cabe recurso.

Não é possível estimar o valor de eventual indenização, que dependerá da demonstração dos danos suportados por parte de pessoas que tiveram a contratação do seguro negada.

A Administração, suportada pela opinião dos assessores jurídicos externos, classifica a chance de perda da ação como possível.

v. Ação Civil Pública ajuizada pela Defensoria Pública Estadual de Alagoas: Revisão de termos do Acordo Flexal

Em março de 2023, a Companhia tomou conhecimento da ACP ajuizada pela DPE contra a Companhia, União, Estado de Alagoas e Município de Maceió buscando, dentre outros pedidos, a revisão de termos do Acordo Flexal celebrado entre a Companhia, MPF, MPE, DPU e Município de Maceió, cuja homologação judicial ocorreu em 26 de outubro de 2022, perante o Juízo da 3ª Vara Federal de Alagoas.

Por meio desta ação, a DPE busca, dentre outros pleitos, a inclusão dos moradores dos Flexais que assim optarem no Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação (PCF) criado no âmbito do acordo na ACP (Reparação aos Moradores), com a consequente realocação destes moradores e sua compensação por danos morais e materiais em parâmetros especificados na ação.

Em caráter liminar, foi requerido pela DPE que o Município de Maceió e a Braskem iniciassem o cadastro de todos os moradores que optassem ser realocados e sua concomitante inclusão no PCF, ou, subsidiariamente, que fosse determinado o bloqueio, em desfavor da Braskem, do valor de R\$ 1,7 bilhão, para garantir indenização pelos danos morais e materiais aos moradores dos Flexais. Estes pedidos liminares foram indeferidos pelos juízos de primeira e segunda instâncias. Em 31 de dezembro de 2023, o montante dessa ação representa R\$ 1,95 bilhão.

Em 19 de janeiro de 2024, foi proferida sentença, ainda passível de recurso pelas partes, julgando parcialmente procedentes os pedidos da DPE. O juiz determinou:

 Julgar improcedente o pedido de anulação das cláusulas do Acordo Flexal, declarando, contudo, que a quitação prevista no acordo deve ser interpretada como quitação até a data de celebração da avença, e não abrange danos materiais relacionados aos imóveis e sua desvalorização;

- ii. Julgar improcedente pedido de pagamento de dano moral coletivo;
- iii. Julgar procedente o pagamento de dano moral sofrido enquanto perdurarem os efeitos do ilhamento social. A sentença validou os parâmetros do programa previstos no Acordo Flexal, porém entendeu que os valores já pagos no programa correspondem ao período entre outubro de 2020 e a data da celebração do Acordo Flexal, devendo os pagamentos se estenderem até a efetiva requalificação da região dos Flexais;
- iv. Julgar procedente o pedido de indenização por danos materiais decorrentes de desvalorização imobiliária a ser apurado em fase de cumprimento de sentença;
- Determinar o desdobramento da ação para julgar o pedido de realocação dos moradores, dentre outros;

A Administração, suportada pela opinião dos assessores jurídicos externos, classifica a chance de perda da ação como possível.

vi. Ação Civil Pública ajuizada pela Federação dos Pescadores do Estado de Alagoas ("FEPEAL") e pela Confederação Nacional de Pescadores e Aquicultores ("CNPA"): Reparação aos Pescadores.

Em agosto de 2023, a Companhia tomou conhecimento da ACP ajuizada pela FEPEAL e pela CNPA (em conjunto "Associações") contra a Companhia, buscando reparação por danos materiais (danos emergentes e lucros cessantes) e morais individuais homogêneos e coletivos para as Associações e cada um dos alegados 8.493 pescadores supostamente afetados e representados pelas Associações.

Em caráter liminar, foi requerido, dentre outros pleitos, que a Companhia provisione valores suficientes a garantir a indenização dos pescadores abarcados pela ACP, e também emita comunicado de fato relevante aos acionistas, pedidos que foram indeferidos pelo Juízo.

Dentre outros pedidos, as Associações pleiteiam o pagamento de: (i) indenização pelos (a) danos morais individuais e homogêneos suportados no montante de R\$ 50 mil, e (b) danos materiais na modalidade de lucros cessantes individuais e homogêneos no valor de R\$ 132 mil, em ambos os casos para cada um dos alegados pescadores supostamente afetados; (ii) indenização pelos danos morais coletivos para as Associações no montante de R\$ 100 mil; (iii) indenização pelos danos materiais coletivos para as Associações no valor de R\$ 750 mil; e (iv) honorários de sucumbência no valor de 20% do valor da condenação.

Em 31 de dezembro de 2023, os pedidos formulados pelos autores perfazem o montante de R\$ 1,93 bilhão e a Administração, suportada pela opinião dos assessores jurídicos externos, classifica a chance de perda no valor de R\$ 1,61 bilhão como possível e R\$ 321 milhões como remoto.

vii. Ação Civil Pública ajuizada pela Federação dos Pescadores do Estado de Alagoas ("FEPEAL"): Auxílio aos Pescadores

Em 13 de dezembro de 2023, a Companhia tomou conhecimento da ACP, com pedido de tutela de urgência, ajuizada pela FEPEAL, tendo como pedido o pagamento de auxílio emergencial aos pescadores que atuam na Lagoa Mundaú, no valor de R\$ 1.946,75 por mês, enquanto perdurar a proibição de navegação em trecho da Lagoa, imposta pela Portaria 77/ Capitania dos Portos de Alagoas ("CPAL").

Como resultado das tratativas entre as partes da ACP e outras instituições, iniciadas em dezembro de 2023, para celebração de um acordo sobre o tema, em 07 de fevereiro de 2024 foi homologado o Termo de Acordo entre a Braskem, a FEPEAL, CNPA e a DPU, para o

pagamento de indenização a pescadores e marisqueiros afetados temporariamente pela restrição do tráfego de embarcações na Lagoa Mundaú, em perímetro delimitado pela Capitania dos Portos de Alagoas, por questões de segurança. O acordo prevê o pagamento pela Braskem do equivalente a três salários-mínimos para até 1870 profissionais que possuem registro no Ministério da Pesca e Agricultura ("MPA") e atuação comprovada na região. A sentença homologatória pôs fim à referida ACP, extinguindo o feito com exame do mérito.

viii. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental ("ADPF") ajuizada pelo Governador do Estado de Alagoas

Em 18 de dezembro de 2023, a Companhia tomou conhecimento da ADPF apresentada pelo Governador do Estado de Alagoas perante o Supremo Tribunal Federal, em face de algumas cláusulas dos acordos celebrados extrajudicialmente e homologados nos autos dos processos nº 0803836-61.2019.4.05.8000 (ACP Reparação dos Moradores), 0806577-74.2019.4.05.8000 (ACP Reparação Socioambiental) e 0812904-30.2022.4.05.8000 (Acordo Flexal), que tratam de quitação à Companhia, bem como aquisição e exploração das propriedades desocupadas.

Em 18 de dezembro de 2023 a Braskem apresentou manifestação requerendo que seja negado seguimento à ADPF. Em 10 de janeiro de 2024, a relatora determinou a oitiva da Companhia, Município de Maceió/AL, Procuradoria-Geral de Justiça de Alagoas, Defensoria Pública de Alagoas e Defensoria Pública da União e manifestação da Advocacia-Geral da União e Procuradoria-Geral da República.

Não há valor atribuído à causa. A Administração, suportada pela opinião dos assessores jurídicos externos, classifica a chance de perda da ação como possível.

ix. Ação Indenizatória: Companhia Brasileira de Trens Urbanos ("CBTU")

Em 2 de fevereiro de 2021, a Companhia teve ciência do ajuizamento de ação pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos, formulando, inicialmente, apenas pedido liminar para manutenção dos termos de cooperação anteriormente firmados pelas partes. O pedido foi indeferido em primeira e segunda instância, diante do adimplemento das obrigações assumidas pela Braskem. Em 24 de fevereiro de 2021, a CBTU apresentou aditamento à petição inicial, requerendo o pagamento de indenização por danos materiais no valor de R\$ 222 milhões e morais no valor de R\$ 0,5 milhão, bem como a imposição de obrigações de fazer, inclusive a construção de uma nova linha férrea para substituir o trecho que passava pela área de risco.

Em 31 de dezembro de 2023, o valor atualizado dessa ação é de R\$ 1,46 bilhão (2022: R\$ 1,43 bilhão). A Braskem celebrou memorando de entendimentos com a CBTU para buscar uma solução consensual e a suspensão da ação judicial durante o período de negociação, e tem avançado no entendimento técnico sobre o tema. Em decorrência de petição conjunta das partes, a ação judicial foi suspensa até junho de 2024.

A Administração, suportada pela opinião dos assessores jurídicos externos, classifica a chance de perda da ação como possível.

x. Ação Indenizatória: Imóvel Bairro Pinheiro

Em julho de 2019, a Companhia tomou conhecimento da ação indenizatória ajuizada pela Construtora Humberto Lobo (em recuperação judicial), alegando haver suportado danos e lucros cessantes em razão de compromisso de compra e venda de um terreno da Braskem no Bairro do Pinheiro. Referido contrato foi rescindido pela Braskem por falta de pagamento pela Construtora. Apesar disso, a Construtora alega que a Braskem teria ocultado a informação da

existência de problemas estruturais em poços de extração de sal-gema desativados, localizados no terreno em questão.

Em 05 de julho de 2023, foi proferida sentença favorável à Braskem, que não reconheceu a existência dos alegados lucros cessantes pleiteados nem os alegados danos à imagem da construtora, determinando tão somente a devolução do valor de R\$ 3 milhões, pela Braskem à autora, acrescido de correção monetária, que deverão ser abatidos dos valores já recebidos pela Humberto Lobo ao longo do processo. A ação judicial segue em curso, e a Administração, suportada pela opinião dos assessores jurídicos externos, classifica a chance de perda da ação como possível. Em 31 de dezembro de 2023, o montante dessa ação representa R\$ 0,5 milhão (2022: R\$ 306 milhões).

xi. Ação indenizatória: Estado de Alagoas

Em março de 2023, a Companhia tomou conhecimento da ação ajuizada pelo Estado de Alagoas, pleiteando a reparação por alegados danos sofridos decorrentes, dentre outros, de perda de imóveis dentro da área de risco definida pela Defesa Civil, supostos investimentos iniciados pelo Estado de Alagoas e que teriam sido inutilizados em decorrência da desocupação da área de risco e suposta perda de receita tributária, com pedido para que tais danos sejam apurados por perícia judicial.

Em 10 de outubro de 2023, foi proferida sentença pelo juízo de 1º grau, em julgamento antecipado do mérito, condenando a Braskem ao ressarcimento dos investimentos realizados, equipamentos públicos e perdas de arrecadação tributária na forma requerida pelo Estado de Alagoas. Os valores de indenização deverão ser calculados em fase de liquidação de sentença. A Companhia apresentou recurso contra esta decisão. Em 31 de dezembro de 2023, o montante dessa ação representa R\$ 1,42 bilhão. Há neste processo seguro garantia apresentado pela Companhia no valor de R\$ 1,42 bilhão. A Administração, suportada pela opinião dos assessores jurídicos externos, classifica a chance de perda da ação como possível.

xii. Outras ações individuais: Indenizações relacionadas aos impactos da subsidência e a desocupação das áreas afetadas

Em 31 de dezembro de 2023, a Braskem havia sido citada e figurava como ré em diversas outras ações, que, conjuntamente, envolvem o valor de R\$ 1,42 bilhão (2022: R\$ 1 bilhão), movidas no Brasil e no exterior, que buscam o pagamento de indenizações direta ou indiretamente relacionadas ao evento geológico em Maceió.

A Administração, suportada pela opinião dos assessores jurídicos externos, classifica a chance de perda das ações individuais, que totalizam o valor acima citado, como possível.

xiii. Processo Administrativo: Auto de infração Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas ("IMA")

Em 4 de dezembro de 2023, a Companhia foi autuada em R\$ 70 pelo Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas por alegada degradação ambiental decorrente do deslocamento do solo na região de fechamento da frente de lavra no município de Maceió. Considerando que no ano de 2019 a Companhia já havia sido penalizada pelo mesmo fato e fundamento jurídico, foi apresentada defesa ao auto de infração por bis in idem. O auto de infração original, de 2019, foi encerrado com assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta ("TAC"), em 23 de dezembro de 2023.

A Administração, suportada pela opinião dos assessores jurídicos externos, classifica a chance

de perda da ação como possível.

Acordo de Leniência

No contexto das alegações de pagamentos indevidos no âmbito da Operação Lava Jato no Brasil, a Companhia contratou especialistas em investigação interna para conduzirem uma investigação independente de tais alegações ("Investigação") e reportarem os seus resultados.

Em dezembro de 2016, a Companhia celebrou Acordo de Leniência com o Ministério Público Federal ("Acordo MPF") e com as autoridades dos Estados Unidos e Suíça ("Acordo Global"), no valor de R\$ 3,1 bilhões (US\$957 milhões à época), os quais foram devidamente homologados. Ainda, a Companhia se engajou em processo de cooperação e negociação com o Ministério da Transparência e a Controladoria Geral da União ("CGU") e a Advocacia Geral da União ("AGU"), que culminou com a assinatura de acordo de leniência com referidas autoridades em 31 de maio de 2019 ("Acordo CGU/AGU" e, em conjunto com o Acordo Global, simplesmente "Acordos"), que trata dos mesmos fatos objetos do Acordo Global e prevê um desembolso adicional de R\$ 410 milhões, em função dos cálculos e parâmetros utilizados pela CGU e a AGU. Adicionalmente, em 2019, o Ministério Público da Bahia e o Ministério Público do Rio Grande do Sul aderiram ao Acordo MPF, sem previsão de pagamentos adicionais por parte da Companhia.

Desde 2016, a Companhia já pagou R\$ 3.071 milhões, distribuídos conforme quadro abaixo:

	AGU					
Acordos firmados com:	CGU e MPF	DoJ (i)	OAG (i)	MPF	SEC (i)	Total
Pagamentos efetuados	878	297	407	1.282	206	3.071

Nota (i): U.S. Department of Justice ("DoJ"); Swiss Office of the Attorney General ("OAG") e U.S. Securities Exchange Commission ("SEC").

Em agosto de 2023, a Companhia foi notificada pela CGU sobre o encerramento do período de monitoramento do programa de integridade, a qual também apresentou o Termo de Encerramento.

Em janeiro de 2023, a Companhia ofereceu precatórios próprios e de terceiros como forma de pagamento da quarta parcela do Acordo de Leniência (vencimento em 30 de janeiro de 2023), ficando sua quitação sujeita à avaliação das autoridades competentes. Neste momento, a Companhia baixou o valor a pagar referente a esta parcela do Acordo de Leniência, criando uma obrigação contra terceiros e baixando seu precatório próprio.

Ocorre que a portaria que regulamentava esse procedimento de quitação foi revogada, não tendo sido editada nova regulamentação sobre o tema antes do vencimento do prazo dos contratos para aquisição dos precatórios de terceiros (vencimento em 31 de dezembro de 2023). Por essa razão, a Companhia retornou o valor desta parcela para o saldo a pagar do Acordo de Leniência, sendo certo que a exigibilidade da parcela de 2023 segue suspensa, aguardando a edição das novas normas pelas autoridades competentes. O saldo a pagar para o Acordo de Leniência, em 31 de dezembro de 2023, é de R\$ 1.016 bilhão, sendo R\$ 840 milhões registrados no circulante e R\$ 176 milhões no não circulante.

Ação coletiva (class action)

Em 25 de agosto de 2020, uma ação foi ajuizada contra a Braskem e alguns atuais e exexcutivos da Companhia no Tribunal Distrital de Nova Jersey nos Estados Unidos, em nome

de uma suposta classe de investidores que adquiriram títulos da Braskem. A ação foi fundamentada na Lei de Valores Mobiliários dos Estados Unidos de 1934 (U.S. Securities Exchange Act) e suas regras, com base em alegações de que os réus fizeram declarações falsas ou incorreram em omissões relacionadas ao evento geológico em Alagoas.

Em 15 de dezembro de 2022, as partes celebraram Termo de Acordo para encerramento da Class Action (Termo de Acordo) mediante pagamento de R\$ 16 milhões (US\$ 3 milhões), o qual foi realizado em janeiro de 2023. Em 05 de maio de 2023, houve a homologação, sem ressalvas, do acordo pelo tribunal. Em 25 de maio de 2023, foi proferida Order of Dismissal reconhecendo a ausência de objeções ao acordo e determinando o encerramento do caso e o processo baixado com relação à Braskem e partes relacionadas. A alocação dos recursos pagos em virtude do acordo foi homologada pelo tribunal em 13 de dezembro de 2023.

2.5 Medições não contábeis

Consistente com práticas de mercado, a Companhia divulga medidas não contábeis que não consistem em medidas de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro - International Financial Reporting Standards ("IFRS"). A Administração acredita que a apresentação dessas medidas fornece informações úteis para investidores terem melhor entendimento da performance operacional e resultados financeiros da Companhia. Entretanto, estas medidas não contábeis não têm significados e metodologias padronizados e podem não ser diretamente comparáveis com métricas de nome igual ou similar publicadas por outras companhias devido a diferentes metodologias de cálculo ou devido a itens que podem ser objeto de interpretação. Ainda que as medidas não contábeis sejam usadas frequentemente por investidores no mercado e pela Administração para análise de sua posição financeira e operacional, potenciais investidores não devem basear sua decisão de investimento nessas informações como um substituto para as medidas contábeis ou como indicativo de resultados futuros.sAs informações incluídas neste item 2.5 foram preparadas com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e devem ser lidas e analisadas em conjunto com as informações constantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas respectivas notas explicativas, disponíveis no site de Relação com Investidores da Companhia (www.braskemri.com.br) e no site da CVM (www.cvm.gov.br).

2.5.a - Informar o valor das medições não contábeis

Valores Consolidados em R\$ milhões	Informações Financeiras Consolidadas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023
EBITDA Consolidado	2.413
EBITDA Consolidado Ajustado	3.737
EBITDA Consolidado Ajustado (UDM)	3.737
Margem EBITDA Consolidada (%)	3%
Margem EBITDA Consolidada Ajustada (%)	5%
Dívida Bruta Consolidada	53.356
Dívida Líquida Consolidada	34.213
Alavancagem Financeira	9,15x

EBITDA Consolidado, EBITDA Consolidado Ajustado, EBITDA Consolidado Ajustado (UDM), Margem EBITDA Consolidada e Margem EBITDA Consolidada Ajustada

O EBITDA Consolidado é uma medida não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Instrução da CVM n° 527, de 4 de outubro de 2012 ("Instrução CVM 527"), conciliada com suas demonstrações financeiras e corresponde ao lucro (prejuízo)

líquido do período acrescido (i) do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos; (ii) do resultado financeiro líquido; e (iii) da depreciação e amortização. A partir do EBITDA Consolidado, a Companhia divulga as medições não contábeis consolidadas EBITDA Consolidado Ajustado, EBITDA Consolidado Ajustado (UDM), Margem EBITDA Consolidada e Margem EBITDA Consolidada Ajustada. A Companhia define EBITDA Consolidado Ajustado como EBITDA Consolidado acrescido (i) da Provisão (reversão) para perdas de ativos de longa duração; (ii) do Resultado de participações societárias; (iii) da (Reversão) provisão do evento geológico em Alagoas; (iv) de Provisão para remediação ambiental; (v) do crédito de PIS/COFINS relacionado a essencialidade e relevância; e (vi) do termo de quitação de sinistro com seguradoras. O EBITDA Consolidado Ajustado (UDM) corresponde ao EBITDA Consolidado Ajustado dos últimos dose meses. A Margem EBITDA Consolidada corresponde ao percentual do EBITDA Consolidado dividido pela receita líquida de vendas e serviços consolidada, e a Margem EBITDA Consolidada Ajustada corresponde ao percentual do EBITDA Consolidado Ajustado dividido pela receita líquida de vendas e serviços consolidada.

A Companhia utiliza os indicadores não contábeis EBITDA Consolidado, EBITDA Consolidado Ajustado, EBITDA Consolidado Ajustado (UDM), Margem EBITDA Consolidada e Margem EBITDA Consolidada Ajustada para medir seu desempenho operacional consolidado, pois acredita facilitar a comparabilidade da sua estrutura ao longo dos anos, uma vez que corresponde a indicadores utilizados para avaliar os resultados financeiros de uma companhia, sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e financeiros.sO EBITDA Consolidado, EBITDA Consolidado Ajustado, o EBITDA Consolidado Ajustado (UDM), a Margem EBITDA Consolidada e a Margem EBITDA Consolidada Ajustada não são medidas estabelecidas de acordo com as normas contábeis internacionais (IFRS) e são apenas informações adicionais às suas demonstrações contábeis e não devem ser utilizados como (i) base de distribuição de dividendos; (ii) substitutos para o lucro líquido e fluxo de caixa operacional; (iii) indicadores de desempenho operacional, de forma isolada com relação a outros indicadores contábeis; ou (iv) indicadores de liquidez, de forma separada a outros indicadores contábeis.

Dívida Bruta Consolidada, Dívida Líquida Consolidada e Alavancagem Financeira (Dívida Líquida Consolidada/EBITDA Consolidado Ajustado (UDM))

A Dívida Bruta Consolidada da Companhia corresponde a somatória dos financiamentos e debêntures (circulante e não circulante). A Dívida Bruta Consolidada menos o caixa e equivalentes de caixa, e menos as aplicações financeiras (circulante e não circulante) resulta na Dívida Líquida Consolidada da Companhia. A partir da Dívida Líquida Consolidada e do EBITDA Consolidado Ajustado, a Companhia divulga a medição não contábil Alavancagem Financeira, que é calculada como Dívida Líquida Consolidada dividida pelo EBITDA Consolidado Ajustado dos últimos doze meses. Dívida Bruta Consolidada, Dívida Líquida Consolidada e Alavancagem Financeira não são medidas estabelecidas de acordo com as normas contábeis internacionais (IFRS) e não possuem significado padrão. Outras empresas podem calcular Dívida Bruta Consolidada, Dívida Líquida Consolidada e Alavancagem Financeira de maneira diferente da Companhia. A Companhia entende que as medições da Dívida Bruta Consolidada, Dívida Líquida Consolidada e Alavancagem Financeira são úteis na avaliação do grau de alavancagem financeira em relação ao fluxo de caixa operacional.

2.5.b - Fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

EBITDA Consolidado, EBITDA Consolidado Ajustado, EBITDA Consolidado Ajustado (UDM), Margem EBITDA Consolidada e Margem EBITDA Consolidada Ajustada

Valores Consolidados em R\$ milhões	Informações Financeiras Consolidadas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023	
Lucro (prejuízo) Líquido do período	(4.890)	
(+) Imposto de renda econtribuição social – correntes e diferidos	(1.302)	
(+) Resultado financeiro	3.400	
(+) Depreciação eamortização	5.206	
EBITDA Consolidado (1)	2.413	
(+) Provisão (reversão) para perdas de ativos de longa duração ⁽²⁾	101	
(+) Resultado de participações societárias (3)	(7)	
(+) (Reversão) provisão do evento geológico em Alagoas ⁽⁴⁾	2.194	
(+) Provisão para remediação ambiental (5)	(0.9)	
(+) Termo de Quitação de Sinistro com seguradoras ⁽⁶⁾	(746)	
(+) Crédito de PIS/COFINS - Essencialidade e Relevância ⁽⁷⁾	(216)	
EBITDA Consolidado Ajustado (1)	3.737	
EBITDA Consolidado Ajustado(UDM)	3.737	
Receita Líquida de Vendas e Serviços Consolidada	70.569	
Margem EBITDA Consolidada (%)	3%	
Margem EBITDA Consolidada Ajustada (%)	5%	

- (1) O EBITDA Consolidado e o EBITDA Consolidado Ajustado correspondem, respectivamente, ao EBITDA Básico e ao EBITDA Recorrente em outros documentos divulgados pela Companhia, incluindo release de resultados trimestrais, apresentações para investidores, relatório anual da Administração e de Sustentabilidade.
- (2) Representa as constituições ou estornos de provisões para perdas na recuperação dos ativos de longa duração que foram ajustados para formação do EBITDA Consolidado Ajustado pelo fato de não haver expectativa de realização financeira e, se houver, será capturada nas devidas contas da demonstração do resultado.
- (3) Corresponde à equivalência patrimonial dos investimentos em empresas coligadas e controladas em conjunto.
- (4) Corresponde a provisão (reversão) referente ao evento geológico em Alagoas registrada em cada período que impacta resultado em "Outras Receitas (Despesas) Líquidas".
- (5) Corresponde a provisão para remediação ambiental contabilizada em "Outras Receitas (Despesas)".
- (6) Corresponde a termo de quitação de sinistro firmado com seguradoras, incluindo a regulação do sinistro do evento geológico de Alagoas.
- (7) Corresponde a crédito fiscal federal de PIS e COFINS referente a Essencialidade e Relevância de insumos para a atividade econômica da Companhia de períodos anteriores que impacta resultado em "Outras Receitas (despesas) Líquidas".

Dívida Bruta Consolidada, Dívida Líquida Consolidada e Alavancagem Financeira (Dívida

Líquida Consolidada/EBITDA Consolidado Ajustado (UDM))

Valores Consolidados em R\$ milhões	Informações Financeiras Consolidadas no exercício social encerrado em 31 de 2023
Financiamentos e debêntures (circulante) (1)	2.767
Financiamentos e debêntures (não circulante)	50.718
Derivativo Swap CRA (ativo)/passivo líquido	(128)
Dívida Bruta Consolidada	53.357
Caixa e Equivalentes de Caixa (circulante) (2)	14.187
Aplicações Financeiras (circulante) (2)	4.956
Dívida Líquida Consolidada	34.214
EBITDA Consolidado Ajustado (UDM)	3.737
Alavancagem Financeira(Dívida Líquida	
Consolidada / EBITDA Consolidado	9,15x
Ajustado (UDM)) ⁽³⁾	

- (1) Considera Financiamentos da Braskem Idesa (circulante e não circulante)
- (2) Considera Caixa e Equivalentes de Caixa da Braskem Idesa (circulante)
- (3) A Dívida Líquida Consolidada acima apresentada considera: (i) Dívida Líquida da Braskem Idesa calculada pelos financiamentos da Braskem Idesa e suas controladas no montante de R\$ 11.250 milhões em 2023, menos caixa e equivalentes de caixa da Braskem Idesa e suas controladas no montante de R\$ 1.562 milhões em 2023; (ii) Aplicações em fundos restritos ("Caixa exclusivo de Alagoas") no montante de R\$ 24 milhões em 2023; e (iii) Bond Híbrido no valor total de R\$ 3.077 milhões mil em 2023. Esse motante não considera (i) Acordo de Leniência no montante de R\$ 1.106 milhões em 2023, mais Derivativo Swap CDI Dólar no valor negativo de R\$ 36 milhões em 2023.i

No curso normal dos negócios, a Companhia relatou historicamente o índice de alavancagem financeira calculado da seguinte forma:

- i. A Dívida Líquida da Braskem Idesa é deduzida da Dívida Líquida Consolidada, por ter a característica de ser financiada na modalidade de Project Finance, em que a dívida deve ser paga exclusivamente com a geração de caixa da própria empresa e é garantida pelos recebíveis, geração de caixa e demais direitos da Braskem Idesa. Dessa forma, também não é considerado o EBITDA Ajustado (UDM) gerado pela Braskem Idesa;
- ii. as aplicações de caixa e equivalentes de caixa em fundos restritos (caixa exclusivo de Alagoas) relacionados ao evento geológico de Alagoas são deduzidos do Caixa e Equivalentes de Caixa, uma vez que tais valores são dedicados exclusivamente ao Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação no âmbio do evento geológico de Alagoas;
- iii. o saldo a pagar relacionado ao Acordo de Leniência é adicionado a Dívida Líquida Consolidada, por ser considerado uma obrigação corporativa de pagamento financeiro da Companhia;
- iv. e em linha com metodologia específica considerada por algumas agências de rating, o bond híbrido no montante de US\$ 600 milhões emitido pela Companhia em julho de 2020 é classificado como instrumento de capital híbrido. Dessa forma, 50% do saldo desta dívida não compõe os índices de endividamento calculados com base nesta metodologia.

2.5.c - Motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

EBITDA Consolidado, EBITDA Consolidado Ajustado, EBITDA Consolidado

Ajustado (UDM), Margem EBITDA Consolidada e Margem EBITDA Consolidada Ajustada

A Companhia utiliza o EBITDA Consolidado, EBITDA Consolidado Ajustado, EBITDA Consolidado Ajustado (UDM), Margem EBITDA Consolidada e a Margem EBITDA Consolidada Ajustada como indicadores financeiros, pois acredita que estes indicadores são medidos de cálculo do resultado consolidado da Companhia sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e financeiros.

Vale ressaltar que o EBITDA Consolidado, EBITDA Consolidado Ajustado, EBITDA Consolidado Ajustado (UDM), Margem EBITDA Consolidada e a Margem EBITDA Consolidada Ajustada são informações adicionais às demonstrações financeiras e não devem ser utilizados em substituição aos resultados auditados pois não são medidas reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas normas contábeis internacionais (IFRS).

Dívida Bruta Consolidada, Dívida Líquida Consolidada e Alavancagem Financeira (Dívida Líquida Consolidada/EBITDA Consolidado Ajustado (UDM))

A Companhia entende que as medições da Dívida Bruta Consolidada, Dívida Líquida Consolidada e Alavancagem Financeira (Dívida Líquida Consolidada/EBITDA Consolidado Ajustado (UDM)) refletem melhor o seu endividamento e sua alavancagem financeira.

Vale ressaltar que a Dívida Bruta Consolidada, Dívida Líquida Consolidada e Alavancagem Financeira (Dívida Líquida Consolidada/EBITDA Consolidado Ajustado (UDM)) são informações adicionais às demonstrações financeiras e podem ser medidas suplementares para investidores e analistas financeiros em sua análise da condição financeira e desempenho operacional da Companhia, além de serem usados pela própria Companhia na tomada de certas decisões de gestão.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6 Eventos subsequentes as demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia e emitidas em 18 de março de 2024.

Foram verificados os seguintes eventos subsequentes às demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 2023, nos termos das regras previstas no Pronunciamento Técnico CPC 24, aprovado pela Resolução CVM nº105/2022:

1) Em 07 de fevereiro de 2024 foi homologado o Termo de Acordo entre a Braskem, a FEPEAL, CNPA e a DPU, para o pagamento de indenização a pescadores e marisqueiros afetados temporariamente pela restrição do tráfego de embarcações na Lagoa Mundaú, em perímetro delimitado pela Capitania dos Portos de Alagoas, por questões de segurança. O acordo prevê o pagamento pela Braskem do equivalente a três salários-mínimos para até 1.870 profissionais que possuem registro no MPA e atuação comprovada na região, cujo montante já se encontra provisionado neste exercício. A sentença homologatória pôs fim à referida ACP, extinguindo o feito com exame do mérito (conforme divulgado nas Demonstrações financeiras de 2023 da Braskem, nota 24.1.vii).

2.7 Destinação de resultados

2.7 Destinação de resultados

	Exercício social encerrado em 31.12.2023
(a) regras sobre retenção de lucros	O Estatuto Social da Companhia não prevê nenhuma reserva estatutária, conforme faculta o artigo 194 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). Contudo, a Assembleia Geral da Companhia poderá deliberar sobre a constituição de outras reservas, bem como retenção de lucros, conforme estabelecido na Lei das Sociedades por Ações.
(a.i) valores das retenções de lucros	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apurou prejuízo.
(a.ii) percentuais em relação aos lucros totais declarados	Não aplicável.
(b) regras sobre distribuição de dividendos	Dividendo mínimo: De acordo com Estatuto Social da Companhia, 25,0% do lucro líquido do exercício será destinado para o pagamento de dividendos obrigatórios, observadas as vantagens legais e estatutárias das ações preferenciais Classe "A" e "B". Dividendo prioritário: As ações preferenciais classes "A" e "B" terão igual prioridade na distribuição em cada exercício, de um dividendo mínimo, não cumulativo, de 6% sobre seu valor unitário (obtido através da divisão do capital social pelo total de ações em circulação), de acordo com os lucros disponíveis para distribuição aos acionistas. As ações ordinárias somente terão direito a dividendo depois do pagamento dos dividendos das ações preferenciais. Depois de cumprido o disposto no parágrafo anterior e assegurado às ações ordinárias o dividendo de 6% (seis por cento) incidente sobre seu valor unitário, as ações preferenciais classe "A" concorrerão em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de lucro remanescente. As ações preferenciais classe "B" não participarão de lucros remanescentes após o recebimento, pelas mesmas, do dividendo mínimo referido anteriormente. Quando o valor do dividendo prioritário pago às ações preferenciais: Classe "A" e "B" for igual ou superior a 25,0% do lucro líquido do exercício calculado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, caracteriza- se o pagamento integral do dividendo obrigatório. Havendo sobra do dividendo obrigatório após o pagamento do dividendo prioritário, será ela aplicada: no pagamento às ações ordinárias de um dividendo até o limite do dividendo prioritário das ações preferenciais; e se ainda houver saldo remanescente, na distribuição de um dividendo adicional às ações ordinárias e às preferenciais classe "A", em igualdade de condições, de modo que cada ação ordinária ou preferencial de tal classe receba o mesmo dividendo.

2.7 Destinação de resultados

(c) periodicidade das distribuições de dividendos	Em 31 de dezembro de 2023, a política de distribuição de dividendos da Companhia garantia aos acionistas a distribuição anual de dividendos. Sem prejuízo, o Conselho de Administração poderia determinar o levantamento de balanços trimestrais e/ou semestrais para distribuição de dividendos, observada as disposições de lei. Poderá haver distribuição de dividendos antecipados, por deliberação prévia do Conselho de Administração, vedada a distribuição "adreferendum" da Assembleia Geral, nos termos do parágrafo 4º do artigo 46 do Estatuto Social.
(d) eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações e pelo estatuto social da Companhia, a Companhia não possuía restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por contratos ou decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.
(e) Política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado	A Companhia possui uma Política de Dividendos, aprovada em 20/06/2018 pelo Conselho de Administração da Companhia, a qual encontra-se disponível nos websites da Companhia (www.braskem-ri.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br), estabelecendo as atribuições e responsabilidades relacionadas às distribuições de dividendos e/ou juros sobre capital próprio, em conformidade ou em complemento ao previsto na legislação e regulamentação aplicável.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras

2.8.a - Ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items):

A Companhia possui obrigações contratuais de longo prazo decorrentes de contratos firmados para a compra de insumos energéticos. Em 31 de dezembro de 2023, estes compromissos totalizavam R\$ 8.616 milhões (2022: R\$ 8.287 milhões) e deverão ser liquidados até 2044.

2.8.b - Outros itens não evidenciados nas Demonstrações Financeiras

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9 Comentários sobre Itens não evidenciados nas Demonstrações Financeiras

Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

2.9.a - como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não há qualquer item relevante que não esteja evidenciado nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2023.

2.9.b - natureza e o propósito da operação

Não há qualquer item relevante que não esteja evidenciado nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2023.

2.9.c - natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não há qualquer item relevante que não esteja evidenciado nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2023.

2.10 Plano de Negócios

Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

2.10.a - Investimentos

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

O plano de negócios da Companhia é construído com base nos seguintes objetivos estratégicos: (i) crescer os negócios atuais através de investimentos de alto retorno, com melhorias de produtividade e de competitividade, e também continuar implementando a descarbonização dos ativos atuais, medidas que em conjunto irão viabilizar a entrega da meta de atingir a neutralidade de carbono em 2050 e reduzir em 15% as emissões de escopo 1 e 2 até 20301; (ii) crescer em resinas e produtos químicos bio-based, além de ampliar o uso de matéria-prima renovável, com o objetivo de atingir a meta de expansão da capacidade de produção de produtos verdes para 1 milhão de toneladas até 20302; e (iii) crescer em produtos circulares (reciclagem mecânica) e ampliar o uso da matéria-prima circular (reciclagem avançada), com o compromisso de atingir 1 milhão de toneladas de resinas e produtos químicos com conteúdo reciclado até 20303.

Alinhado com estes objetivos e com a manutenção da sua operação, a Companhia desembolsou R\$ 4.530 milhões em adições ao imobilizado e intangível durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Investimentos 2023

Ao longo de 2023, as atividades de investimento para as quais utilizamos caixa líquido em base consolidada consistiram principalmente em: (i) aquisições de bens do ativo imobilizado de R\$ 2.936 milhões, no segmento Brasil, que foram alocados principalmente em operações industriais, incluindo os investimentos relacionados à manutenção de cronogramas, eficiência operacional, saúde, meio ambiente e segurança (SSMA), incluindo confiabilidade e segurança operacional de ativos industriais, produtividade, modernização e projetos estratégicos; (ii) aquisições de bens do ativo imobilizado de R\$ 340 milhões no segmento EUA e Europa, destinados tanto a operações industriais quanto a projetos estratégicos; e (iii) aquisições de bens do ativo imobilizado no valor de R\$ 842 milhões no segmento México, representadas principalmente pelo novo terminal de etano.

Investimentos 2024

O investimento total previsto para ser realizado em 2024 pela Braskem (ex-Braskem Idesa) é de R\$ 2.219 milhões, que serão utilizados principalmente para (i) paradas programadas de manutenção de algumas plantas de resinas no Brasil, Estados Unidos e Alemanha; (ii) investimentos regulatórios e relacionados a segurança de processo; (iii) programa de integridade mecânica dos ativos e aquisição de sobressalentes; (iv) investimentos em Inovação & Tecnologia, incluindo o novo laboratório de Boston nos Estados Unidos; (v) desenvolvimentos tecnológicos; e (vi) continuação da construção da unidade de dessulfurização para reduzir os níveis de emissões atmosféricas e aumentar a eficiência energética da central petroquímica do Rio Grande do Sul.

Com relação a Braskem Idesa, o investimento total previsto para ser realizado em 2024 é de R\$ 1.270 milhões, dos quais R\$ 1.016 milhões estão relacionados ao terminal de importação de etano que será financiado por meio do Syndicated Project Finance Loan emitido pelo Terminal Química Puerto México. Os R\$ 254 milhões

¹ Ano-base é a média de 2018, 2019 e 2020, mensuração em média móvel (3 anos).

² Ano-base de 2020, mensuração anual.

³ Ano-base de 2020, mensuração anual.

restantes serão destinados principalmente a projetos relacionados à eficiência operacional, como manutenção, produtividade e SSMA.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia busca financiar o seu plano de investimentos, preferencialmente, com linhas de financiamento contratadas junto a agentes governamentais (inclusive instituições de fomento), brasileiros e internacionais (tais como aquelas descritas no item 2.1(d) deste Formulário de Referência), quando estes apresentarem condições competitivas à Companhia. A decisão do financiamento depende da estratégia financeira da Companhia e da elegibilidade dos investimentos às linhas disponíveis.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há processo de desinvestimento total de ativos em andamento ou previstos. Em linha com os seus pilares estratégicos, a Braskem mantém seu foco no retorno ao capital investido, no fortalecimento da sua liderança e no crescimento em biopolímeros. Nesse contexto, a Companhia avalia, de forma constante, o seu portfólio de ativos de forma a direcionar as suas decisões estratégicas de potenciais desinvestimentos futuros.

2.10.b - desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há processo de aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos relevantes que possa influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

2.10.c - novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

A inovação é um pilar estratégico da Braskem, pois o aprimoramento de tecnologias existentes e o desenvolvimento de novas tecnologias são fundamentais para atingir os objetivos estratégicos da Companhia. A Companhia conta com uma estrutura robusta e global, com 366 integrantes que trabalham em sinergia na busca pelos resultados esperados.

Além disso, a Companhia possui laboratórios e plantas piloto de última geração para viabilizar a pesquisa que dá suporte aos seus clientes e suas necessidades hoje, com foco para 2025, 2030 e 2050:

- i. 2 centros de tecnologia e inovação (Triunfo-BR e Pittsburgh-EUA)
- ii. 2 núcleos técnicos de polímeros (Wesseling-Alemanha e Coatzacoalcos-MX)
- iii. 7 plantas-piloto
- iv. 2 núcleos de pesquisa em químicos renováveis (Campinas-BR e Lexington-EUA, em fase final de construção)
- v. 1 núcleo de desenvolvimento de tecnologias de processo (Mauá-BR)

Com base nessa estrutura, foram desenvolvidos diversos projetos que se conectam com cada uma das avenidas de crescimento da Companhia:

- a. Negócio tradicional
 - Evolução do portfólio: desenvolvimento de produtos por meio de melhorias e pesquisas avançadas de materiais.
 - Redução de vulnerabilidades: redução de vulnerabilidades no fornecimento de aditivos e catalisadores

- Suporte tecnológico para ativos: melhorias em tecnologia de processo e equipe de catálise em ativos atuais.
- Iniciativas de descarbonização: desenvolvimento de processos para abordar a descarbonização de ativos correntes.

b. Bio-based

- Tecnologia de bioeteno: melhorias tecnológicas em parceria colaborativa de pesquisa e desenvolvimento (P&D) com a Lummus.
- Expansão do portfólio bio-based: expansão do portfólio bio-based (MEG, PP verde, EVA, cera PE, solventes, butanol e butadieno).
- Monitoramento de matérias-primas verdes: análise técnica de matérias-primas alternativas para ativos circulantes.

c. Reciclagem

- Portfólio de resinas recicladas: desenvolvimento de produtos para criar e aprimorar o portfólio de resinas com conteúdo pós-consumo.
- Plataforma de reciclagem química: desenvolvimento e aprimoramento da tecnologia de pirólise, além da busca por mais alternativas de reciclagem química.

Com relação à descarbonização, a Companhia desenvolveu projetos em parceria com universidades, como a Universidade de Illinois (UIC) para capturar CO2 dos gases emitidos nas operações industriais e convertê-lo em eteno além de outros químicos, e a Universidade de São Paulo (USP) e Universidade de São Carlos (UFSCar) com o objetivo de avaliar rotas catalíticas e eletrocatalíticas para converter CO2 em produtos químicos, como olefinas e álcoois.

Os projetos dedicados à avenida bio-based buscam desenvolver produtos químicos de baixo carbono em escala comercial, centrados nos principais atributos: 100% renovável, com total compatibilidade drop-in em relação a químicos análogos, produzidos de forma sustentável, com matérias-primas de origem biológica e pegada de carbono negativa.

Em 2023, a Braskem estabeleceu uma parceria relevante com o consórcio Countless na Europa, com 13 parceiros com liderança da Vito NV. O projeto-alvo da parceria trata da avaliação técnico-econômica do primeiro processo de hidrogenólise catalítica contínua de lignina em escala de demonstração. Os parceiros do projeto processarão o produto químico feito de lignina, demonstrando sua aplicabilidade e custo-efetividade. Além disso, foram feitos desenvolvimentos importantes em biotecnologia e pesquisa catalítica, com foco na prova de conceito de novas rotas para energias renováveis.

Outra parceria firmada em 2023 e que contribui para essa avenida é com a Lallemand Biofuels & Destilled Spirits (LBDS), para o desenvolvimento de químicos renováveis. O objetivo é estabelecer uma abordagem tecnológica e comercial para a pesquisa, o desenvolvimento e a comercialização de alternativas renováveis de última geração ante os químicos feitos à base de matéria-prima fóssil. Por meio da tecnologia da LBDS, a parceria explorará o desenvolvimento para o segmento de solventes.

Já na avenida de reciclados, a Braskem lançou diversas grades que contribuíram para a expansão do portfólio de resinas pós-consumo da Companhia, como o polietileno de alta densidade, feito à base de resíduos de aterro para a aplicação em embalagens de óleo lubrificante, e o polipropileno, também proveniente de aterros, desenvolvido para a modelagem de injeção. Um outro desenvolvimento de portfólio foi a conversão de sacas de ráfia usadas em novas sacas do mesmo material, por meio do programa de logística reversa.

Em relação à reciclagem avançada, a Companhia obteve progresso relevante no desenvolvimento de uma nova tecnologia de despolimerização catalítica para produzir produtos químicos básicos (monômeros) por meio de resíduos plásticos. Esses monômeros são então utilizados para produzir novo plástico circular. A Companhia obteve resultados em testes de bancada, e a planta-piloto está prevista

para começar em 2025, com a tecnologia disponível comercialmente em 2030. As principais vantagens dessa tecnologia são a menor pegada de carbono e a capacidade de utilizar diversas matérias-primas plásticas.

Em 2023, os investimentos em infraestrutura de inovação e tecnologia incluiu ainda a construção de um novo centro de pesquisa de rotas renováveis em Lexington, Estados Unidos, que totalizou US\$ 8,3 milhões no período. Por meio do investimento total de US\$ 20 milhões, o centro terá como foco o desenvolvimento de tecnologias *early stage* relacionadas à biotecnologia e catálise, contribuindo para o objetivo de neutralidade de carbono da Braskem.

Em maio de 2023, foi inaugurada a ampliação do Centro de Tecnologia e Inovação (CTI) localizado no Polo Petroquímico de Triunfo, o que representa um aumento de 25% na área de pesquisa e desenvolvimento da Companhia no local. O valor desembolsado foi de R\$ 108 milhões, dos quais R\$ 64 milhões foram gastos na estrutura física do novo prédio e R\$ 44 milhões em equipamentos de laboratório de última geração para acelerar o processo de inovação da Braskem. O novo prédio conta com estruturas laboratoriais ampliadas, como catálise e caracterização avançada, cromatografia, fracionamento de polímeros e microscopia. Também possui estrutura dedicada para PVC e EVA, com foco em encontrar novas aplicações para resinas, como novos usos para o EVA Verde produzido a partir da cana-de-açúcar. Outro destaque foi a aquisição de novos robôs que agilizam processos como testes mecânicos e análises químicas, além de gerar resultados mais precisos.

No que se refere aos gastos e investimentos relacionados a pesquisa e desenvolvimento, a Braskem destinou R\$ 554 milhões nestas iniciativas. Mais de 450 clientes da Companhia foram apoiados pela equipe de inovação e tecnologia, e 20 novos pedidos de patente e 87 extensões foram realizados.

Ao final de 2023, o portfólio da Braskem contava com 210 projetos em inovação e tecnologia, 147 projetos avaliados com relação com Índice de Sustentabilidade, sendo 121 projetos classificados com impacto positivo, o que representa um Índice de Sustentabilidade de 82%. Os impactos positivos dessas iniciativas estão relacionados com: economia de água e/ou energia, segurança química (processo/produto), emissões de gases de efeito estufa e circularidade.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia registrou um total de R\$ 383 milhões em Despesas com Pesquisa e Desenvolvimento.

2.10.d - oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG:

A revisão da estratégia corporativa da Braskem, realizada em 2022, integrou os seus objetivos de longo-prazo para o desenvolvimento sustentável, definindo o foco de crescimento da companhia para os próximos anos em três avenidas: negócio tradicional, bio-based e reciclagem. A estratégia está ancorada em pilares e fundações, e tem como foco a criação de valor por meio do equilíbrio da alocação de capital, para retornar valor aos acionistas ao longo do ciclo, enquanto se investe nas avenidas de crescimento. Assim, gerando impacto positivo para todos os stakeholders.

As avenidas de crescimento são:

• **Negócio Tradicional:** alavancar o negócio petroquímico tradicional, composto por produtos de origem fóssil, buscando a ampliação de sua rentabilidade, por meio de investimentos seletivos de alto valor agregado, incluindo projetos de melhorias de produtividade e de competitividade, além de continuar implementando a descarbonização dos ativos atuais da Companhia. Essas medidas em conjunto irão viabilizar a entrega do objetivo

de redução em 15% das emissões de escopo 1 e 2 até 2030⁴ e o atingimento da neutralidade de carbono em 2050.

- **Bio-based:** crescer em resinas e produtos químicos bio-based, além de ampliar o uso de matéria prima renovável, em linha com o objetivo de atingir o compromisso de expansão da capacidade de produção de produtos verdes para 1 milhão de toneladas até 2030⁵.
 - **Reciclagem:** crescer o portfólio de produtos circulares, através da reciclagem mecânica, e ampliar o uso da matéria-prima circular, através da reciclagem avançada, em linha com o compromisso de atingir 1 milhão de toneladas de resinas e produtos químicos com conteúdo reciclado até 2030⁶.

Em relação à avenida de crescimento de negócio tradicional, a Braskem vê a descarbonização de seus ativos como uma oportunidade relacionada a ASG. Neste sentido, foi criado o plano de descarbonização industrial com o objetivo de estruturar o plano de negócio e avançar em iniciativas que promovam a redução de 15% em nossas emissões absolutas de CO2 equivalente (escopos 1 e 2) até 2030. Em 2023, o Roadmap 7 2030 de descarbonização global totalizou mais de 50 iniciativas em diferentes graus de maturidade. As iniciativas focam nos ativos atualmente em operação da Braskem e têm como instrumento metodológico a MACC — Curva Marginal de Abatimento de Carbono e o Roadmap de Descarbonização Industrial — Portfolio de Iniciativas de descarbonização priorizadas.

A Braskem tem compromisso de longa data com o desenvolvimento sustentável e um histórico comprovado na implementação de iniciativas bem-sucedidas que reforçam a sustentabilidade e a mitigação das mudanças climáticas. Em 2023, concluímos a expansão de 30% da capacidade produtiva de bioeteno no Polo petroquímico de Triunfo, no Rio Grande do Sul passando de 200 mil para 260 mil toneladas por ano. Além da expansão da capacidade de produção de PE verde, a Braskem avançou na parceria com a SCG Chemicals, a partir de um acordo para a formação de uma Joint Venture, a Braskem Siam Company Ltda, para viabilizar a produção de bioeteno na Tailândia, com capacidade de 200 mil toneladas, a partir da tecnologia EtE EvergreenTM tecnologia própria, oriunda da parceria entre Braskem e Lummus Technology. Essa iniciativa representa o primeiro parque industrial da Companhia na Ásia e contribuirá para o atingimento de seus objetivos de longo prazo. Adicionalmente, em parceria com a Sojitz (empresa sediada no Japão), foi criada a Sustainea, joint venture voltada para a produção e comercialização de bioMEG (monoetilenoglicol), matéria prima usada na produção de PET (politereftalato de etila), e de bioMPG (monopropileno glicol), que pode ser utilizado em aplicações para construção civil, uso industrial e cosméticos. A partir de tecnologia desenvolvida em parceria com a Topsoe, em 2023, a Sustainea produziu a primeira garrafa feita de bioPET, aprovada em testes regulatórios para contato com alimentos. Em relação a reciclagem, a Companhia pretende trabalhar por meio de parcerias com outras empresas em sua cadeia de valor para fortalecer a reciclagem mecânica e química globalmente. Como exemplo de seu compromisso, em 2023, a Companhia concluiu o processo de aquisição da Wise Plásticos S.A. ("Wise"), empresa brasileira do setor de reciclagem mecânica, passando a ter uma participação societária de 61,1% do capital social da Wise. Nesse contexto, a Braskem desembolsou o valor de cerca de R\$ 121 milhões, considerando os ajustes usuais deste tipo de transação, dos quais parte relevante será aportada diretamente na Wise com o objetivo de duplicar sua capacidade produtiva atual para cerca de 50 mil toneladas até 2026. Adicionalmente, foi lançada a Upsyde, joint venture entre Braskem e Terra Circular na Holanda, que detém tecnologia patenteada e proprietária para a reciclagem de resíduos plásticos difíceis de reciclar em produtos finais, que é utilizada para produção de bens de consumo duráveis, como pallets, placas para uso em construção e estradas, mantas asfálticas e tapetes para serviço pesado. Com relação à reciclagem química, a parceria com a Vitol SA estabeleceu um acordo para

⁴ Ano-base é a média de 2018, 2019 e 2020, mensuração em média móvel (3 anos).

⁵ Ano-base de 2020, mensuração anual.

⁶ Ano-base de 2020, mensuração anual.

⁷ O Roadmap é dinâmico e pode alterar conforme o tempo, na medida em que as iniciativas em fase de estudo podem ser descartadas e novas iniciativas podem ser incluídas.

fornecimento de matéria-prima circular, derivada de resíduos plásticos. Por essa ação a Vitol iniciará o fornecimento do óleo de pirólise para a Braskem Netherlands B.V., produzido a partir do processo de reciclagem química nas instalações da WPU - Waste Plastic Upcycling A/S, na Dinamarca. Por fim, nos Estados Unidos, foi assinado um acordo comercial definitivo de 10 anos para o fornecimento de matéria-prima circular, provenientes de uma nova unidade de reciclagem química da Nexus Circular, empresa que converte plásticos, de difícil reciclagem, como filmes plásticos descartados em aterros, em matéria-prima.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional

Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não aplicável.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- 5.1 Em relação aos riscos indicados nos itens 4.1 e 4.3, informar:
- a. Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia, como parte de seu programa de Conformidade, aprovou junto ao Conselho de Administração, em 25 de abril de 2018 (com aprovação de versão atualizada em 22 de junho de 2022), a Política Global de Gestão de Riscos, com base nas boas práticas de mercado preconizadas pela ISO 31000, pelo COSO ERM e pelo IBGC.

Além da Política Global de Gestão de Riscos, descrita anteriormente, especificamente com relação a riscos de mercado, a Companhia adota a Política Financeira, cuja última versão aprovada e atualizada pelo Conselho de Administração data de 11 de agosto de 2022. Na Política Financeira são estabelecidos e ratificados conceitos, critérios e limites de delegação para decisões que envolvam: (i) gestão do fluxo de caixa e liquidez da Companhia; (ii) investimento das disponibilidades financeiras; (iii) captação de recursos financeiros; e (iv) concessões de garantias e gestão dos riscos cambial, de commodities e de comercialização de energia. A Política Global de Gestão de Riscos quanto e a Política Financeira da Braskem estão disponível nos websites de Relações com Investidores da Companhia (www.braskem-ri.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br).

b. Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

A Política Global de Gestão de Riscos tem o objetivo de estabelecer um processo de gestão cíclico e contínuo para identificar, entender, avaliar, priorizar, tratar, comunicar, monitorar e responder aos riscos que possam impactar o atingimento dos objetivos estabelecidos, buscando reduzir os níveis de exposição a perdas pela Companhia. Também, visa assegurar que os responsáveis pela tomada de decisão tenham acesso tempestivo a informações suficientes quanto aos riscos aos quais a Companhia está exposta, aumentando a probabilidade de alcançar seus objetivos e reduzir os riscos a níveis aceitáveis. Busca também preservar o patrimônio tangível e intangível dos acionistas, a segurança das pessoas e a integridade do meio ambiente e comunidades, por meio da melhoria dos processos de tomada de decisões, bem como do tratamento adequado dos riscos e impactos negativos decorrentes de sua materialização.

A Companhia entende que a redução da imprevisibilidade de eventos que podem colocar seus negócios em risco, favorece a atuação ética com integridade e transparência na condução de seus negócios, sendo essencial para sua sobrevivência, crescimento e perpetuidade.

A partir dos resultados obtidos da análise e avaliação dos riscos, considerando os respectivos impactos ao negócio e a sua probabilidade de materialização, a Companhia aprimora seu ambiente de controles e processos internos, bem como melhor se preparar para eventos menos prováveis.

(i) riscos para os quais se busca proteção

Na Política Global de Gestão de Riscos, os riscos são definidos como "possibilidade de um evento ocorrer e afetar negativamente a Companhia, causando desvio em relação ao esperado (de forma positiva ou negativa) e incerteza na realização dos objetivos da Braskem".

Após a identificação dos riscos, pelos procedimentos descritos no item 2 abaixo, estes são classificados em quatro categorias: (i) Riscos Estratégicos, conjunto de riscos associados às decisões estratégicas da Companhia para atingir os seus objetivos de negócios, assuntos chaves e que representam os valores da Braskem. Também estão associados a esta categoria os principais riscos associados às decisões, eventos ou condições macroeconômicas e políticas que podem afetar significativamente a lucratividade ou o valor esperado.; (ii) Riscos Financeiros, conjunto de riscos associados às decisões financeiras decorrentes do mercado financeiro (ex. taxa de juros), crédito (ex. contraparte) e liquidez para honrar compromissos (ex. descasamento entre ativos e passivos), bem como riscos associados ao cumprimento de regulamentação financeiras aplicáveis à Companhia; (iii) Riscos Operacionais, conjunto de riscos decorrentes da operação rotineira dos processos e sistemas e surgem da falta de consistência e adequação do controle de operações, falhas de controles ou da gestão de recursos; e (iv) Riscos Regulatórios, conjunto de riscos decorrentes de descumprimentos de leis, adequação para novas regulamentações, monitoramentos periódicos por agências e entes reguladores, bem como desvios de conduta em relação aos procedimentos internos e ao programa de Conformidade.

A Companhia avalia os riscos classificados conforme estabelecido na Política Global de Gestão de Riscos bem como estabelece a priorização para definição de planos de mitigação alinhados com objetivos estratégicos.

Os riscos identificados, classificados e priorizados nos termos da Política Global de Gestão de Riscos encontram-se descritos no item 4.1 deste Formulário de Referência.

Os principais riscos de mercado para os quais a Companhia busca proteção são: (i) risco cambial; (ii) risco de taxas de juros; (iii) risco de crédito; (iv) risco de liquidez; (v) risco de commodities; e (vi) comercialização de energia, conforme detalhados a seguir. Os riscos de mercado aos quais a Companhia entende estar exposta estão descritos no item 4.2 deste Formulário de Referência.

A Companhia utiliza como estratégia de proteção patrimonial: (i) a possibilidade de realocar a posição de caixa de forma a equalizar a exposição de balanço em linha com a política financeira estabelecida; e (ii) instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar alguns riscos de mercado. As atividades de hedge são executadas em conformidade com a Política Financeira. Os demais riscos de mercado são abordados à medida que são introduzidos por cada operação. De modo geral, a Companhia inclui o julgamento da necessidade de hedge durante a análise de operações prospectivas e, quando necessário, procura realizar o hedge sob medida para as operações consideradas.

A Companhia pode eleger derivativos como parte de contabilidade de hedge, conforme os Pronunciamentos Técnicos CPC´s 38, 39 e 40. A Companhia elegerá derivativos para designação como contabilidade de hedge quando a designação proporcionar uma redução relevante na volatilidade das demonstrações financeiras através do efeito compensatório nas variações dos instrumentos e objetos da designação de contabilidade de hedge.

A estratégia adotada pela Companhia para proteção patrimonial passa a ser descrita a seguir, conforme o tipo de risco que se busca proteger:

1. Risco de exposição a variações cambiais

Considerando a dinâmica do mercado internacional de petroquímicos, onde na maioria das vezes os preços são atrelados a referências internacionais denominados em dólar, as vendas da Braskem no Brasil são fortemente correlacionadas ao dólar norte-americano.

Dessa forma, a manutenção de uma parcela dos gastos em reais (pessoal, fretes e energia, principalmente) tende a gerar uma exposição líquida passiva à moeda local.

Assim sendo, com o intuito de mitigar parcialmente o risco cambial, a partir de setembro de 2016, a Companhia passou a contratar derivativos para compor o Programa de Hedge Cambial de Longo Prazo, que tem como principal forma de mitigação, vendas de contratos de opções de compra e compra de opções de venda de dólar, protegendo fluxos previstos em um horizonte de até 18 meses, cujos saldos estão descritos no item 5.2 iii (2) deste Formulário de Referência.

Além do Programa de Hedge Cambial de Longo Prazo, para balancear a composição entre ativos e passivos em dólar, a Política Financeira da Braskem estabelece que a Companhia deverá sempre manter um percentual de, ao menos, 70,0% da dívida líquida expressa em dólar.

2. Risco de exposição a variações de taxas de juros

A Companhia está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros flutuantes cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida em moeda estrangeira em taxas flutuantes está sujeita, principalmente, à flutuação da taxa SOFR. A dívida em moeda nacional está sujeita às taxa de longo prazo ("TLP"), do certificado de depósito interbancário ("CDI"), da taxa SELIC e do índice de preços ao consumidor amplo ("IPCA"). O risco da variação dessas taxas de juros flutuantes pode causar um aumento em sua despesa financeira, na forma de pagamentos de juros futuros. Este risco é monitorado continuamente e parcialmente mitigado através de instrumentos derivativos e de alocações de Caixa com rendimento indexado a taxas de juros altamente correlacionadas à exposição passiva da Companhia.

3. Risco de crédito

As operações que sujeitam a Braskem à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias, aplicações financeiras e contas a receber de clientes, para as quais a Braskem fica exposta ao risco da instituição financeira ou do cliente envolvido. Visando gerenciar este risco, a Braskem mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de grande porte, ponderando as concentrações de acordo com o rating e os preços observados diariamente no mercado de Credit Default Swaps referenciados às instituições, bem como celebrando contratos de compensação (netting) que minimizam o risco de crédito total decorrente das diversas operações financeiras celebradas entre as partes. Em 31 de dezembro de 2023, 27,02% dos valores mantidos em caixa e equivalentes de caixa estavam alocados em contrapartes que detinham acordos de compensação com a Companhia. Nesses casos, a compensação efetiva desses valores somente é possível em caso de default de uma das partes.

Com relação ao risco de crédito de clientes, a Companhia tem como mecanismos de proteção a análise rigorosa para a concessão do crédito, obtenção de garantias reais e não reais quando julgadas necessárias e seguro de crédito para uma parte relevante da carteira.

4. Risco de liquidez

A Braskem possui uma metodologia de cálculo para determinação de um caixa mínimo em uma "visão mês" (horizonte de 30 dias) e de um caixa mínimo em uma "visão ano" (horizonte de até 12 meses) que têm o objetivo de, respectivamente: (i) garantir liquidez para o cumprimento das obrigações do próximo mês; e (ii) garantir que a Companhia mantenha a liquidez em eventuais momentos de crise. Os montantes para determinação do caixa mínimo "visão ano" são calculados principalmente com base na previsão da geração de caixa operacional, subtraída dos vencimentos de dívidas de curto prazo e necessidades de capital de giro. Já os montantes para determinação do caixa mínimo "visão mês" consideram a projeção de desembolso de caixa operacional, serviço das dívidas e aportes em projetos, assim como o desembolso previsto para derivativos com vencimento no período, dentre outros itens. A Companhia, de forma conservadora, utiliza como caixa mínimo em sua Política Financeira o maior valor entre estas duas referências.

A Companhia, em linha com seu compromisso de manutenção da liquidez financeira, contratou em maio de 2018, uma linha de crédito rotativo internacional no valor de US\$1 bilhão, com vencimento em 2023. Essa linha pode ser utilizada sem restrição em função da qualidade de crédito da Companhia ou em caso de deterioração no cenário macroeconômico.

Em 31 de dezembro de 2023, essa linha não estava sendo utilizada.

5. Risco de commodities

A maior parte das matérias-primas da Braskem (nafta, etano, propano e propeno) e os seus principais produtos (PE, PP e PVC) são commodities cotadas internacionalmente. Uma série de fatores determina a dinâmica dessas cotações, afetando diretamente o resultado e a geração de caixa da Braskem. Ainda assim, a Companhia entende que esse risco é inerente ao negócio petroquímico e, por isso, em geral não busca instrumentos financeiros para se proteger da flutuação dos preços das commodities.

A Braskem busca gerenciar os riscos descritos no item 4.2 deste Formulário de Referência utilizando os seguintes parâmetros:

Risco de Taxa de Juros

De acordo com a Política Financeira, a Companhia deve observar o seguinte critério no acompanhamento dos índices e taxas de juros: "para o investimento na disponibilidade de recursos, deverão ser selecionados indexadores e taxas de juros coerentes com a exposição já incorrida pela Braskem na sua dívida de curto prazo. Tal critério visa minimizar, permanentemente, o custo de carregamento do passivo da Braskem".

Risco Cambial

Conforme mencionado no item "4.2 Risco Cambial" deste Formulário de Referência, a Companhia está exposta a risco cambial dado que suas operações comerciais são fortemente indexadas ao dólar norte-americano.

Para gerenciar o risco cambial a Companhia utiliza os seguintes critérios, definidos pela Política Financeira:

- Curto Prazo (horizonte até 6 meses): caixa mínimo em Real e em Dólar suficiente para cobrir o valor máximo do saldo de exposição cambial, observando-se cada um dos próximos 6 (seis) meses (geração operacional de caixa, investimentos, dívidas e expectativa de depósitos de margem associados a derivativos cambiais em cenários de stress).
- Longo Prazo (acima de 6 meses): caixa em excesso ao necessário para mitigação da exposição de curto prazo, bem como contratação de operações financeiras de Hedge cambial, como por exemplo, via futuros de Dólar ("NDFs") ou zero-cost collars.

Além disso, a Braskem deverá manter um percentual de pelo menos 70,0% da dívida líquida expressa em dólar norte-americano, dado que qualquer novo fluxo financeiro futuro passivo em Real tenderá a aumentar ainda mais a exposição a esta moeda.

Risco de Preços de Commodities

Como os preços da indústria petroquímica apresentam geralmente alta correlação entre si, a Braskem considera a indústria petroquímica de primeira e segunda geração naturalmente protegida (ou seja, com "hedge natural") ao longo do tempo. Desta forma, uma eventual contratação de hedge poderia ser realizada com o objetivo de mitigar volatilidades pontuais, resultantes do descasamento temporal entre os preços de matéria-prima e dos produtos finais da Braskem. Adicionalmente, operações que gerem um descasamento das margens ("spreads") petroquímicas podem eventualmente ser corrigidas através da utilização de um instrumento derivativo na mesma quantidade e período do descasamento gerado.

Risco de Inflação

A Política Financeira não estabelece critérios para o gerenciamento da exposição à inflação.

Os resultados encontrados com a seleção dos três cenários estão detalhados nas Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2023.

(ii) Instrumentos utilizados para proteção

O processo de gestão de riscos da Companhia abrange as seguintes etapas:

1. <u>Estabelecimento do contexto</u>: (i) entendimento dos objetivos estratégicos e do ciclo de planejamento da Companhia, bem como os novos negócios que

possam surgir ou novas atividades que envolvam incertezas; (ii) compreender o ambiente de negócios através de relatórios e estudos relacionados à indústria e fatores externos, tais como cultural/social, político/econômico, tecnológico, regulatório e/ou natural; (iii) definição/alinhamento da Exposição de Risco e dos critérios de priorização de Riscos, estabelecendo critérios claros para uma tomada de decisão assertiva, alinhada com os objetivos e estratégias do negócio; e (iv) revisão e atualização das Escalas de Impacto e Probabilidade a fim de garantir consonância com os avanços da Companhia e eventuais mudanças no ambiente de negócio.

- 2. Identificação e mapeamento de riscos: a etapa de identificação tem como principal objetivo definir e atualizar o Dicionário de Riscos Corporativos. A partir de reuniões e entrevistas com as diferentes áreas de negócio, bem como análises de tendências e relatórios de consultorias específicas, novos Riscos podem ser identificados e/ou revisados para manter o Dicionário Corporativo de Riscos atualizado.
- 3. Análise e avaliação de riscos: apreciação e compreensão das causas e dos fatores de risco, bem como as consequências negativas potenciais, e a Probabilidade de que essas consequências possam acontecer, medidos a partir de uma matriz de risco ou heatmap. A análise pode ser feita com base em um histórico da materialização do risco e/ou percepção do Avaliador do Risco. A área de Gestão de Riscos Corporativos é responsável por auxiliar e conduzir o projeto que permite que os diferentes Líderes de negócio da Braskem realizem as avaliações dos riscos relacionados à Companhia;
- 4. <u>Priorização dos riscos</u>: com finalidade de auxiliar na tomada de decisões da Administração sobre o direcionamento e priorização das iniciativas necessárias para responder às principais ameaças a que a Companhia está exposta;
- 5. Tratamento de riscos: envolve a seleção de uma ou mais opções para mitigar os riscos. Pode ser necessário que a Companhia decida implementar medidas ou controles compensatórios, até ser implementada uma solução definitiva. Uma vez implementadas as medidas, o tratamento reduz a exposição residual, gerando um ambiente mais robusto e transparente. As alternativas para tratamentos dos riscos são:
 - Evitar risco: possível mediante a eliminação do processo ou ação que gera o evento de risco;
 - Reduzir risco: requer a criação de controles ou barreiras que minimizem a potencial exposição do risco, podendo influenciar tanto na redução do Impacto quanto na Probabilidade de ocorrência;
 - Transferir risco: permite continuar com a Exposição de Risco, mas com a garantia de que, caso se materialize, a responsabilidade financeira ou de resposta aos danos será compartilhada com terceiros; e
 - Aceitar Risco: esta opção trata de continuar operando com a atual Exposição de Risco, aceitando uma eventual materialização.
- 6. Comunicação e consulta: implantação de processos contínuos e interativos

que permitem fornecer, compartilhar ou obter informações, além de envolver a Braskem no diálogo com as partes interessadas sobre a situação geral de riscos e as medidas tomadas pela Companhia. Seu objetivo é tornar efetivas as ações de prevenção, detecção e remediação.

7. Monitoramento e análise crítica: tem como objetivo avaliar a efetividade do processo de Gestão de Riscos e Planos de Tratamento definidos, por meio de atividades gerenciais contínuas e/ou avaliações independentes. Busca também assegurar o correto funcionamento e identificar oportunidades de aprimoramento e sinergia. Consiste na verificação, supervisão e observação crítica executadas de forma contínua, a fim de identificar mudanças no nível de desempenho requerido ou esperado.

Os resultados da avaliação de riscos, assim como a priorização realizada são reportados periodicamente ao Conselho de Administração. A efetividade desse processo é fundamental parao aprimoramento do desempenho empresarial e eficácia do Sistema de Conformidade daBraskem.

Além disto, o Sistema de Conformidade da Braskem estabelece um conjunto de medidas para prevenir, detectar e remediar os riscos mencionados acima, conforme descritos no item 5.3 deste Formulário de Referência.

De modo geral, para a proteção patrimonial contra riscos de mercado, a Companhia utiliza swaps, contratos de opção e outros instrumentos derivativos para mitigar riscos de variação cambial e taxa de juros.

1. Opções de Dólar

Ao longo de 2023, a Braskem contratou instrumentos financeiros derivativos para mitigar parte da exposição de seu fluxo de caixa denominado em reais. Esta operação possui unicamente fins não especulativos e está em linha com a estratégia de gestão de riscos da Companhia. Em 31 de dezembro de 2023, a Braskem possuía valor nocional total comprado em puts de US\$ 1,49 bilhões, ao preço de exercício médio de 4,51 R\$/US\$. Concomitantemente, a Companhia também possuía valor nocional total vendido em calls de US\$ 0,99 bilhão, ao preço de exercício médio de R\$/US\$ 6,78. As operações contratadas têm prazo máximo de vencimento de 18 meses.

2. Swaps Dólar

De forma a permanecer alinhada à sua estratégia de gestão de risco de moedas e taxas de juros,a Companhia optou por trocar para taxas fixas em dólar as parcelas ainda não vencidas do Acordo de Leniência estabelecido junto ao Ministério Público Federal, originalmente denominadas em reais e indexadas ao IPCA e CDI. Assim, em 2018, a Companhia contratou operações de derivativos cambiais ("swaps") com montante de R\$ 1,3 bilhão com vencimentos anuais para os próximos 5 anos a partir de janeiro de 2019. O vencimento pago em janeiro de 2020 estava sujeito à variação do IPCA. Os demais vencimentos estão sujeitos à variação do CDI. Estas operações foram designadas para hedge accounting de fluxo de caixa, onde os instrumentos de hedge são os derivativos cambiais e os objetos de hedge são as receitas futuras no mercado interno altamente prováveis sujeitas à suscetibilidade do câmbio Real/Dólar. Desta maneira, a marcação a mercado da parte efetiva do hedge será contabilizada

no item "Outros Resultados Abrangentes" do Patrimônio Líquido e só será reconhecida no resultado financeiro no momento de realização de cada um dos objetos.

3. Swaps CRA

Em 2023, a Companhia contratou operações de derivativos cambiais ("swaps") com vencimentos semestrais para os próximos 10 anos a partir de março de 2022. Estas operações foram designadas para hedge accounting de fluxo de caixa, onde os instrumentos de hedge são os derivativos cambiais e os objetos de hedge são as receitas futuras altamente prováveis sujeitas à suscetibilidade do câmbio R\$/US\$. Desta maneira, a marcação a mercado da parte efetiva do hedge será contabilizada no patrimônio líquido no ORA e será reconhecida no resultado financeiro no momento de realização de cada um dos objetos de hedge.

Até 31 de dezembro de 2022, a Companhia não mantinha operações com outras finalidades além da proteção patrimonial. Todos os instrumentos de derivativos são utilizados para proteção patrimonial e foram realizados no mercado de balcão com grandes contrapartes financeiras e respaldados por contratos globais de derivativos no Brasil ou no exterior. A Política Financeira determina que as operações de hedge da Companhia devem ser ter finalidade exclusiva como mecanismo de proteção do valor da Companhia e não como instrumento especulativo de obtenção de ganhos futuros.

A partir do quarto trimestre de 2016, a Braskem iniciou a execução de um programa recorrente de hedge cambial, com o objetivo de mitigar a exposição do fluxo de caixa associada aos seus fluxos passivos denominados em Reais e não indexados ao dólar norte-americano (energia, água, folha salarial e investimentos em manutenção, principalmente).

A estratégia é implementada unicamente com fins não especulativos. O programa prevê que a contratação dos derivativos será sempre limitada ao tamanho da exposição, em consonância com a Política Financeira da Braskem.

Tendo como finalidade exclusiva a proteção do fluxo de caixa, o programa implementa uma estrutura denominada *Zero-Cost Collar* ou "ZCC", consistindo na compra de opções de venda associada à venda de opções de compra, contratadas com prazo máximo de até 18 meses. Tal estrutura oferece proteção no caso de valorização do Real e, simultaneamente, permitem ganhos de competitividade em eventuais desvalorizações da moeda local.

Todavia, este eventual benefício está limitado ao preço de exercício das opções de compra. Num cenário onde a taxa de câmbio supere tais preços de exercício, seus efeitos serão representados nas demonstrações financeiras como um ganho em EBITDA e uma despesa financeira que se equivalem.

A Administração poderá interromper o programa a qualquer momento se entender que, por alguma razão, é a decisão mais adequada para a Companhia.

(iii) estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

O processo de gestão de risco da Companhia envolve as seguintes estruturas organizacionais:

I. Conselho de Administração, responsável por:

- Deliberar sobre a Política de Gestão de Riscos e revisá-la a cada dois anos ou em periodicidade inferior, se necessário;
- Deliberar sobre a abordagem e metodologia a serem aplicadas para avaliação da Exposição de Risco da Companhia, refletida no Mapa de Riscos Corporativos Global e revisá-la a cada dois anos ou em periodicidade inferior, se necessário;
- Deliberar, anualmente, as escalas de Impacto e Probabilidade para avaliação dos Riscos;
- Aprovar critérios e limites utilizados para priorização a serem refletidos no Mapa de Riscos Corporativos Global e revisá-los a cada dois anos ou em periodicidade inferior, se necessário;
- Aprovar anualmente o Mapa de Riscos Corporativos Global; e
- Acompanhar a implementação e o andamento dos Planos de Tratamento dos Riscos prioritários sob responsabilidade do CA, definidos anualmente no Mapa de Riscos Corporativos Global, para reduzir a Exposição de Risco.

II. Comitê de Conformidade e Auditoria Estatutário (CCAE), responsável por:

- Avaliar, previamente à deliberação pelo CA, as propostas de alterações da Política de Gestão de Riscos;
- Avaliar, previamente à deliberação pelo CA, a abordagem e a metodologia a serem aplicadas para avaliação da Exposição de Risco da Companhia, refletida no Mapa de Riscos Corporativos Global;
- Avaliar, previamente à deliberação pelo CA, as escalas de Impacto e Probabilidade para avaliação dos Riscos;
- Avaliar, previamente à deliberação pelo CA, os critérios e limites utilizados para priorização, a serem refletidos no Mapa de Riscos Corporativos Global;
- Avaliar, previamente à deliberação pelo CA, o Mapa de Riscos Corporativos Global;
- Avaliar e fazer o monitoramento permanente e efetivo da Exposição de Risco, incluindo o Mapa de Riscos Corporativos Global e os Planos de Tratamento, do sistema de conformidade, dos sistemas de controles internos e do cumprimento de leis, normas e regulamentos, assim como das Políticas da Companhia;
- Monitorar o tratamento dos riscos prioritários do Mapa de Riscos Corporativos Global; e
- Supervisionar a qualidade e integridade dos trabalhos e adequação das atividades da área de Conformidade, incluindo

Controles Internos, Compliance, Gestão de Riscos e Auditoria Interna.

III. Comitês de Assessoramento, responsável por:

 Avaliar os Planos de Tratamento dos Riscos prioritários de sua competência, nos termos de seus respectivos Regimentos Internos, e conforme definidos no Mapa de Riscos Corporativos Global.

IV. Auditoria Interna, responsável por:

- Realizar avaliações objetivas e independentes, bem como recomendar melhorias necessárias sobre os processos de Gestão de Riscos Corporativos e certificar-se da sua eficácia;
- Utilizar o Mapa de Riscos Corporativos na definição do Plano Anual de Auditoria Interna; e
- Incorporar, nos trabalhos de Auditoria Interna, a análise dos riscos pertinentes ao processo auditado, com base no dicionário de riscos corporativos.

V. Líder de Negócio Braskem ("LN-Braskem"), responsável por:

- Garantir a participação dos líderes nos processos de Gestão de Riscos Corporativos;
- Incorporar, no PA dos Vice-Presidentes, metas que garantam o engajamento dos líderes com o tratamento dos Riscos prioritários;
- Avaliar, previamente ao CCAE, qualquer proposta de alteração à Política de Gestão de Riscos;
- Avaliar, previamente ao CCAE, critérios para abordagem e metodologia a ser aplicada na avaliação da Exposição de Risco da Companhia, refletida no Mapa de Riscos Corporativos Global;
- Avaliar, previamente ao CCAE, critérios e limites a serem utilizados no processo de priorização e refletidos no Mapa de Riscos Corporativos Global; e
- Avaliar, previamente ao CCAE, o resultado final do Mapa de Riscos Corporativos Global da Braskem.

VI. Área de Gestão de Riscos Corporativos, responsável por:

- Propor CA, após análise do LN-Braskem e recomendação do CCAE, critérios para abordagem e metodologia a serem aplicadas na avaliação da Exposição de Risco da Companhia, refletida no Mapa de Riscos Corporativos Global;
- Propor ao CA, após análise do LN-Braskem e recomendação do CCAE, alterações necessárias nas escalas de impacto e

probabilidade para avaliação dos Riscos;

- Propor ao CA, após análise do LN-Braskem e recomendação do CCAE, os critérios e limites utilizados para priorização, a serem refletidos no Mapa de Riscos Corporativos Global, e a sua revisão, quando necessário;
- Propor ao CA, após análise do LN-Braskem e recomendação do CCAE, o Mapa de Riscos Corporativos Global;
- Treinar os líderes e equipes envolvidas na Gestão de Riscos, a fim de fortalecer a cultura de Gestão de Riscos na Braskem;
- Coordenar e acompanhar o processo de identificação, avaliação e priorização de Riscos, assegurando a aplicação da metodologia de Gestão de Riscos e dando apoio às diferentes áreas de negócio;
- Garantir a identificação dos Donos de Riscos e dos Avaliadores de Riscos (Risk Owners e Risk Evaluators); e
- Monitorar permanentemente junto aos líderes a Exposição de Risco, bem como o status dos Planos de Tratamento dos Riscos prioritários.

VII. Áreas de Negócio ou Apoio, responsáveis por:

- Participar das seguintes etapas do processo de Gestão de Riscos: identificação, avaliação e priorização de Riscos;
- Utilizar a metodologia de Gestão de Riscos para avaliar Riscos de processos e/ou projetos internos, bem como na criação de novos negócios, projetos estratégicos, startups e novas formas de gerar valor para a Companhia;
- Identificar os Donos de Riscos e os Avaliadores de Riscos (Risk Owners e Risk Evaluators); e
- Participar da revisão dos critérios de impacto e probabilidade.

VIII. Avaliador De Risco (Risk Evaluator), responsável por:

- Participar da identificação de novos Riscos e atualização do dicionário de Riscos Corporativos;
- Participar ativamente do processo de análise e avaliação dos Riscos Corporativos; e
- Informar à área de Gestão de Riscos Corporativos sobre eventuais mudanças na classificação dos Riscos.

IX. Dono Do Risco (Risk Owner), responsável por:

- Definir e coordenar a implementação de Planos de Tratamentos dos Riscos prioritários juntamente com as áreas envolvidas, se houver;
- Apresentar, conforme demandas da área de Gestão de Riscos Corporativos, o status dos Planos de Tratamento associados

aos riscos prioritários para acompanhamento pelo Comitê de Assessoramento competente e pelo CA, quando necessário; e

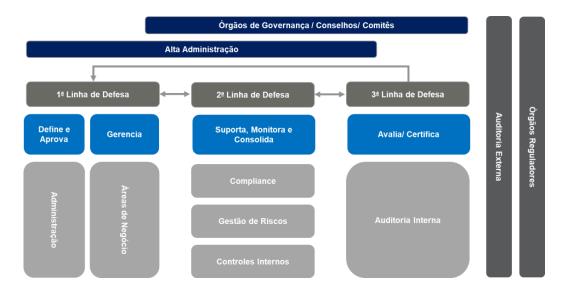
 Definir e implementar indicadores que possibilitem monitorar os Riscos prioritários.

As três linhas, conforme o COSO ERM 2017:

Conforme detalhado acima, a gestão de risco é de responsabilidade primordial das Áreas de Negócios e Administração da Companhia, de modo que, o processo de identificação, avaliação, priorização e mitigação de riscos, capazes de prevenir, identificar e remediar vulnerabilidades em suas ações estratégicas, gerenciais e operacionais devem ser realizadas pelos líderes de cada área de negócio.

Especificamente a priorização dos riscos é uma responsabilidade do Diretor Presidente e do Conselho de Administração, enquanto a avaliação dos riscos é realizada pelos gestores das áreas de negócio e responsáveis diretos pelo processo. Esta gestão é denominada 1ª linha de defesa.

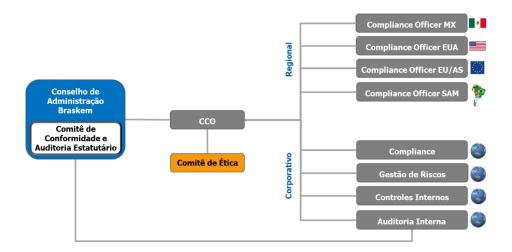
A área de Gestão de Riscos Corporativos, como parte da 2ª linha de defesa, fornece processos, ferramentas e metodologias estruturadas para apoiar a primeira linha de defesa na identificação, avaliação, monitoramento e comunicação dos riscos assim como o auxílio no acompanhamento dos planos de tratamento dos riscos prioritários.



Já os trabalhos realizados pelas frentes de Compliance, e Controles Internos da área de Conformidade, auxiliam na identificação de novos fatores de risco, assim como realizando a avaliação e acompanhamento dos controles e planos de tratamento.

Em adição, a frente de Auditoria Interna, também da área de Conformidade, avalia de forma objetiva e independente os processos e controles, verificando sua eficácia e conformidade, compondo a 3ª linha de defesa.

A governança de Conformidade da Braskem está estruturada da seguinte forma.



O processo de gestão de riscos de mercado da Companhia envolve as seguintes estruturas organizacionais, de acordo com o item 4 da Política Financeira da Braskem:

I. Líder de Negócio da Braskem ("LN Braskem"), responsável por:

- apreciar, previamente à deliberação do CA, as alterações nesta Política;
- disseminar a cultura de gestão de Riscos na Companhia; e
- garantir o acompanhamento dos níveis de exposição aos Riscos financeiros da Companhia e o cumprimento desta Política.

II. Cabe ao Vice-Presidente de Finanças:

- avaliar o posicionamento da Companhia para cada Risco identificado, de acordo com esta Política e com a Política Global de Gestão de Riscos;
- acompanhar os níveis de exposição aos Riscos, monitorando as variáveis quantitativas e qualitativas de forma a garantir o cumprimento desta Política;
- aprovar e implementar os planos de ação definidos para o ajuste dos Riscos aos limites estabelecidos pela Política;
- aprovar estratégias relacionadas à contratação de derivativos;
- avaliar e recomendar alterações para aprimoramento da Política;
- patrocinar ações de fortalecimento e disseminação da cultura de gestão de Riscos e controles internos na Braskem;
- zelar pela atualização, desenvolvimento e consolidação do relacionamento institucional da Companhia junto a instituições financeiras, investidores, mercado segurador e entidades governamentais relacionadas a assuntos financeiros e de garantias;
- buscar a permanente ampliação da disponibilidade dos limites de créditos corporativos da Braskem junto a financiadores e investidores, e que estes sejam

segregados da capacidade de crédito dos acionistas da Braskem e suas afiliadas; e

 assegurar o alinhamento com o Vice-Presidente Jurídico para que todas as operações financeiras contratadas pela Companhia estejam amparadas por instrumentos legais preparados, analisados e aprovados pelo departamento jurídico.

Além disso, são delegações exclusivas do Vice-Presidente de Finanças:

- definição das Diretrizes e implementação das práticas contábeis, assim como a manutenção do plano de contas da Companhia;
- avaliação, implementação e acompanhamento de estratégias financeiras de proteção;
- supervisão dos instrumentos derivativos financeiros, operações de capital de giro, câmbio, financiamentos (onshore e offshore), leasing, cartas de crédito, fianças, seguros garantia ou outras garantias financeiras;
- definição das áreas responsáveis pela contratação dos instrumentos detalhados no item anterior, quando a estratégia não envolver instituições bancárias como Contraparte;
- recomendação sobre emissões e cancelamento de ações, assim como a estruturação de programas de recompra de ações;
- contratação de agências de Rating para avaliação do Risco de crédito da própria Companhia; e
- supervisão de aplicações financeiras e a gestão do caixa.

Em adição aos itens descritos acima, trimestralmente o Vice-Presidente de Finanças deve atualizar o CFI e realizar o acompanhamento dos seguintes itens desta Política Financeira:

- exposições ao risco de Contraparte;
- cálculos do caixa mínimo e do caixa excedente;
- posição de endividamento, detalhado por moeda;
- cálculo da exposição cambial em R\$ e em US\$;
- operações de derivativos contratadas no trimestre e valor justo dos derivativos em aberto; e
- exposições advindas das operações de comercialização de energia.

Finalmente, o Vice-Presidente de Finanças deve atualizar periodicamente o CCAE sobre as operações designadas como Hedge Accounting.

- III. Compete ao Diretor de Finanças Corporativas, em alinhamento com o Vice- Presidente de Finanças:
 - monitorar os indicadores, qualitativos e quantitativos, do Risco de Contraparte, índices e taxas de juros, liquidez e refinanciamento definidos pela Política;

- ajustar as exposições mediante os limites de Risco estipulados na Política;
- apoiar na definição do melhor instrumento a ser utilizado nas operações de derivativos, caso a contratação desses derivativos não esteja a cargo da Tesouraria por delegação do Vice-Presidente de Finanças;
- contratar as operações financeiras (como por exemplo aplicações, captações, refinanciamento, operações de capital de giro, câmbio, financiamentos onshore e offshore, leasing, cartas de crédito, fianças, seguros garantia, outras garantias financeiras e derivativos que tenham como Contraparte instituições bancárias); e
- documentar o processo operacional de negociação das operações financeiras.

IV. Compete ao Diretor de Controladoria em alinhamento com o Vice-Presidente de Finanças:

- verificar o enquadramento das solicitações pelas Unidades de Negócios ("UNs") de operações de hedge de commodities, conforme estabelecido nesta Política e informar a área de Tesouraria para sua implementação;
- verificar mensalmente o enquadramento dos indicadores qualitativos e quantitativos estabelecidos nesta Política, e em caso de desenquadramento, comunicar ao Vice- Presidente de Finanças;
- garantir a correta contabilização dos instrumentos financeiros; e
- acompanhar o cumprimento de todos os covenants financeiros da Braskem

Além disso, compete ao Comitê de Gestão de Riscos Financeiros (composto por: Vice-Presidente de Finanças, Diretor de Finanças Corporativas, Diretor de Controladoria, Gerente de Tesouraria e Gerente de Gestão de Riscos Financeiros) apoiar o Vice-Presidente de Finanças na tomada de decisões informadas, via:

- acompanhamento dos níveis de exposição aos Riscos financeiros (mercado, crédito e liquidez), monitorando as variáveis quantitativas e qualitativas, de forma a garantir o cumprimento desta Política;
- elaboração de planos de ação definidos para o ajuste dos Riscos financeiros aos limites desejados;
- avaliação das propostas de atualização desta Política; e
- discussão da contratação de instrumentos financeiros referentes a novas estratégias de derivativos, ou de estratégias com instrumentos financeiros que possuam efeito de hedge.
- c. Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

A Companhia acredita que a estrutura operacional e os controles internos são adequados para verificação da efetividade da Política de Gerenciamento de Riscos e da Política Financeira.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2 Descrição dos controles internos

- 5.1.Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:
- a. Se principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las.

A Administração da Companhia, incluindo o LN-Braskem ("CEO") e o Diretor Financeiro ("CFO"), é responsável por estabelecer e manter controles internos adequados sobre os relatórios financeiros. O controle interno da Companhia sobre o relatório financeiro é um processo desenvolvido por e com a supervisão do CEO e do CFO da Companhia, e é definido, em última instância, pelo Conselho de Administração, visando fornecer garantia razoável sobre a confiabilidade dos relatórios financeiros e a elaboração de demonstrações financeiras para fins externos, de acordo com as normas internacionais para elaboração de relatórios financeiros ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"). Em razão das suas limitações inerentes, os controles internos sobre relatórios financeiros podem não prevenir ou detectar erros. Além disso, as projeções de qualquer avaliação acerca da eficácia para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles possam tornar-se inadequados em razão de mudanças nas condições ou da deterioração do nível de aderência às políticas ou procedimentos.

A Companhia e seus auditores avaliaram a eficácia dos seus controles internos sobre os relatórios financeiros na data base de 31 de dezembro de 2022 com base nos critérios estabelecidos no "Controle Interno – Estrutura Integrada" (2013) emitido pelo Comitê de Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway ("COSO").

b. estruturas organizacionais envolvidas

As estruturas organizacionais envolvidas estão devidamente apresentadas no item 5.1(b)(iii) deste Formulário de Referência.

Os controles internos de companhias e processos relevantes são submetidos às análises de desenho e eficácia. O critério de relevância é definido através de materialidade e pelo processo de avaliação de riscos que utiliza a metodologia COSO 2013.

Os controles internos são executados pelos gestores das áreas de negócios e de apoio, intitulados "control owners" das localidades nacionais e estrangeiras que atuam no escopo definido. Estes gestores são responsáveis pela execução eficaz dos controles internos a eles designados.

Cabe ao Comitê de Conformidade e Auditoria Estatutário da Companhia ("CCAE"), que exerce funções de comitê de auditoria (Audit Committee) para fins da Resolução CVM 23 e da SOX, fiscalizar a eficácia dos controles internos e ser informado pela área de Conformidade sobre o plano de trabalho (escopo, cronograma, metodologia), status, resultados e planos de ação determinados pelas áreas responsáveis no tocante a deficiências e melhorias de controles.

A área de Conformidade é composta pelas frentes de Controles Internos, Gestão de Riscos e Compliance, com o objetivo de apoiar a Companhia na construção e melhorias de processos e boas práticas, com base em critérios de relevância de materialidade e riscos aplicáveis. Já a frente de Auditoria Interna, que também faz parte da área de Conformidade, realiza avaliações objetivas e independentes de processos, recomendando melhorias sobre processos e

5.2 Descrição dos controles internos

controles. O líder de Conformidade é o CCO (Chief Compliance Officer), ou responsável pela Conformidade, que, por sua vez, responde ao Conselheiro Coordenador do Comitê de Conformidade e Auditoria Estatutário.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A Administração da Braskem é responsável por estabelecer e manter um ambiente de controles internos adequados, em particular, sobre seus relatórios financeiros. Tal adequação deve ser considerada no âmbito de todas as empresas do grupo, de modo a atender os requisitos da seção 404(a) da Lei Sarbanes–Oxley ("SOx") e permitir a manutenção de negociação das ADSs (American Depositary Shares) na NYSE (Bolsa de Valores de Nova Iorque).

Para a consecução desse objetivo, a condução das rotinas operacionais de apoio e suporte aos gestores nas empresas é feita pela gerência de Controles Internos. Tal estrutura permite que o planejamento anual dos trabalhos seja feito de forma adequada e integrada, ao mesmo tempo em que interage com a auditoria interna e externa independente durante os trabalhos destas, visando a melhoria contínua dos controles e processos da Companhia.

Compete ao departamento de Conformidade realizar a comunicação oficial e formal de eventuais deficiências significativas e/ou fraquezas materiais identificadas ao Comitê de Conformidade e Auditoria Estatutário bem como e o respectivo plano de mitigação das deficiências identificadas.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

O relatório circustanciado, preparado pelo auditor independente da companhia apontou três deficiências significativas que não foram remediadas até final do exercício findo em 31 de Dezembro de 2023. Deficiência significativa é aquela que no julgamento profissional do auditor, é de importância suficiente para merecer a atenção dos responsáveis pela governança. Estas deficiências estão associadas a:

- GITC Gestão de banco de dados:
 - Deficiências de controles sobre gestão de acessos, gestão de back-ups e gestão de jobs foram identificadas no relatório ISAE 3402 de um dos provedores de serviços de tecnologia da companhia.
- Provisão para evento geológico de Alagoas
 - Falhas em controles pontuais resultaram em uma provisão superstimada no final do exercício em decorrência de erro matemático e do uso inadequado de critério de contabilização sobre determinados serviços jurídicos.
- Corte das vendas:
 - Foram identificadas deficiências pontuais em controles de corte de receitas em diferentes regiões.
- e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

5.2 Descrição dos controles internos

A administração entende que mesmo que as deficiências notadas não tenham um caráter material, tampouco prejudiquem a leitura das demonstrações financeiras consolidadas da companhia, já estão sendo adotadas ações para que os processos e controles associados aos temas destacados no relatório cirscunstanciado do auditor externo sejam revisistados para minimizar os riscos ora apontados.

5.3 Programa de integridade

- 5.3 Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:
- a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

Os documentos normativos da Companhia sobre mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, são a Política Global Anticorrupção (<u>"Política Anticorrupção"</u>) e o Código de Conduta, ambos revisados pelo Conselho de Administração da Companhia em 9 de novembro de 2021 e em 18 de outubro de 2023, respectivamente.

A Política Anticorrupção estabelece critérios com vistas à proibição de práticas de suborno e corrupção na condução dos negócios da Braskem e o Código de Conduta define os princípios segundo os quais todos os integrantes em todos os níveis devem realizar suas atividades em seu trabalho diário e executar as operações da Companhia.

Tanto a Política Anticorrupção quanto o Código de Conduta estão disponíveis no website de Relações com Investidores da Companhia (www.braskem-ri.com.br), sendo que o Código de Conduta também está disponível no website da CVM (www.cvm.gov.br).

(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Conforme estabelecido na Política Global do Sistema de Conformidade da Companhia (<u>"Política de Conformidade"</u>), aprovada em 28 de novembro de 2016 e com última atualização em 9 de novembro de 2021, o Sistema de Conformidade, responsabilidade de todos os integrantes da Companhia, consiste em um conjunto de medidas para prevenir, detectar e remediar Riscos não condizentes com uma atuação ética, íntegra e transparente, assim resumidas:

- Prevenção: estabelecimento de políticas e procedimentos, estabelecimento de governança de conformidade permeando todos os níveis da Braskem, avaliação recorrente de riscos e controles, comunicação e capacitação dos integrantes, avaliação da integridade de terceiros e engajamentos em ações coletivas;
- Detecção: gestão de um Canal de denúncias ("Linha de Ética"), conforme abaixo detalhado, e monitoramento de riscos e controles: e
- Remediação: medidas disciplinares, bem como remediação de riscos e o fortalecimento dos controles.

Em 2023, foi realizada a reavaliação de todos os riscos corporativos. A aprovação do Conselho de Administração foi realizada em 20 de dezembro. Os riscos prioritários são revisados anualmente. A Política Global do Sistema de Conformidade está disponível no website de Relações com Investidores da Companhia (www.braskem-ri.com.br).

(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

As estruturas envolvidas são:

- Conselho de Administração: responsável por acompanhar o desenvolvimento e a implementação efetiva do Sistema de Conformidade que atenda às leis e regulamentos aplicáveis, incluindo as Leis Anticorrupção Aplicáveis e a manutenção da Política Anticorrupçãoe do Código de Conduta da Companhia.
- Comitê de Conformidade e Auditoria Estatutário CCAE: o Comitê de Conformidade e Auditoria Estatutário da Companhia é aderente à Resolução CVM nº 23/2021 e às regras da Lei Sarbanes-Oxley (SoX) e tem, dentre suas principais responsabilidades, a de assegurar o monitoramento e acompanhamento do cumprimento das diretrizes fixadas nas Políticas da Companhia referentes aos temas de conformidade, auditoria e gestão de riscos, acompanhamento dos controles internos, além de supervisionar a qualidade e integridade das demonstrações financeiras e dos relatórios financeiros, as atividades dos auditores independentes, sem prejuízo às atribuições conferidas ao Conselho Fiscal.
- Responsável por Conformidade (R-Conformidade): responde para o coordenador do Comitê de Conformidade e Auditoria Estatutário e é responsável pelo acompanhamento diário do Sistema de Conformidade e por:
- Propor e submeter, anualmente, o seu Programa de Ação à aprovação do Comitê de Conformidade e Auditoria Estatutário, com as respectivas concentrações e orçamento, incluindo serviços externos de consultoria, sistemas de tecnologia da informação e pessoal;
- ii. Propor o Sistema de Conformidade para o Comitê de Conformidade e Auditoria Estatutário e atualizá-lo periodicamente sobre seu status;
- iii. Apoiar o Líder de Negócio ("<u>LN-Braskem</u>") e os integrantes da Braskem na implementação do Sistema de Conformidade na Companhia, além de monitorar continuamente sua eficácia;
- iv. Recomendar a criação, aperfeiçoamento ou revisão de Materiais de Orientação da Companhia, incluindo o Código de Conduta, treinamentos e comunicações, certificações, recursos, avaliações e monitoramento, avaliação de riscos e demais sistemas que orientem a atuação ética dos integrantes;
- v. Promover a divulgação do Código de Conduta, da Política Anticorrupção e de outrosMateriais de Orientação da Companhia, bem como criar e manter mecanismos para apoiar ações de Conformidade;
- vi. Assegurar a implementação do plano anual de auditoria interna, incluindo requisitos para o planejamento, métodos para definição do escopo, realização das auditorias e comunicação dos resultados;
- vii. Promover o monitoramento da identificação, do processo de avaliação e do tratamento de riscos potenciais, bem como o desenvolvimento e aperfeiçoamento de controles internos correspondentes;
- viii. Coordenar e supervisionar a efetividade do Canal Linha de Ética, bem como do Comitê de Ética e das reuniões relacionadas, descritos no Procedimento do Canal Linha de Ética e Investigações da Braskem, para que todas as denúncias recebidas sejam devidamente registradas, analisadas e recebam o tratamento adequado;
- ix. Com o apoio do VP Jurídico e de outros VPs da estrutura do LN, conforme adequado, realizar a investigação necessária e oportuna;
- x. Recomendar ao LN-Braskem e/ou ao Comitê de Ética as ações de remediação que entender adequadas;

- xi. Assegurar a apresentação periódica de relatórios e o fluxo adequado de informaçõespara o Comitê de Ética, o Comitê de Conformidade e Auditoria Estatutário e todo o Conselho de Administração, a respeito do Sistema de Conformidade, incluindo as Documentos Orientadores, os Controles Internos, a Auditoria Interna, as Avaliações de riscos e as Investigações;
- xii. Desenvolver e implementar um plano de comunicação para garantir que o Código de Conduta, a Política Anticorrupção e outros Materiais de Orientação da Companhia, relacionados ao Sistema de Conformidade, sejam comunicados e estejam acessíveisa todos os públicos; e
- xiii. Coordenar e supervisionar os treinamentos dos Integrantes sobre temas de ética, integridade, transparência, gestão de riscos, Auditoria Interna e sobre os Materiais de Orientação da Companhia.
 - Área de Conformidade: é responsável por:
- Implementar, divulgar e aconselhar sobre questões relacionadas a Política Anticorrupção e do Código de Conduta;
- ii. Em coordenação com outras áreas, desenvolver, implementar e manter o Sistema de Conformidade da Companhia, incluindo os materiais de orientação da Companhia e controles necessários para conduzir os negócios da Companhia em conformidade com todas as Leis Anticorrupção Aplicáveis e com a Política Anticorrupção e o Códigode Conduta;
- iii. Em coordenação com outras áreas, desenvolver, implementar e acompanhar oprograma de treinamento da Companhia e outros recursos e orientação para assegurar que Integrantes e Terceiros conheçam e entendam as Leis Anticorrupção Aplicáveis bem como a Política Anticorrupção e o Código de Conduta;
- iv. Servir como um "conselheiro de confiança" a todos os integrantes e terceiros na execução de negócios da Companhia, em conformidade com todas as Leis Anticorrupção Aplicáveis, com o Sistema de Conformidade e com a Política Anticorrupção e o Código de Conduta; e
- v. Manter mecanismos para que integrantes e terceiros relatem possíveis violações da lei e dos materiais de orientação da Companhia, incluindo o Código de Conduta e a Política Anticorrupção, e responsabilizar—se, em coordenação com outras áreas, conforme apropriado, por assegurar a avaliação e remediação de temas relatados. A Companhia irá dispor, minimamente, de um canal permanente (disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana) e plenamente operacional ("Linha de Ética").

No âmbito deste Formulário de Referência, "Leis de Anticorrupção Aplicáveis" referem—se a todas as leis e regulamentações nacionais e internacionais anticorrupção aplicáveis, incluindo, mas não se limitando a, leis brasileiras de suborno e corrupção, incluindo a Lei Anticorrupção do Brasil (Lei nº. 12.846), o Sistema Nacional Anticorrupção (SNA) do México, Lei de Práticas de Corrupção no Exterior ("FCPA") dos Estados Unidos e a Lei de Suborno do Reino Unido e leis semelhantes que se aplicam nos países em que a Companhia opera.

- Área de Pessoas e Organização ("P&O"): responsável por apoiar a área de Conformidade no treinamento e na comunicação de assuntos relacionados a Política Anticorrupção e, em coordenação com a área de Conformidade, revisar, definir e facilitar a correção de relatos de violações potenciais da documentação orientadora da Companhia, incluindo o Código de Conduta e a Política Anticorrupção.
- Jurídico: responsável por apoiar as áreas de Conformidade e de P&O na revisão, definição efacilitação da correção de potenciais violações da lei.

- Líderes: responsáveis por:
- Demonstrar interna e externamente, por meio do seu Programa de Ação ou alternativamente, seu compromisso em conduzir os negócios da Companhia em conformidade com todas as Leis Anticorrupção Aplicáveis e com os materiais de orientação da Companhia, como o Código de Conduta e Política Anticorrupção, na execução de suas responsabilidades, incluindo a liderança de seus Integrantes;
- ii. Reportar quaisquer potenciais violações da lei ou de materiais de orientação da Companhia, incluindo o Código de Conduta e a Política Anticorrupção;
- iii. Influenciar seus Liderados pelo exemplo;
- iv. Incorporar em seus Programas de Ação e garantir que nos Programas de Ação de seus Liderados esteja o compromisso de atuar de acordo com as disposições desta Política;
- v. Garantir a implementação do Sistema de Conformidade dentro de seu escopo de ação;
- vi. Aderir aos processos e práticas estabelecidos pelo Sistema de Conformidade, incluindo o uso adequado das ferramentas criadas pelo referido sistema, e garantir que seus liderados também cumpram todos os requisitos relevantes do Sistema de Conformidade;
- vii. Avaliar seus liderados quanto ao cumprimento dos critérios obrigatórios de conformidade acordados pelo Responsável por Conformidade Local;
- viii. Desenvolver ações sob sua responsabilidade, inclusive os processos derivados, garantindo que as orientações de conformidade e a legislação aplicável sejam seguidas;
- ix. Incentivar o debate sobre o compromisso da Braskem com a atuação ética, íntegra etransparente, e esclarecer as questões e preocupações levantadas pelos integrantessobre o assunto;
- x. Comunicar à equipe de Conformidade ou ao Canal Linha de Ética quaisquer ações de um integrante ou de um terceiro que o Líder acredite ser ilegal ou antiética;
- xi. Apoiar os liderados quando eles relatarem eventos que acreditam ser violações às leis ou ao compromisso da Braskem, inclusive informando aos integrantes sobre as ferramentas do Canal Linha de Ética e das disposições de não retaliação da Braskemcontra os relatores de boa-fé:
- xii. Garantir que os liderados participem dos treinamentos de conformidade promovidos pela Companhia; e
- xiii. Estimular, de forma direta e indireta (por meio de entidades de classe como conselhos e associações, por exemplo), ações destinadas a promover práticas de negócios éticas, íntegras e transparentes que contribuam para a existência e consolidação de um ambiente de negócios saudável e competitivo.
 - Integrantes (incluindo Líderes): responsáveis por:
- i. Agir em conformidade com o Código de Conduta e a Política Anticorrupção e buscar orientações junto à área de Conformidade relativas a quaisquer questões ou preocupações decorrentes do Código de Conduta e da Política Anticorrupção;
- ii. Reportar quaisquer alegações conhecidas de potenciais violações da lei ou demateriais de orientação da Companhia, incluindo o Código de Conduta e a Política Anticorrupção;

- iii. Conhecer e atuar de acordo com o compromisso da Braskem com uma atuação ética,íntegra e transparente;
- iv. Atuar no desempenho das responsabilidades do Programa de Ação, de acordo com as disposições da Política de Conformidade;
- v. Participar das atividades de treinamento de conformidade promovidas em sua empresa e relacionadas às suas responsabilidades;
- vi. Colaborar com a auditoria interna e o mapeamento de riscos relacionados às áreas de trabalho e/ou a seu Programa de Ação;
- vii. Consultar a Área de Conformidade, ou seu respectivo Líder, de forma direta etransparente, quando houver dúvidas sobre a melhor conduta diante de uma potencial ação de sua parte, de integrantes ou de terceiros, incluindo, entre outras, aquelas que podem ser interpretadas como um Conflito de Interesses;
- viii. Declarar à área de Conformidade e ao seu Líder sobre qualquer Conflito de Interessereal, potencial ou percebido;
- ix. Reportar qualquer possível conduta ilegal ou antiética ou qualquer irregularidade de um Integrante ou Terceiro, inclusive possíveis violações de Leis Anticorrupção Aplicáveis e/ou Documentações Orientadoras da Braskem, incluindo a Política de Conformidade, por meio de um dos canais de denúncia disponíveis, a exemplo do Canal Linha de Ética, ou contatando o Responsável por Conformidade Local, ou seu representante. Ignorar, omitir ou declarar desconhecimento de potenciais violações de políticas Braskem não é uma conduta aceitável; e
- x. Caso o Integrante tenha qualquer razão para permanecer anônimo no relato de uma possível violação da Política e Conformidade, deverá usar o Canal Linha de Ética oucontatar o Responsável por Conformidade Local.
- (iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:
 - se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores,prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

O Código de Conduta da Companhia é aplicável à Companhia e suas controladas. Como tal, é aplicado a todos os integrantes, incluindo os diretores. Além disto, também se aplica aos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

O Código de Conduta de Terceiros é disponibilizado a terceiros, abrangendo quaisquer pessoasfísicas ou jurídicas que atuem em nome, no interesse ou para o benefício da Braskem, preste serviços ou forneça outros bens, assim como parceiros comerciais que prestem serviços à Companhia, diretamente relacionados à obtenção, retenção ou facilitação de negócios, ou para a condução de assuntos da Braskem, incluindo, sem limitação, quaisquer distribuidores, agentes, corretores, despachantes, intermediários, parceiros de cadeia de suprimentos, consultores, revendedores, contratados e outros prestadores de serviços profissionais.

 as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas

O não cumprimento do Código de Conduta e da legislação local pode levar a uma ação disciplinar, incluindo mas não se limitando a demissão, além das sanções legais aplicáveis à violação.

O não cumprimento do Código de Conduta de Terceiros pode acarretar a rescisão contratual,

sujeito às disposições contratuais vigentes.

 órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Código de Conduta foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em abril de 2018 e atualizado pela última vez em 18 de outubro de 2023, e está disponível nos websites de Relações com Investidores da Companhia (www.braskem-ri.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br).

- b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:
- (i) se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros;
- (ii) se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados;
- (iii) se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé; e
- (iv) órgão do emissor responsável pela apuração d denúncias

O Canal Linha de Ética é disponibilizado pela Braskem para que seus Integrantes, Fornecedores, Terceiros, Clientes e demais públicos possam, de forma segura e responsável, contribuir com informações para a manutenção de um ambiente corporativo seguro, ético, transparente e produtivo.

O Canal está disponível por telefone e internet, nos seguintes países:

- Brasil: 0800 377 8021 www.linhadeeticabraskem.com
- Alemanha: 0800 183 0763 www.lineethikbraskem.com
- Holanda: 0800 022 7714 www.ethieklinebraskem.com
- México: 01 800 681 6940 www.lineadeeticabraskemidesa.com
- Estados Unidos: 1 800 950 9280 www.ethicslinebraskem.com
- Argentina: 0800 222 0394 www.lineadeeticabraskem.com
- Colômbia: 01 800 518 4806 www.lineadeeticabraskem.com
- Peru: 0800 76757 www.lineadeeticabraskem.com
- Chile: + 56–448909744 www.lineadeeticabraskem.com
- Cingapura: + 65–31585409 www.ethicslinebraskem.com

O atendimento é terceirizado e há uma equipe independente, treinada para receber e avaliar asdenúncias recebidas. A empresa parceira ICTS/Aliant é a responsável pela gestão do primeiro atendimento ao denunciante. Na Braskem, o departamento de Conformidade é responsável pela apuração das denúncias registradas no canal. As informações são registradas e tratadas com absoluto sigilo. Todos os relatos são analisados, regidos pela confidencialidade e independência, garantindo o anonimato dos relatores e a segurança na apuração.

Todas as ligações recebidas são atendidas de forma personalizada, sem o uso de gravações. Além do canal online, o atendimento telefônico fica disponível sete dias por semana e 24 horas por dia, e é realizado em quatro idiomas (alemão, espanhol, inglês e português). Todos os relatosrecebem um número de protocolo para que o denunciante possa acompanhar o andamento da análise até o seu encerramento.

c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Não houve casos confirmados de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública nos últimos três exercícios sociais, período compreendido entre 2021 e 2023.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas

para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido.

Não aplicável.

5.4 Alterações significativas

5.4 Alterações significativas

5.4 Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

Em relação às políticas de gerenciamento de riscos:

Sem alterações.

Em relação aos riscos aos quais a Companhia está exposta:

Riscos associados ao ciclo natural do setor petroquímico, ocasionado pela entrada de novas capacidades afetando o balanço de oferta e demanda mundial dos produtos químicos e petroquímicos causando a redução de rentabilidade da Companhia.

Comentários sobre expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor aos riscos

A Companhia realiza o monitoramento contínuo dos riscos por meio de atualização dos planos de tratamento, bem como reporte para os Comitês de Assessoramento e Conselho de Administração com periodicidade definida ao longo do ano. Além disso, os riscos prioritários são reavaliados anualmente, permitindo identificar as alterações na exposição do riscos de forma tempestiva.

5.5 Outras informações relevantes

5.5 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Hedge Accounting de Vendas e Exportações Futuras

O caixa da Companhia e fundos disponíveis em dólares norte-americanos protegem a Companhia parcialmente contra a exposição decorrente da dívida denominada em dólares dos Estados Unidos. Da mesma forma, receitas de vendas e exportações futuras parcialmente compensam tal exposição cambial da dívida denominada em Dólar, sendo que a Companhia adotou o tratamento de hedge accounting para melhor representar sua real exposição. Desde 2016, a Braskem passou a reconhecer a variação cambial, mantida no item "Outros Resultados Abrangentes", no Balanço Patrimonial, conforme o cronograma de designação de vendas e exportações futuras (para mais informações, vide nota 19 das demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2023 da Companhia).

A Companhia designou passivos em moeda estrangeira (financiamentos e contas pagar para fornecedores) para a proteção de exportações futuras. Nessa operação se sobressaem duas estimativas e julgamentos críticos: a realização das vendas e o refinanciamento, rolagem ou substituição dos passivos designados. Em relação às exportações, elas estão previstas no plano de negócios da Companhia, sendo parte da sua estratégia e inerentes ao negócio onde atua. O histórico de exportações confirma essa afirmação. Em relação aos passivos, a Companhia importa em torno de 30,0% a 50,0% da nafta que consome e tem no mercado externo uma fonte permanente de financiamentos para os seus projetos de expansão e de manutenção da sua capacidade produtiva. A manutenção de um nível mínimo de passivos líquidos em dólares é prevista na Política Financeira da Companhia.

A Braskem Idesa designou a totalidade do financiamento obtido para a construção da sua planta industrial (Project Finance) para a proteção de parte das vendas que serão realizadas na mesma moeda do financiamento, dólar norte-americano. A estimativa das vendas está contemplada no projeto que foi apresentado aos bancos/financiadores que viram consistência na projeção, de tal sorte que concederam à Braskem Idesa um financiamento que será pago exclusivamente com o caixa a ser gerado por essas vendas. Todas as considerações comerciais do projeto foram amparadas por estudos de mercado realizados por consultorias especializadas durante a análise da sua viabilidade.

Em 20 de outubro de 2021, a Braskem Idesa liquidou totalmente a dívida do Project Finance utilizando recursos provenientes das seguintes operações:

- Emissão de US\$1,2 bilhão em bonds atrelados à sustentabilidade, os chamados sustainability-linked bonds (SLB). Os títulos têm prazo de dez anos e taxa de 7% a.a.;
- Captação de linha de crédito no montante de US\$150 milhões em empréstimos comvencimento em outubro de 2026 e taxa de juros de 4% a.a., mais libor trimestral;
- Em função disso, a totalidade dos fluxos associados ao Project Finance foi descontinuada, e foram feitas novas designações no valor total de US\$ 1,35 bilhão.

Este efeito da variação cambial permanecerá represado na conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial do Patrimônio Líquido, até que (i) as exportações e vendas futuras designados aconteçam ou (ii) deixem de ser prováveis e poderá afetar negativamente o resultado da mesma em exercícios futuros.

Seguros

A Braskem contrata apólices de seguros de Riscos Operacionais para a operação nacional e internacional das suas plantas, conforme detalhado abaixo. Adicionalmente, também contrata outras apólices de seguros, incluindo Responsabilidade Civil Geral, Responsabilidade Civil de Diretores eAdministradores (D&O), Riscos Ambientais, Transportes Nacional e Internacional, Responsabilidade Civil do Afretador, Crédito Doméstico e Exportação, Terrorismo, dentre

outras.

A Companhia acredita que seu Programa de Seguros é consistente com os padrões aplicados às indústrias petroquímicas que operam globalmente.

Operações no Brasil, México, Estados Unidos e Alemanha

As apólices que compõem os seguros de Riscos Operacionais garantem coberturas para danos materiais e consequentes lucros cessantes (custos e despesas fixas) de todas as plantas da Braskem através de um clausulado "All Risks".

O programa de seguro foi contratado através de apólices diversas no Brasil, México, Estados Unidos e Alemanha junto a grandes seguradoras de primeira linha, sendo as principais, Mapfre e Inbursa. As apólices atuais são válidas até 8 de outubro de 2024.

Seguem na tabela abaixo informações das apólices de Riscos Operacionais vigentes. Os Limites Máximos de Indenização ("LMI") por evento são definidos por estudos de cenários de perdas máximas realizados por consultores externos, considerando a natureza da atividade da Companhia. Adicionalmente, são realizados benchmarks com empresas do mesmo segmento a fim de dados comparativos.

Apólice/Região	Valor Segurado (i)	LMI combinado de danos materiais e interrupção de negócios	Comentários
Brasil	US\$ 28,5 bilhões	US\$ 4,2 bilhões	-
México	US\$ 5,7 bilhões	US\$ 2,2 bilhões	-
Estados Unidos	US\$ 3,7 bilhões	US\$ 0,7 bilhões	-
Alemanha	US\$ 0,8 bilhões	US\$ 0,4 bilhões	_

⁽i) Valor de reposição de ativos, estoques e lucros cessantes (custos e despesas fixas);

Essas apólices garantem cobertura para danos materiais resultantes de incêndio, explosão, quebra de máquinas, entre outros, e os lucros cessantes consequentes, com períodos máximos de indenização que variam entre 12 a 33 meses a depender da planta e/ou da cobertura.

Os projetos da Companhia são cobertos através de apólices específicas de Riscos de Engenharia e/ou cláusulas de construção e montagem incluídas tanto nas apólices de Riscos Operacionais como nas apólices de Responsabilidade Civil Geral e Ambiental.

Evento Geológico - Alagoas

A Companhia operou, desde sua instalação e posteriormente na qualidade de sucessora da empresa Salgema, poços de extração de sal-gema localizados na cidade de Maceió, Estado de Alagoas, com o objetivo de prover matéria-prima à sua unidade de produção de cloro-soda e dicloretano. Em março de 2018, houve um tremor de terra sentido em determinados bairros de Maceió, onde estão localizados os poços, e foram identificadas rachaduras em edificações e vias públicas dos bairros do Pinheiro, Bebedouro, Mutange e Bom Parto.

Em maio de 2019, o Serviço Geológico do Brasil ("CPRM") divulgou um relatório, indicando que o fenômeno geológico observado na região estaria relacionado com as atividades de exploração de sal-gema desenvolvidas pela Braskem. Em 9 de maio de 2019, a operação de extração de sal-gema foi totalmente encerrada pela Companhia.

Desde então, a Companhia tem empreendido seus melhores esforços na compreensão do

fenômeno geológico: (i) de possíveis efeitos em superfície e (ii) na análise da estabilidade das cavidades de sal-gema. Os resultados vêm sendo compartilhados com a Agência Nacional de Mineração ("ANM") e demais autoridades pertinentes, com quem a Companhia mantém constantes diálogos.

A Braskem apresentou à ANM medidas para encerramento das suas frentes de lavra de extração de sal-gema em Maceió, com medidas para o fechamento das suas cavidades, e, em 14 de novembro de 2019, propôs a criação de uma área de resguardo no entorno de determinadas cavidades, como medida de precaução e proteção à segurança das pessoas. Essas medidas são baseadas em estudo conduzido pelo Instituto de Geomecânica de Leipzig ("IFG") da Alemanha, referência internacional em análise geomecânica de áreas de extração de sal-gema por dissolução, e estão sendo realizadas em coordenação com a Defesa Civil de Maceió e demais autoridades.

Como desdobramento do fenômeno geológico verificado, foram conduzidas tratativas com as autoridades públicas e regulatórias que resultaram em Termos de Acordo firmados, sendo os principais:

- (i) Termo de Acordo para Apoio na Desocupação das Áreas de Riscos ("Acordo para Compensação dos Moradores"), firmado com o Ministério Público Estadual ("MPE"), Defensoria Pública Estadual ("DPE"), Ministério Público Federal ("MPF") e Defensoria Pública da União ("DPU"), homologado judicialmente em 3 de janeiro de 2020, ajustado pelas suas resoluções e aditivos posteriores, que dispôs sobre ações cooperativas para a desocupação das áreas de risco, definidas no Mapa de Setorização de Danos e Linhas de Ações Prioritárias da Defesa Civil de Maceió ("Mapa da Defesa Civil"), atualizado em dezembro de 2020 (versão 4), e garantia da segurança das pessoas, prevendo o atendimento, pelo Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação ("PCF") implantado pela Braskem, da população situada nas áreas do Mapa da Defesa Civil, assim como a extinção da Ação Civil Pública (Reparação aos Moradores), conforme detalhado na nota 24.1 (i);
- (ii) Termo de Acordo com o Ministério Público do Trabalho em Alagoas ("MPT-AL"), assinado em 14 de fevereiro de 2020, no montante de R\$ 40 milhões, para implementação de Programa para Recuperação de Negócios e Promoção de Atividades Educacionais aos moradores e trabalhadores dos bairros afetados pelo fenômeno geológico. O programa consiste no apoio à construção de creches e escolas e realização de cursos de capacitação profissional, bem como apoio à Defesa Civil na contratação de pessoal qualificado para a continuidade do processo de monitoramento das áreas de risco dos bairros afetados. Em 3 de março de 2020, com a homologação do acordo pelo juízo, a Ação Civil Pública (Reparação aos Trabalhadores) foi extinta;
- (iii) Termo de Acordo para Extinguir a Ação Civil Pública Socioambiental e o Termo de Acordo para definição de medidas a serem adotadas quanto aos pedidos liminares da Ação Civil Pública Socioambiental, conjuntamente "Acordo para Reparação Socioambiental", firmado com MPF e interveniência do MPE em 30 de dezembro de 2020, no qual a Companhia se comprometeu, principalmente, a: (i) adotar as medidas para estabilização e monitoramento do fenômeno da subsidência decorrente da extração de sal-gema; (ii) reparar, mitigar ou compensar potenciais impactos e danos ambientais decorrentes da extração de sal-gema no Município de Maceió; e (iii) reparar, mitigar ou compensar potenciais impactos e danos sociourbanísticos decorrentes da extração de sal-gema no Município de Maceió, assim como a extinção da Ação Civil Pública (Reparação Socioambiental) com relação à Companhia, detalhados na nota 24.1 (iii). Adicionalmente, o Acordo para Reparação Socioambiental prevê a eventual adesão de outros entes ao acordo, o que depende de tratativas específicas com as eventuais partes;
- (iv) Termo de Acordo para Implementação de Medidas Socioeconômicas Destinadas à Requalificação da Área do Flexal ("Acordo Flexal"), firmado com MPF, MPE, DPU e Município de Maceió e homologado em 26 de outubro de 2022 pela 3ª Vara Federal de

Maceió, que estabelece adoção de ações de requalificação na região do Flexal, pagamento de compensação ao Município de Maceió e indenizações aos moradores desta localidade; e

(v) Termo de Acordo Global com o Município de Maceió ("Termo de Acordo Global") homologado em 21 de julho de 2023 pela 3ª Vara Federal de Maceió, que estabelece, dentre outros: (a) o pagamento de R\$ 1,7 bilhão a título de indenização, compensação e ressarcimento integral em relação a todo e qualquer dano patrimonial e extrapatrimonial ao Município de Maceió; (b) adesão do Município de Maceió aos termos do Acordo Socioambiental, incluindo o Plano de Ações Sociourbanísticas (PAS).

A Administração da Companhia, baseada em sua avaliação e dos seus assessores externos, levando em consideração os efeitos de curto e longo prazo dos estudos técnicos elaborados, as informações existentes e a melhor estimativa dos gastos para implementação das diversas medidas referentes ao evento geológico em Alagoas, apresentam as seguintes movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 em milhões de reais:

		Consolidado
		Controladora
	2023	2022
Saldo no início do exercício	6.627	7.661
Complemento de provisão (*)	2.307	1.520
Pagamentos e reclassificações (**)	(3.826)	(2.743)
Realização do ajuste a valor presente	132	188
Saldo no final do exercício	5.240	6.627
Passivo circulante	2.759	4.248
Passivo não circulante	2.481	2.379
Total	5.240	6.627

(*) Em 2023, inclui: a) o complemento de provisão em R\$ 980 milhões (R\$ 920 milhões líquido de ajuste a valor presente) do Termo de Acordo Global de R\$ 1,7 bilhão divulgado acima, dos quais cerca de R\$ 720 milhões já estavam provisionados. Deste total, R\$700 milhões foram desembolsados em 2023 e R\$1 bilhão (R\$961 milhões líquido de ajuste a valor presente) estão classificados na rubrica outras obrigações; e b) atualização monetária no total de R\$ 114 milhões reportada na rubrica despesa financeira.

(**) Deste montante, R\$2.686 milhões (2022: R\$ 2.532 milhões) referem-se a pagamentos efetuados e R\$1.140 milhões (2022: R\$211 milhões) reclassificados para o grupo de outras obrigações.

Os valores incluídos na provisão podem ser segregados entre as seguintes frentes de atuação:

a) Apoio na realocação e compensação: Refere-se as ações de apoio na realocação e compensação dos moradores, comerciantes e proprietários de imóveis localizados no Mapa da Defesa Civil (versão 4) atualizado em dezembro de 2020, inclusive de estabelecimentos que pressupõem providências especiais para sua realocação, tais como hospitais, escolas e equipamentos públicos.

Esta frente de atuação possui saldo de provisão no montante de R\$ 1.353 milhões (2022: R\$ 2.087 milhões) compreendendo gastos relacionados a ações como desocupação, auxílio aluguel, transporte de mudanças e negociação de acordos individuais para compensação financeira.

b) Ações para fechamento, monitoramento dos poços de sal, ações ambientais e outros temas técnicos: Com base no resultado de sonares e estudos técnicos, foram definidas ações de estabilização e monitoramento para todas as 35 frentes de lavras existentes. Em 10 de dezembro de 2023, após uma atividade microssísmica atípica, houve o colapso da cavidade 18. Considerando as melhores informações técnicas disponíveis até o momento, há a indicação de que os impactos diretos desta ocorrência

estão restritos ao local desta cavidade, dentro da área de resguardo, que está desocupada desde abril de 2020. O evento da cavidade 18 levou à paralisação preventiva das atividades na área de resguardo e entorno, as quais foram retomadas, em fevereiro de 2024, após a liberação do acesso à área pela Defesa Civil de Maceió.

O plano de fechamento das 35 frentes de lavras considera, atualmente:

- i. 13 cavidades possuem a recomendação de preenchimento com areia. Destas, 5 já tiveram o preenchimento concluído, sendo que uma delas irá necessitar de um volume adicional de areia devido ao processo de acomodação. Existem 2 que estão com o processo de enchimento em andamento. As 6 demais cavidades, que anteriormente estavam previstas para monitoramento por sonar, serão preenchidas com areia como solução definitiva, medida que possui a concordância do grupo técnico da ANM e está em fase de planejamento;
- ii. 6 cavidades não possuem indicação de medidas adicionais, sendo que 5 cavidades possuem a confirmação do seu status de preenchimento natural e 1 cavidade, a cavidade 18, tem sua avaliação em andamento, com indicação de que não serão necessárias medidas de preenchimento com areia;
- iii. 16 cavidades deverão ser fechadas por tamponamento, técnica que consiste em promover a pressurização da cavidade, sendo que para 9 delas a pressurização foi confirmada. Nas outras 7, ações estão em andamento para verificação de pressão, sendo que eventuais medidas adicionais poderão ser necessárias.

Em resumo, as principais atividades do plano de fechamento a serem concluídas, baseadas nas informações disponíveis até o momento, são o enchimento com areia de 8 cavidades e as ações de confirmação de pressurização para 7 cavidades. O plano de fechamento das frentes de lavra se encontra em revisão a fim de incorporar as medidas adicionais após os eventos ocorridos em dezembro de 2023.

Todas as ações da Companhia são baseadas em estudos técnicos de especialistas contratados, cujas recomendações são apresentadas às autoridades competentes e seguem os prazos pactuados no âmbito do plano de fechamento, que é público e regularmente reavaliado com a ANM. Após os eventos ocorridos neste período, o plano de fechamento das frentes de lavra se encontra em revisão.

O saldo provisionado de R\$ 1.583 milhões (2022: R\$ 1.367 milhões) para implementação das ações para fechamento, monitoramento das cavidades de sal, ações ambientais e outros temas técnicos foi calculado com base nas técnicas existentes e soluções previstas para as condições atuais das cavidades, incluindo gastos com estudos técnicos e monitoramento, bem como com as ações ambientais já identificadas. O valor da provisão poderá ser alterado com base em novas informações, tais como: resultado do monitoramento das cavidades, avanço da implementação dos planos de fechamento das frentes de lavras, eventuais alterações que possam ser necessárias no plano ambiental, acompanhamento dos resultados das medidas em andamento e outras possíveis alterações naturais. O sistema de monitoramento implementado pela Braskem prevê ações desenvolvidas durante e pós fechamento das frentes de lavras, com foco na segurança e no acompanhamento da estabilidade da região.

Em relação às ações ambientais, em junho de 2022, atendendo ao estabelecido no Acordo para Reparação Socioambiental, a Braskem entregou ao MPF o diagnóstico ambiental contendo a avaliação dos potenciais impactos e danos ambientais decorrentes da atividade de extração de sal-gema e o plano ambiental com proposições de medidas necessárias. Conforme previsto no acordo, após escolha em conjunto entre as partes, foi definida a empresa especializada para avaliação e acompanhamento da execução do plano ambiental. Em dezembro de 2022, foi protocolado, junto ao MPF, o relatório de segunda opinião sobre o plano. Em fevereiro de 2023, ocorreu a anuência a este plano ambiental, com a incorporação das sugestões realizadas no relatório de segunda opinião. A Braskem iniciou a operacionalização das ações previstas no plano e segue implementando os compromissos e compartilhando os

resultados de suas ações com as autoridades, conforme previsto no acordo, que inclui ainda a atualização do diagnóstico ambiental em dezembro de 2025.

Como um dos desdobramentos do evento da cavidade 18, conforme prevê o Acordo de Reparação Socioambiental, foi contratada empresa especializada para elaboração do Diagnóstico Ambiental específico para avaliação de potenciais impactos causados pelo colapso da referida cavidade. As avaliações iniciais realizadas não apontaram alterações na qualidade da água da lagoa.

- c) Medidas sociourbanísticas: Refere-se a ações em atendimento as medidas sociourbanísticas nos termos do Acordo para Reparação Socioambiental assinado em 30 de dezembro de 2020, com a destinação de R\$ 1.580 milhões para adoção de ações e medidas nas áreas desocupadas, ações de mobilidade urbana e de compensação social, e que considera R\$ 300 milhões para indenização por danos sociais e danos morais coletivos e para eventuais contingências relacionadas às ações nas áreas desocupadas e ações de mobilidade urbana. Em 30 de junho de 2022, a Companhia protocolou junto ao MPF o relatório de diagnóstico social e respectivo plano de ação social que irá lastrear a definição das medidas a serem adotadas. Até 31 de dezembro de 2023, já haviam sido aprovadas 24 ações. O saldo da provisão é de R\$ 1.369 milhões (2022: R\$ 1.567 milhões).
- d) **Medidas adicionais:** Refere-se às ações relacionadas a: (i) ações referentes aos Instrumentos de Cooperação Técnica firmados pela Companhia; (ii) gastos de gestão do evento geológico em Alagoas relacionados a comunicação, conformidade, jurídico, dentre outros; (iii) medidas adicionais de apoio à região e manutenção das áreas, incluindo as ações de requalificação e indenização destinadas para região dos Flexais; e (iv) outros assuntos classificados como obrigação presente para a Companhia, ainda que não formalizada. O saldo atual das medidas adicionais descritas neste item totaliza R\$ 935 milhões (2022: R\$ 1.604 milhões).

As provisões da Companhia são baseadas nas estimativas e premissas atuais e podem sofrer atualizações futuras decorrentes de novos fatos e circunstâncias, incluindo, mas não se limitando a: mudanças no prazo, escopo, método e efetividade dos planos de ação; novas repercussões ou desdobramentos do fenômeno geológico, incluindo eventual revisão do Mapa da Defesa Civil; eventuais estudos que indiquem recomendações de especialistas, inclusive do Comitê de Acompanhamento Técnico, conforme Acordo para Compensação dos Moradores detalhado no item 24.1 das Demonstrações Financeiras, e outros novos desenvolvimentos do tema.

As medidas relacionadas aos planos de fechamento das frentes de lavras também estão sujeitas à análise e aprovação da ANM, ao acompanhamento dos resultados das medidas em andamento, bem como a modificações relacionadas à dinamicidade do evento geológico.

O monitoramento contínuo é determinante para confirmar o resultado das recomendações atuais. Nesse sentido, o plano de fechamento das frentes de lavras poderá ser atualizado conforme necessidade de adoção de alternativas técnicas para estabilizar o fenômeno da subsidência decorrente da extração de sal-gema. Além disso, a avaliação do comportamento futuro das cavidades, monitoradas principalmente por sonar e piezômetros, poderá indicar a necessidade de alguma medida adicional para a sua estabilização.

As ações para reparar, mitigar ou compensar potenciais impactos e danos ambientais, conforme previsão do Acordo para Reparação Socioambiental, foram definidas com base no diagnóstico ambiental realizado por empresa especializada e independente. Ao final de todas as discussões com as autoridades e agências regulatórias, conforme o rito previsto no acordo, foi consensado um plano de ação, que será parte das medidas de um Plano de Recuperação de Áreas Degradadas ("PRAD").

O Senado Federal, em 13 de dezembro de 2023, instaurou uma Comissão Parlamentar de Inquérito ("CPI") relacionada ao evento geológico em Alagoas. Há, também, procedimentos administrativos relacionados ao evento geológico em Alagoas em andamento perante o Tribunal de Contas da União ("TCU") e a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). A

Companhia informa que vem acompanhando o tema e seus desdobramentos.

Há aproximadamente quatro anos, tramita sob sigilo, um inquérito conduzido pela Polícia Federal em Alagoas. Em dezembro de 2023, ocorreu uma diligência investigatória de busca e apreensão de documentos realizada no bojo deste inquérito, denominada Operação Lágrimas de Sal. Neste sentido, a Companhia informa que está e sempre esteve à disposição das autoridades e que vem prestando todas as informações relacionadas à exploração de sal-gema no transcorrer do inquérito.

A Companhia tem avançado nas tratativas com entes públicos a respeito de outros pleitos indenizatórios, aprofundando o seu conhecimento quanto aos mesmos. Embora possam ocorrer desembolsos futuros como resultado de tais tratativas, até o momento, a Companhia não consegue prever os resultados e o prazo para sua conclusão, assim como seu eventual escopo e gastos totais associados, além daqueles já provisionados.

Não é possível antecipar todos os novos pleitos, de natureza indenizatória ou naturezas diversas, que poderão ser apresentados por indivíduos ou grupos, inclusive entes públicos ou privados, que entendam ter sofrido impactos e/ou danos de alguma forma relacionados ao fenômeno geológico e à desocupação das áreas de risco, bem como novos autos de infração ou sanções administrativas de naturezas diversas. A Braskem ainda enfrenta e pode enfrentar procedimentos administrativos e diversas ações judiciais, inclusive ações individuais movidas por pessoas físicas ou jurídicas não atendidas pelo PCF ou que discordem da compensação financeira oferecida para liquidação individual, novas demandas coletivas e ações movidas por concessionárias de serviço público, entes da administração direta ou indireta do Estado, dos Municípios ou União, não sendo possível estimar, neste momento, a quantidade de eventuais ações, sua natureza ou valores envolvidos.

Consequentemente, a Companhia não pode descartar futuros desdobramentos relacionados ao evento geológico de Alagoas, ao processo de realocação e ações nas áreas desocupadas e adjacentes, de modo que os custos a serem incorridos pela Braskem poderão ser diferentes de suas estimativas e provisões.

Em fevereiro de 2023, a Companhia firmou termo de quitação com as seguradoras encerrando a regulação do sinistro do evento geológico em Alagoas.

Gestão de Riscos Empresariais

Em 2023, continuou evoluindo e aprimorando a adoção das melhores práticas de Gestão de Riscos Empresariais ("ERM"), com o objetivo de proteger os ativos tangíveis e intangíveis dos acionistas, garantindo a segurança das pessoas e protegendo o meio ambiente e as comunidades locais. A Companhia segue evoluindo no monitoramento mais abrangente dos planos de tratamento nos respectivos processos, bem como na identificação dos riscos referentes a projetos estratégicos, novos negócios e cenários sócioambientais.

Aplicação da metodologia de Gestão de Riscos Corporativos fora do âmbito do processo de avaliação de Riscos Corporativos

Para os casos em que sejam estudados novos negócios, projetos estratégicos, startups e novas formas de gerar valor para a Companhia, se faz necessária a aplicação da metodologia de Gestão de Riscos Corporativos, a fim de identificar diferentes Riscos gerados por essas novas iniciativas.

PÁGINA: 99 de 99